

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**Alvandira Generosa de Souza**

**SERVIÇO SOCIAL E LIDERANÇA SINDICAL: A PARCERIA ENTRE A  
AÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL E OS TRABALHADORES  
USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NA CESP –  
COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO S.A.**

**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lúcia Rodrigues**

**São Paulo  
2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**Alvandira Generosa de Souza**

**SERVIÇO SOCIAL E LIDERANÇA SINDICAL: A PARCERIA  
ENTRE A AÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL E OS  
TRABALHADORES USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS  
DROGAS NA CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO  
PAULO S.A.**

**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como  
exigência parcial para a obtenção do título de Mestre  
em Serviço Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>  
Maria Lúcia Rodrigues.**

**São Paulo  
2009**

## TOCANDO EM FRENTE

(Almir Sater)

*Ando devagar porque já tive  
pressa e levo esse sorriso  
porque já chorei demais.*

*Hoje me sinto mais forte, mais  
feliz quem sabe.*

*Só levo a certeza de que muito  
pouco eu sei, eu nada sei.*

*Conhecer as manhas e as  
manhãs, o sabor das massas e  
das maçãs.*

*É preciso amor pra poder pulsar,*

*É preciso paz pra poder sorrir,*

*É preciso a chuva para florir.*

*Penso que cumprir a vida seja  
simplesmente compreender a  
marcha e seguir em frente*

*Como um velho boiadeiro levando  
a boiada*

*Eu vou tocando os dias pela longa  
estrada*

*Eu vou,*

*Estrada eu sou.*

*Todo mundo ama um dia, todo  
mundo chora*

*Um dia a gente chega, um outro  
vai embora.*

*Cada um de nós compõe a sua  
história*

*E cada ser em si carrega o dom  
de ser capaz de ser feliz.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, Poder Maior, que permitiu ao Homem a condição de evoluir em seus conhecimentos.

A minha mãe, grande mestra da vida, que me ensinou, entre inúmeras coisas, a lutar com alegria, perseverança, respeito e amor pela vida.  
(*In memoriam*)

A meu pai, grande idealista, meu primeiro professor na luta pela qualidade e igualdade de vida entre todas as pessoas, indistintamente, ensinamentos passados na prática, no dia-a-dia. (*In memoriam*)

A meus irmãos Romildo (*In memoriam*), Altimiro, Eliane e sobrinhos queridos, unidos no amor, desfrutando das boas referências que nos foram passadas, superando as perdas irreparáveis em nossa trajetória.

Aos grandes tesouros que criei e construí: Alessandra, Monique e Bruna, filhas queridas, leais companheiras; às esmeraldas que enriquecem este tesouro, meus netos Felipe, Giulia, Larissa, Letícia e Maria Fernanda.

Ao Emerson, dedicado companheiro, cuja presença em todas estas etapas fez-me sentir protegida e fortalecida.

À minha orientadora Maria Lúcia Rodrigues, ser humano admirável, grande Mestre de inesgotável conhecimento, que, com sua prodigiosa habilidade, disposição e dedicação para o ensino, possibilitou-me o despertar para a descoberta de que a pesquisa é um instrumento imprescindível ao Assistente Social, de que o conhecimento deve ser inexaurível e a superação dos limites pessoais e intelectuais é um exercício de dedicação e amor contínuos.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Helena de Lima Farias Monteiro, amiga, incentivadora e visualizadora da grandeza e importância deste trabalho.

Ao Núcleo de Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social - NEMESS, que, no estudo da complexidade, proporcionou-me a troca de experiências com profissionais de Serviço Social e demais áreas que atuam em diversos segmentos.

A todas as minhas companheiras da docência e do Núcleo de Estudos NEMESS e a todas as pessoas que direta ou indiretamente deixaram sua contribuição.

A meu amigo, Prof. Dr. Silvio Nececkaite Sant'Anna, que me orientou em como prosseguir na minha pesquisa de campo.

A Eduardo Miyatake, dependente químico em recuperação, empregado da CESP, pela colaboração na elaboração de gráficos da pesquisa.

À CESP – Companhia Energética de São Paulo - que me possibilitou colocar em prática todos os meus conhecimentos acadêmicos e extra-acadêmicos, na vivência com os trabalhadores, buscando de forma parceira as soluções reais para as diversas demandas.

Aos colegas da CESP – Companhia Energética de São Paulo - que me incentivaram e a todos os trabalhadores da Empresa, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

Ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo – STIEESP, que me permitiu atuar na incansável busca de equilíbrio entre as forças trabalhista e capitalista, municiando-me com instrumentos que me possibilitaram pôr em prática os ensinamentos recebidos de meu pai ainda na infância, meus primeiros conhecimentos, base do acreditar para defender a necessidade cidadã dos trabalhadores da área de energia e, em especial, dos Dependentes Químicos.

A Tadeu e Valéria, amigos na elaboração deste trabalho nos fins-de-semana, o ideal realizado; Vanks Estevão e Hélia Maria dos Santos Souza, co- pesquisadores que não mediram esforços na aplicação dos questionários em trabalhadores da CESP.

**“Não importa o que fomos, e que caminhos possamos ter seguido, e sim, o que nos propomos a partir de um entendimento espiritual. Que as nossas ações, sejam de coração fraterno, e que antes de julgar tentemos entender e orientar. Nem sempre desaproveitar uma ação é deixar de ter amor e sim, aperfeiçoar aquilo o que há de incompleto em nós. Na verdade todos estão sujeitos a erros e acertos, no processo do crescimento da vida, bem como devemos dar continuidade e aperfeiçoar as obras que começamos”.**

*(Santo Agostinho)*

## RESUMO

A presente dissertação tem como proposta analisar o processo da ação do Serviço Social no Programa de Dependência Química oferecido pela CESP - Companhia Energética de São Paulo, em parceria com o Sindicato dos Eletricitários da base de São Paulo, em 2006. O estudo toma como eixo central de reflexão as grandes mudanças políticas e estruturais vivenciadas pelo setor elétrico, especificamente na CESP.

A retórica corporativa dos programas de qualidade de saúde do trabalhador passa por inúmeros entraves sociais, até chegar ao impacto real que é a saúde do trabalhador dependente de álcool e de outras drogas. Embora pareça cada vez mais aceitável e natural, ainda é um problema lidar com essa demanda no interior da CESP. O Serviço Social busca encaminhamentos e ações cautelosas e éticas, procurando evitar preconceitos e julgamentos tanto no âmbito da gestão da empresa quanto das relações interpessoais e sociais.

A pesquisa foi realizada nas dependências da CESP, em três das suas unidades: sede da empresa em São Paulo, Capital; Usina Paraibuna e Usina Jaguari, ambas localizadas no Vale do Paraíba. Utilizou-se o questionário como instrumento de pesquisa e, com base nos resultados encontrados, procedeu-se à análise articulada, inclusive no contexto do trabalhador na empresa, ao conhecimento que se construiu sobre a matéria e à participação do Sindicato no Programa Prevenção e Tratamento de Álcool e de outras drogas.

Esta pesquisa contribuiu para que se visualizasse melhor a extensão do problema na empresa - o aumento do uso de álcool e outras drogas – e para se conhecer como os empregados, usuários de álcool ou drogas, ou não, veem a ação do Serviço Social na empresa. Contribuiu ainda, para se elaborar um novo planejamento coordenado, buscando novas formas de conduzir e administrar este e outros programas aos empregados da CESP.

Palavras-chave: Trabalhador, álcool, drogas, empresa, Serviço Social



## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the proposed actuation of the Social Service in the *Prevention and Treatment of Alcohol and Other Drugs Program* offered by CESP- Companhia Energética de São Paulo, in partnership with the Union – Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, in the year of 2006. The study takes, as its central point of reflection, the great structural and political changes experienced by the electrical sector in Brazil, specifically; in CESP.

The rhetoric of the *worker's health quality programs* has many social barriers, achieving its real impact in the health of the drug addicted workers. It is still a problem dealing with this demand within CESP, although it has been coming increasingly acceptable and natural. The Social Service acts with caution and ethics, avoiding prejudice and judgments either within the company's management setting as in the interpersonal and social relationships.

The research was performed in the dependencies of CESP, in three of its sites: in the company's headquarters in São Paulo Capital, and in the hydroelectric plants of Paraibuna and Jaguari, both located in the Paraíba Valley. A questionnaire was applied as an instrument of research and, based on the results, we articulated the analysis among the context of the workers in the company, the gathered knowledge on the subject and the participation of the Union in the *Prevention and Treatment of Alcohol and Other Drugs Program*.

This research contributed to a better comprehension of problem's extension in the company, that is, the increase of alcohol and other drugs utilization, and also to know how the employees, addicted or not, see the of the Social Service's actuation. Contributed, as well, to develop a new coordinated plan, including new ways to lead and manage this and other programs to CESP's employees.

Keywords: Worker, alcohol, drugs, company, Social Service

## LISTA DE SIGLAS

ABRACEEL	-	Associação Brasileira de Comercializadores de Energia Elétrica
ABRATE	-	Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica
ANEEL	-	Agencia Nacional de Energia Elétrica
ASMAE	-	Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica.
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	-	Comissão Econômica para América Latina
CMBEU	-	Comissão Mista Brasil Estados Unidos
CNAEE	-	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CNE	-	Conselho Nacional de Economia
CNPE	-	Conselho Nacional de Política Energética
CONESP	-	Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos
CPFL	-	Companhia Paulista de Força e Luz
CRC	-	Contas de Resultados a Compensar
CTEEP	-	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
DAEE	-	Departamento Águas e Energia Elétrica
DNAE	-	Departamento Nacional de Águas e Energia
DNPM	-	Departamento Nacional de Produção Mineral
FEA	-	Faculdade de Economia e Administração
GCE	-	Gestão da Crise de Energia Elétrica
GCOI	-	Grupo Coordenador para Operação Interligada
IUEE	-	Imposto Único de Energia Elétrica
MME	-	Ministério de Minas Energia
OMS	-	Organização Mundial de Saúde (ONU)
ONS	-	Operador Nacional do Sistema
PAEG	-	Programa de Ação Econômica do Governo
PED	-	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB	-	Produto Interno Bruto
PIE	-	Produtor Independente de Energia

RENCOR	-	Reserva Nacional de Compensação de Remuneração
RGG	-	Reserva Global de Garantia
RGR	-	Reserva Global de Reversão
SIN	-	Sistema Interligado Nacional

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
-----------------	----

## **CAPÍTULO I**

O Contexto histórico da Empresa de energia elétrica do Estado de São Paulo – CESP a partir da década de 1930 e a implantação do Serviço Social.....	22
1. Aspecto histórico .....	22
2. O golpe militar e a reformulação de um novo projeto de investimentos para o setor elétrico .....	28
3. A criação da CESP – Centrais Elétricas de São Paulo S.A.....	31
4. A participação do capital estrangeiro no processo de privatização do setor de energia elétrica paulista .....	44
5. A dívida da CESP e sua possível privatização.....	47

## **CAPÍTULO II**

A implantação do Serviço Social na CESP .....	50
1. Breve histórico .....	50
2. A inserção do Serviço Social na Medicina do Trabalho na CESP.....	58
3. A CESP como cenário de ações do Assistente Social no campo do tratamento da dependência química: novo olhar para novas demandas.....	62
4. O novo olhar do Assistente Social para as suas novas demandas.....	68
5. O sentido da embriaguez na CESP .....	70

## **CAPÍTULO III**

A realidade do conhecimento dos trabalhadores com referência à dimensão da ação do Serviço Social .....	75
1. Caminhos Metodológicos .....	75
2. Estudos Preliminares e Locus da Pesquisa.....	76
3. Os sujeitos/ atores da pesquisa .....	77
4. Autorização institucional.....	77
5. A construção da amostra e do questionário .....	788
6. Resultados da pesquisa .....	78

Usinas.....	789
TABELAS E GRÁFICOS.....	81
Tabela e Gráfico 1 - Período de admissão.....	81
Tabela e Gráfico 2 - Questões de gênero.....	82
Tabela e Gráfico 3 - Idade dos trabalhadores.....	83
Tabela e Gráfico 4 - Visão e compreensão do trabalhador sobre o uso de álcool e de outras drogas.....	85
Tabela e Gráfico 5 – Quanto ao uso de álcool e de outras drogas na CESP.....	87
Tabela e Gráfico 6 - Constatação da existência do uso de álcool ou de outras drogas na CESP.....	88
Tabela e Gráfico 7 - Sentimento em relação ao uso de álcool e de outras drogas dentro da CESP.....	90
Tabela e Gráfico 8 - Atitude da Direção da CESP.....	91
Tabela e Gráfico 9 - Atitudes diante da comercialização de álcool e de outras drogas no interior da CESP.....	92
Tabela e Gráfico 10 - Aceitabilidade da polícia na Empresa.....	93
Tabela e Gráfico 11 - Sistema de controle nas dependências da Empresa.....	94
Tabela e Gráfico 12 – Repercussão do uso de drogas, nos eventos da Empresa.....	95
Tabela e Gráfico 13 - Providências da Direção da CESP.....	96
Tabela 14 - Parceria entre Empresa e Sindicato.....	98
Tabela e Gráfico 15 - Tratamento com segurança.....	1000
Tabela e Gráfico 16 - A ação do Serviço Social.....	1011
Tabela 17 - Avaliação do Serviço Social na Empresa.....	1022
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	1033
BIBLIOGRAFIA.....	1077
Acervo.....	10113
Sites Pesquisados.....	10213
ANEXO: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	1144

## INTRODUÇÃO

Atuando há vinte e um anos como Assistente Social da CESP - Companhia Energética de São Paulo foi possível vivenciar diferentes situações de descontinuidade e abandono de projetos iniciados na área de assistência protetiva aos trabalhadores eletricitários. Este fato gerou grande motivação profissional para a implementação do Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química na Empresa por meio da parceria estabelecida com o Sindicato da categoria.

A motivação que encontramos para desenvolver e aprofundar o estudo do Serviço Social do trabalho foi a possibilidade de desenvolvermos atividades concretas contínuas e comprometidas com o trabalhador e a disponibilidade de recursos da Empresa para garantir ações técnicas em parceria com o Sindicato.

Atualmente desenvolvemos nosso trabalho na CESP com apenas uma profissional de Serviço Social, ligada à Medicina do Trabalho e com uma equipe multidisciplinar responsável pelas políticas e programas orientados ao atendimento e à prestação de serviços aos trabalhadores. Essa equipe realiza diversas atividades; entre elas, visitas domiciliares e hospitalares, atendimento individual e em grupo, produção de projetos preventivos na área de saúde do trabalhador, acompanhamento funcional e funeral, reabilitação e readaptação profissional, orientação e acompanhamento em auxílio-doença, programa de pré-aposentadoria e programa de atendimento aos dependentes químicos.

Os três anos de estudo para a elaboração da presente dissertação permitiram-nos não só conhecer pessoas envolvidas na atualização das formas de se compreender o Serviço Social no interior de uma empresa de energia elétrica, especificamente a CESP, como também vivenciarmos atividades acadêmicas voltadas para o aprofundamento do objeto de estudo.

Partimos do pressuposto de que o Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química desenvolvidos em empresa de economia mista abrange todos os níveis da empresa: tecnológico, econômico, social, cultural, político e humano, e possibilita a análise da política dos programas do Serviço Social na CESP.

A análise da trajetória e reconstrução do Serviço Social na CESP tem como referência a participação social, a compreensão da contradição entre capital e

trabalho e o movimento de busca do tratamento cidadão e da qualidade de saúde, conceitos presentes nas concepções da equipe responsável pela saúde do trabalhador.

Ao falarmos em Serviço Social de empresa de economia mista logo pensamos naquela visão estudada pelo Serviço Social, na academia: no trabalho burocratizado e muitas vezes desconectado dos problemas cotidianos da sociedade.

Nessa perspectiva vincula-se o profissional Assistente Social que vive “atrás da mesa”, com bons salários, apolítico, ajustador e, sem dúvida, ausente das grandes discussões proporcionadas pela realidade social e mundial, pela universidade.

A presente dissertação versa sobre a reestruturação de processos, produtos, projetos e ações profissionais que passaram pela crítica das demandas. Por um lado, o Assistente Social que se defronta com o crivo do trabalhador, da empresa, do mercado e, de outro, pela nova relação que se vem estabelecendo entre Estado e Sociedade, exigindo nova conexão entre o processo de trabalho e o tratamento dos trabalhadores dependentes químicos. A questão da dependência química vem provocando a redefinição da ação profissional frente às exigências conjunturais e às demandas sociais que hoje se levantam para o Serviço Social na CESP.

Nessa conjuntura, elegemos como questão central a compreensão e a análise da experiência do Serviço Social, partindo de um problema há tempos enfrentado pela CESP que, porém, não recebia o encaminhamento adequado aos trabalhadores: a dependência química na empresa, problema que exigiu um novo Serviço Social, alicerçado na reconstrução e recondução dos modos de se tomarem ações sociais com os sujeitos trabalhadores da empresa.

O processo de mudança do Serviço Social, desencadeado pelo Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química, suscita o debate no cotidiano da prática profissional por ações implementadoras de transformações institucionais, antes restritas às atividades rotineiras e imediatistas; abre a oportunidade de reflexão sobre as condições objetivas do exercício profissional na empresa e seu produto, a energia elétrica, frente às demandas sociais da realidade empresarial; questiona o fazer profissional desprovido de um processo de atualização; fundamenta e critica as novas elaborações teóricas produzidas pela profissão, assim

como propõe a discussão sobre a consolidação e ampliação de direitos e serviços à classe trabalhadora, despertando-nos para a importância do estabelecimento de alianças do Serviço Social não só com outras categorias profissionais e com instituições prestadoras de serviços, como também com a comunidade.

É necessário esclarecermos o conteúdo e a direção da prática do Serviço Social na CESP, para se reconhecerem os processos de mudanças na ação das políticas de saúde mental, mais especificamente na dependência química. Este reconhecimento deve ser entendido no contexto da globalização e ocidentalização da sociedade, com contradições sociais que necessitam ser encaradas e não mistificadas.

Partindo desse pressuposto, coloca-se como pertinente o enfrentamento de um empenho profissional a ser desenvolvido, em que as relações entre o exercício prático do Serviço Social na CESP e a academia deverão ser encaradas como aspiração conjugadas deste estudo.

O Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química na CESP e seu rebatimento na parceria do Serviço Social com o Sindicato da categoria frente às novas demandas são o objeto do presente estudo, ou seja, como a intervenção prática vem apontando para avanços na construção da cidadania dos trabalhadores dependentes químicos e na criação de novas dimensões institucionais na empresa.

A nova concepção do mundo frente a exigências de processos globais que transcendem grupos, classes sociais e nações acabam por intimidar os profissionais do Serviço Social que, ao depararem com um objeto ligado ao desenvolvimento humano, muitas vezes pelo despreparo técnico operativo, perdem-se.

Portanto, não há como fugir desse confronto que caracteriza nossa época. Trata-se da história humana uma nova fase, que traz consigo o surgimento de um conjunto de possibilidades concretas que alteram equilíbrios preexistentes.

O profissional de Serviço Social do trabalho está sendo chamado a contribuir para a construção da garantia de direitos humanos no tratamento de dependência química.

Em contrapartida, dentro desses programas surgem na classe trabalhadora discussões sobre as questões de direitos sociais, participação, negociação, democracia e parceria. Este é um processo novo desencadeador de mudanças



principalmente sobre “pré-conceito” que desencadeiam o alcoólatra, o viciado, o vadio, o irresponsável de “pudim de pinga” (como dizem), para “sujeitos participantes”. Nossa experiência profissional na CESP é trabalhada nessa linha de possibilidades de mudanças.

O Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química facilita, favorece e enseja a mudança cultural da empresa e, em decorrência, do Serviço Social.

A reconstrução do Serviço Social na empresa exige um processo de desburocratização, informação, informatização e redefinição de políticas de prestação de serviços, assim como do estabelecimento de novas relações de trabalho, do estreitamento das relações entre o Assistente Social, os trabalhadores e o conjunto da empresa. Necessário, pois, um novo paradigma, uma nova visão da realidade, uma mudança fundamental em nossos pensamentos, percepções e valores.

É necessário revermos alguns conceitos, que foram, no decorrer do tempo, cristalizando o pensar técnico, como ação do Serviço Social ligado à empresa, por exemplo.

Consideramos gestão de Programas de Tratamento de Dependência Química os sistemas que buscam permanentemente sua articulação com a empresa em que é implantado e seus beneficiários (os trabalhadores dependentes químicos).

Essa articulação faz parte do processo de reconstrução do Serviço Social na CESP, onde foi necessária a introdução de princípios e métodos de gestão estratégica na implantação do Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química, com os trabalhadores das unidades Pedreira (área administrativa), Paraibuna e Jaguari.

A elaboração de um trabalho sobre a experiência da reconstrução do Serviço Social na CESP questionou, também, o aspecto estrutural da crise moderna, intrínseca à globalização, a flexibilidade e a privatização, bem como a perversidade das formas concretas dominantes de sua realização (a droga, a violência, a exclusão, o desemprego, o empobrecimento material, cultural e moral e o domínio destrutivo exercido pelo homem sobre os animais e a natureza).

“O déficit da terra não é fortuito e passageiro; resulta de uma máquina de assalto, agressão, pilhagem e matança acelerada da natureza em benefício da geração presente”.<sup>1</sup>

Existe uma violência socioeconômica e política direta sobre povos, nações e classes; as consequências são as relações quebradas, doenças e morte prematura. É a primeira vez que o homem convive com a possibilidade de extermínio da espécie e a insegurança gerada por ela traz em si outra antiga e sempre nova necessidade: a de proteção da própria espécie.

O modelo de sociedade global atualmente dominante produz quebra nas relações sociais, que, por sua vez causa ruptura nas relações do ser humano com o seu meio ambiente. Trata-se não só da exploração das classes e dos ecossistemas presentes, mas também das classes e dos ecossistemas futuros.

Para analisar a experiência da reconstrução do Serviço Social na CESP torna-se necessário interpretar essa multifacetada “crise”.

Procuramos adotar uma perspectiva ampla e aberta procurando ver nossa situação no contexto das mudanças globais da gestão do Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química, especificamente no contexto da CESP. Temos de confrontar nossas perspectivas trazidas do final do século passado para a contemporaneidade, substituindo as noções de estabilidade, do grau de escolaridade como ferramenta de comando e de carreira, acomodação técnica e da “guerra” do capital *versus* trabalho para a responsabilidade, criatividade, subjetividade, tornando a negociação um eixo do processo de transformação do mundo do trabalho. Vista por esse ângulo, a crise apresenta-se como um aspecto da própria transformação global, possibilitando o confronto com as contradições dos sistemas que fazem parte do nosso tempo.

Dessas contradições poderão surgir superações. “Os chineses, que sempre tiveram uma visão profundamente dinâmica do mundo e uma percepção aguda da história, parecem estar cientes dessa estreita conexão entre crise e mudança. O

---

<sup>1</sup> CAPRA, Fritpt, *O ponto de mutação*. SP: Editora Cultrix, 1994, p.22.

termo que eles usam para 'crise', Wei-ji, é composto pelos caracteres: perigo e oportunidades.”<sup>2</sup>

Essa nova forma de ação profissional, parte da apreensão do cotidiano institucional, e vai requerer uma nova postura do Serviço Social.

Analisar a consistência desse processo, buscando apreender os seus determinantes, oferece a oportunidade de perceber a influência real do Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química na reestruturação do Serviço Social, isto é, no esforço de recriação da prática diária do Assistente Social na empresa. Tal recriação enfrenta a burocracia, a tradição, a força da lei que leva muitas vezes à demissão por justa causa, motivada por dependência química; aposentadoria por “invalidez” para doentes mentais e acidentados no trabalho. Evidenciam-se outros componentes de símbolos e de linguagem inerentes à dependência química que, por serem novos, acabam sendo desconsiderados. Estamos falando, por exemplo, da valorização que os trabalhadores dependentes químicos demonstram após serem tratados, ou seja, mudança no estilo de vida com responsabilidade no trabalho e na família. Para a empresa, há o desejado aumento na produtividade, caracterizado principalmente pela objetividade e força, trazidos pelos trabalhadores em recuperação.

Dessa forma, a alegria, a beleza, a criatividade, o prazer, a felicidade, a subjetividade, a flexibilidade, a sensibilidade consideradas próprias do ser humano começam a adentrar as áreas de trabalho na empresa por meio do crescimento trazido pelo Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química.

O problema que aqui apresentamos não representa um messianismo da empresa, mas uma nova forma de gestão profissional para lidar com as difíceis questões que a vida nos impõe.

As características do novo trabalhador trazidas, em decorrência da gestão do Programa de Prevenção e Tratamento da Dependência Química na CESP, justificam por que a educação, a informação, o conhecimento, a comunicação e a negociação se transformaram nos eixos da mudança produtiva, com equidade social, frutos dos novos paradigmas humanos.

---

<sup>2</sup> CAPRA. Ibidem, p.45.

A questão aqui analisada não se reduz à garantia da sobrevivência, como se o ser humano por nós pesquisado, na condição de trabalhador dependente químico, fosse apenas “trabalho”, mas como na verdade é, um ser de necessidades. Contudo, supõe uma compreensão mais abrangente do que seja a vida humana no contexto da empresa, inserta em projetos que possibilitem a autonomia da própria vida: um ser de liberdade, consciência, solidariedade, relações ilimitadas, comunicação e criatividade.

A lógica da vida humana não obedece apenas ao instinto de reprodução: visa igualmente à participação e, assim, à contínua e progressiva capacidade de ser, qualidade perdida por ocasião da dependência química ativa, (alcoolismo/drogadição).

O tema aqui pesquisado, em síntese procura de um lado entender e analisar a dinâmica e o conteúdo do programa de prevenção e dependência química, como nova forma de atuar do Serviço Social no contexto da CESP; por outro lado, intenta contribuir para ampliar os estudos sobre o Serviço Social do trabalho e estimular novas investigações sobre esta área de intervenção profissional.

No primeiro capítulo realizamos a contextualização da política econômica e social no setor de energia elétrica (de 1930 a 1964, era Vargas [Getúlio matou-se em 1954!]) demonstrando a necessidade e urgência em redefinir e intervir na regulamentação dos serviços públicos especificamente no setor energético do Estado de São Paulo. Procuramos demonstrar as principais transformações da regulamentação sobre os serviços públicos na governabilidade por parte dos militares e na redefinição de condições de financiamentos para o desenvolvimento do setor elétrico. E, ainda, as tendências administrativas na fusão das Centrais Elétricas do Estado de São Paulo para a Companhia Energética de São Paulo e a criação do Serviço Social intimamente ligada à criação da CESP.

No segundo capítulo analisamos os elementos fundamentais para a reconstrução do Serviço Social no trabalho, quando se fizeram necessários os novos modelos de programa no campo da dependência química. Analisamos também a importância da parceria firmada entre o Serviço Social, o Sindicato e a Empresa na garantia de tratamento cidadão aos trabalhadores da CESP.

No terceiro capítulo, apresentamos a pesquisa e seus resultados. Realizada com questionários compostos por 15 questões fechadas aplicadas a 120 trabalhadores, divididos por Diretorias, tivemos o objetivo de compreender as visões de mundo, os sentimentos e as opiniões desses trabalhadores sobre o Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química oferecido pela empresa em parceria com o Sindicato da base de São Paulo e com o Serviço Social da CESP, bem como a avaliação dessa parceria. Trabalhamos com uma amostra de 531 trabalhadores, distribuídos em seis Diretorias: Administrativa, Engenharia e Construção, Financeira e de Relações com Investidores, Geração Leste (usina), Geração Oeste (operação) e Presidência, totalizando 23% dos trabalhadores da população ativa da empresa.

Nas considerações finais apresentamos nossas reflexões com base nos estudos realizados, destacando como a CESP – Companhia Energética de São Paulo - (pela parceria entre Sindicato e Serviço Social), propiciou um “novo” ritmo de trabalho, uma nova valorização de sua mercadoria (energia elétrica) e gerou uma série de alterações no modo de viver de seus trabalhadores com suas famílias, contribuindo para o crescimento econômico e social. Ao refletirmos sobre essa necessidade, no interior da CESP vários fatores conjugados entram em cena: o trabalhador dependente químico, a intervenção do Serviço Social, a produtividade e o Sindicato representante legal da categoria.

# CAPÍTULO I

## O CONTEXTO HISTÓRICO DA EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CESP A PARTIR DA DÉCADA DE 1930 E A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

### 1. Aspecto histórico

O período entre 1930 e 1964 foi efervescente pelo contraste de opiniões políticas e econômicas sobre a modernização do Estado e da Sociedade brasileira no setor de energia elétrica.

A necessidade e urgência em redefinir e intervir no setor manifestou-se com o aumento da regulamentação sobre os serviços públicos. A grande concentração nesta fase encontrava-se nas mãos de grupos internacionais (<sup>3</sup>Light e <sup>4</sup>Amforp) que esboçam as medidas pioneiras de ordenação institucional das atividades de produção e distribuição de energia elétrica no Estado de São Paulo.

Nos três primeiros anos da década de 1930, tomaram-se algumas iniciativas elementares de regulamentação do setor: a interrupção dos processos de autorização de novos aproveitamentos de cursos de água, a proibição de aquisição de empresas, a extinção da cláusula-ouro, mecanismo utilizado desde o primeiro contrato com a empresa São Paulo Light que garantia às empresas o reajuste sistemático das tarifas pela cotação do ouro.

---

<sup>3</sup> Há 100 anos a Light chegou ao Brasil para impulsionar o progresso. Autorizada a funcionar em 17 de julho de 1899, o empreendimento que assinala o início das atividades do Grupo Light no Brasil é a Usina Hidrelétrica Parnaíba, no Rio Tietê, construída entre 1899 e 1901.

<sup>4</sup> Amforp, organizada em 1923 pela Electric Bond and Share e atuante no Brasil a partir de 1927, passou a controlar a geração e a distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo, Porto Alegre, Pelotas, Salvador, Recife, Natal, Vitória e interior do Rio de Janeiro. Em 1930, as atividades ligadas à energia elétrica estavam claramente dominadas pelo Grupo Light, concentrado no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, e pela Amforp, em diversas capitais estaduais, situação que viria a perdurar até meados dos anos de 1960.

O novo arcabouço regulatório formaliza-se no Código de Águas (Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934), materializando-se, assim, o projeto intervencionista na gestão do setor de águas e energia elétrica.

O Código de Águas, ao mudar a relação do Estado com a indústria de eletricidade e estabelecer princípios reguladores mais rígidos, gerou resistência entre as principais empresas do setor. A Light, maior companhia de energia elétrica, centrava suas críticas na questão tarifária.

Opondo-se à remuneração do capital pelo custo histórico dos investimentos, defendia que se adotasse o custo de reprodução ou reposição.

Embora houvesse resistência à adoção do custo histórico, na prática esse princípio não tinha influência sobre a determinação das tarifas, em virtude de pressões políticas e de dificuldades operacionais e regulatórias para implementá-lo. Ao estabelecer em seu artigo 195 que as “autorizações e concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil”, o Código de Águas refreou a participação de companhias internacionais no setor.

Ainda que o Código não tenha sido plenamente implementado, sua inspiração nacionalista provocou incertezas regulatórias que desencorajaram investimentos dos grandes grupos estrangeiros instalados no país.

Os desestímulos dos empresários e a restrição às importações de máquinas e equipamentos durante a Segunda Guerra Mundial reduziram efetivamente o ritmo de expansão da capacidade de energia instalada, geraram um desacerto com o crescimento e o aumento relativo do consumo.

Em vista desse ambiente, e seguindo a política aplicada em outros setores estratégicos como na economia, o Estado ampliou o seu papel para além das atribuições reguladoras e fiscalizadoras passando a investir diretamente no setor elétrico, por meio da criação paulatina de Instituições que centralizassem no controle do Estado a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. Nesse período, o Brasil era governado por Getúlio Vargas, governo provisório (1930-1934: Era

Vargas). Vargas gozava de poderes quase ilimitados e, aproveitando-se deles, começou a tomar medidas políticas de modernização do país.

Nessa fase foram criados novos Ministérios como: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde, que contribuíram para o crescimento e evolução do Estado de São Paulo e, conseqüentemente, do Brasil. Na prática, os Estados perdiam grande parte de sua autonomia política para o Presidente<sup>5</sup>.

À Getúlio Vargas também é creditada, nessa época, a Lei da Sindicalização, que vinculava os sindicatos brasileiros, legalizando e organizando os trabalhadores em suas categorias. Vargas pretendia, com isso, ganhar com a organização das categorias o apoio popular, para suas decisões (a política conhecida como populismo).

Houve, na Era Vargas, grandes avanços na legislação trabalhista brasileira, que perduram na atualidade. No segundo mandato de Vargas (1936 a 1945), o Conselho Nacional de Economia (CNE) é criado pela Constituição de 1946. Foi elaborado um Anteprojeto de Lei com diretrizes para organizar e desenvolver a eletrificação no país.

O CNE criticava abertamente o Programa Nacional de Eletrificação, defendia a revisão drástica dos princípios do Código de Águas e, em oposição à Assessoria Econômica da Presidência, propunha o reajuste tarifário para cobrir a crise do setor elétrico.

Com as bases lançadas no segundo Governo de Vargas, fica delineado no Governo Juscelino Kubstischek (1956 a 1961) o Projeto de Desenvolvimento do Setor Elétrico sob o comando da Empresa Pública, com a criação da maior parte das companhias estaduais de energia elétrica e a criação da Central Elétrica de Furnas, controlada pelo Governo Federal e pelo Estado de Minas Gerais. Juscelino planejava adotar uma estratégia desenvolvimentista, de modernização e rápida

---

<sup>5</sup> Em 1930, cinco pessoas assumem o governo "Provisório" de São Paulo. Foram elas, respectivamente: Heitor Penteadó, de 21.05.1930 a 24.10.1930; general Hastínfilo de Moura, 24.10.1930 a 28.10.1930; José Maria Whitaker, de 28.10.1930 a 04.11.1930; Plínio Barreto, de 04.11.1930 a 25.11.1930; e coronel João Alberto Lins de Barros, de 25.11.1930 a 25.07.1931.



ampliação da produção industrial brasileira, estratégia traduzida pelo slogan “50 anos em 5”. O principal instrumento da política JK foi o Plano de Metas (1956 – 1961).

Esse plano incorporou os Programas CMBEU – Comissão Mista Brasil Estados Unidos e do Plano de Eletrificação do Governo Vargas e teve como base de sustentação os trabalhos desenvolvidos pelo grupo misto, constituído (em 1953) de funcionários da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Os estudos indicavam a necessidade de superar os “pontos de estrangulamento” que se tornavam obstáculos para a modernização e expansão da Economia Brasileira.

O modelo de crescimento combinava a ação do Estado com a da empresa privada nacional e do capital estrangeiro.

Dos investimentos propostos, no Plano de Metas, 43,4% destinavam-se à Área Energética; deles 23,7%, para Projetos de Eletricidade e 19,7%, para outras formas de energia.

No Setor Elétrico era o aumento da capacidade instalada de geração de 3.148 MW em 1955 para 5.595 MW em 1961.

Os objetivos de ampliação da oferta de Energia Elétrica, traçado no Plano de Metas, foram em sua grande maioria alcançados.

De 1956 a 1961, tinham-se instalado 2.056,7 MW, o que representava 84,1% da meta. Este sucesso deveu-se em grande parte à atuação do BNDES, que no mesmo período financiou 46,3% do crescimento da capacidade instalada. Aqui nos cabe uma reflexão: o objetivo de um regulador independente é a promoção do equilíbrio entre a necessidade de atração de capitais privados - capitais que virão, e também partirão, de forma voluntária - e a promoção de segurança e economia do abastecimento. É importante refletir sobre o fator de atração de capitais: a perspectiva de lucro, a remuneração do investidor é o controle do processo de definição do custo do capital aplicado, considerando-se não apenas os riscos e a

oportunidade apresentada como também a segurança de melhor atendimento e fornecimento.

Entre 1952 e 1962, aprovaram-se cento e quarenta e uma operações de crédito (financiamentos avais) para projetos do Setor Elétrico; elas representaram, em média, 32% das aprovações totais em moeda.

Nesse período, a capacidade instalada de geração no país atingia 5.729,3 MW, dos quais 1.475,1 MW (25,7%) haviam sido contratados com o apoio do BNDES. Entre os principais projetos contratados até 1962 (vide Processo de Privatização na década de 1990), destacavam-se as Hidrelétricas de Bonito (Espírito Santo), Funil (Bahia), Salto Grande do Santo Antonio (Minas Gerais), Paulo Afonso II (Alagoas e Bahia), Lavrinhas (Goiás), Maurício (Minas Gerais), Tronqueiras e Euclides da Cunha (São Paulo), Três Marias e Cachoeira Dourada (Goiás), Peixoto (Minas Gerais), Jacuí I (Rio Grande do Sul), Jurumirim (São Paulo), além de algumas termelétricas, como a Piratininga (São Paulo). As redes de distribuição nos Municípios de Lagoa Santa (Minas Gerais), Mossoró (Rio Grande do Norte), Itabaiana (Sergipe), Estância (Bahia), Massapé (Ceará), Aracaju (Sergipe) e São Joaquim (Santa Catarina) e diversas linhas de Transmissão correspondentes, em várias tensões, com extensão total de 6.363,5 quilômetros em vários municípios.

Em síntese, o período que se estendeu de 1946 (Pós Guerra) a 1962 (criação da Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras), foi marcado por uma alteração profunda no modelo brasileiro de desenvolvimento econômico, modelo que passou a privilegiar a participação do Estado em funções produtivas, financeiras e planificadoras.

Nesse contexto, a constituição do BNDES, criou condições para compor os recursos financeiros dos projetos de reaparelhamento da infraestrutura (com destaque para energia e transporte) e instalação da Indústria de Base. Cabe salientar que o BNDES teve preponderante papel no planejamento da economia nacional.

No setor elétrico, sua atuação foi além da concessão de financiamentos, em moeda nacional. A assistência financeira abrangia prestar garantias e avais

indispensáveis à obtenção de financiamento no exterior para importar equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Os recursos vinculados ao Setor Elétrico eram o Fundo Federal de Eletrificação e a quota dos Estados e Municípios. Entre o final do Governo JK e 1967, amadureceu a estrutura organizacional que iria planejar, regular, fiscalizar e expandir os serviços de energia elétrica até o início da década de 1990. Na realidade, este é um período de transição, em que se criam as principais condições institucionais e os instrumentos financeiros para futura mudança de escala e de grau de complexidade no setor, aproveitando-se inclusive do fôlego proporcionado pela queda da taxa de crescimento do consumo, como resposta à crise econômica de 1962 e 1967.

#### **Os principais marcos das transformações no período foram:**

- a) a criação, em 30 de maio de 1962, da Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP), para, fundamentalmente, tratar da nacionalização das empresas do grupo Amforp, que se tornou Companhia de Força e Luz;
- b) a constituição, em junho de 1962, da Eletrobrás, vinculada ao Ministério das Minas e Energia com as atribuições de planejar e coordenar o Setor; desempenhar as funções de Holding de várias concessionárias; administrar os recursos financeiros (inclusive o empréstimo compulsório vigente em 1964), destinado à expansão da base produtiva do Setor, papel antes desempenhado pelo BNDES, desde a criação do Banco;
- c) a transformação em 1965, da Divisão de Águas e Energia do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral em DNAE – Departamento Nacional de Águas e Energia, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia. Com a extinção do CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, em 1967, suas funções passam para o DNAE, que muda de denominação para DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia.
- d) A criação, em 1962, do Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul;

- e) a contratação, em 1962, do Consórcio Canambra Consulting Engineers Ltda. Esse consórcio foi o resultado da ação conjunta do Governo Brasileiro e do Banco Mundial. A composição do Consórcio envolvia empresas canadenses, norte-americanas e brasileiras. Além dos estudos para o Sudeste, o Canambra realizou pesquisas para solucionar os problemas de fornecimento de energia elétrica notadamente em São Paulo e Rio de Janeiro. Os estudos do Canambra forneceram contribuições para o planejamento energético brasileiro e subsidiaram os planos de desenvolvimento econômico do país, quais fossem;
- f) o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG 1964 e 1966), e o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED – 1968 a 1970). O plano homônimo do governo de Fernando Henrique Cardoso, adotado principalmente no Estado de São Paulo (Plano Estadual de Desestatização), inicialmente concebido em seu primeiro mandato (1995 a 2002) que retira o poder do Estado na economia, chamou-se Plano de Privatização.

## **2. O golpe militar e a reformulação de um novo projeto de investimentos para o setor elétrico**

Podemos definir a Ditadura Militar como o período (de 1964 a 1985) da política brasileira em que os militares governaram o Brasil. Caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. Esse regime redefine as funções econômicas do Estado, com o propósito de recriar condições de financiamento e desenvolvimento necessárias à expansão da economia e do setor elétrico no Brasil, processo de desenvolvimento brasileiro. A lógica de mercado era o fundamento ideológico de re-estruturação, no campo da energia elétrica.

O Governo Federal estimulou a incorporação de empresas estatais em âmbito federal e estadual, fomentando a incorporação de concessionárias de

empresas, estatal e privada, expandindo sua capacidade, no Brasil de gerar, transmitir e distribuir energia no território nacional.

Na época, foram criados o Ministério das Minas e Energia – MME (Lei n.º 3.782 de 22.07.1960) e Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Lei n.º 3.890-A de 25.04.1961), com a finalidade de coordenar e financiar os investimentos públicos no Setor. Portanto, a estrutura do setor foi evoluindo de acordo com as necessidades política e histórica.

Em 1960, a capacidade instalada de energia elétrica do Brasil era em torno de 4.800 MW.

Como em outros setores econômicos nacionais, o Regime Militar centralizava o poder, notadamente nos setores de infra-estrutura nacional, sob seu comando, e o Setor Elétrico achava-se numa posição chave, do ponto de vista de incremento da produção nacional em outros setores econômicos.

No final da década de 1960, iniciou-se o segundo ciclo de expansão da economia (o PIB – Produto Interno Bruto cresceu a taxas superiores a 10% ao ano) e a retomada do investimento do Governo e das Estatais em obras de infra-estrutura. No grupo de empresas estatais, foram relevantes os investimentos hidrelétricos, agora realizados tanto com a geração interna de recursos da própria atividade, quanto com empréstimos externos.

Dentre esses projetos, cabe destacar a entrada em operação da Hidrelétrica de Furnas (1963) que marcou o início da implantação efetiva da interligação do Sistema Elétrico Brasileiro, pois interconectou os Sistemas de Suprimento de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Em seguida, ainda nos anos de 1960, outros Sistemas foram sucessivamente conectados: a interligação da Usina de Jupia e Ilha Solteira (da CESP – Centrais Elétricas de São Paulo) ao Sistema Sudeste; a interligação de Geradoras no Sul; e a interligação de Usinas no Nordeste. O aumento da complexidade operacional do Sistema, em decorrência das interligações, levou o MME a estabelecer os princípios técnicos que, na década seguinte, dariam origem a um órgão especializado na operação otimizada do parque gerador (o Grupo Coordenador para a Operação Interligada – GCOI).

Em 1971, o Governo promoveu aperfeiçoamento na legislação tarifária, para dar sustentação financeira ao Setor. A Lei 5.655 de 20 de maio de 1971 estabeleceu a garantia de remuneração de 10% a 12% do capital investido, a ser computada na tarifa.

O setor passou a gerar recursos não apenas para funcionar de maneira adequada, como também para auto financiar a sua expansão. Complementavam o modelo de financiamento a RGR – Reserva Global de Reversão, o IUEE – Imposto Único de Energia Elétrica, os empréstimos compulsórios à Eletrobrás e o ingresso de empréstimos externos (sobretudo para financiar a importação de equipamentos). Foi, portanto, uma fase em que o setor se desenvolveu em bases financeiras sólidas e que permitiu expandi-lo em condições econômico-financeiras saudáveis durante o período seguinte, entretanto, a estrutura tarifária revelava disparidade no custo de geração e distribuição entre as diversas regiões.

As concessionárias que operavam em regiões mais desenvolvidas diluíam o custo dos serviços por um número de consumidores muito maior, o que garantia estabilidade financeira e capacidade de investimento com uma tarifa impraticável nas regiões que atendiam mercados não representativos. Em 1974, o Governo instituiu a equalização tarifária (Decreto Lei 1383) que buscou estabelecer tarifas iguais em todo o Território Nacional, ajustando a remuneração de todas as concessionárias por meio da transferência de recursos excedentes das empresas superavitárias para as deficitárias; era a RGG – Reserva Global de Garantia. As insuficiências e os excessos de remuneração de cada Concessionário eram registrados, na época de sua prestação de contas anuais, na CRC – Conta de Resultados a Compensar, para serem então incorporados à tarifa corrigida no exercício fiscal seguinte.

### **3. A criação da CESP – Centrais Elétricas de São Paulo S.A.**

No Estado de São Paulo, a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica eram pulverizadas entre várias empresas de origem estatais e privadas, no processo que antecedeu a criação da CESP - Centrais Elétricas de São Paulo. Esse projeto de criação teve o seu início em 1953 e 1954, mas somente efetivou-se em 1966.

Nessa fase, não havia um planejamento estratégico para o setor elétrico, em âmbito nacional, como prever períodos de estiagem de chuvas para a captação de águas nos reservatórios das Usinas e, conseqüentemente, o setor elétrico não atendia à demanda do setor industrial.

A falta de oferta de energia elétrica era notadamente derivada da falta de uma visão macro do setor. Com a centralização na mão do Estado, e em pleno regime militar, foram desenvolvidos políticas e mecanismos que buscavam o perfeito equilíbrio da demanda e oferta de energia elétrica.

Nessa visão centralizadora e normalizadora, foram fundidas onze empresas no Estado de São Paulo, entre estatais e privadas, a saber:

- **USELPA** – Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. Foi constituída em 1953 para aproveitamento do potencial hidrelétrico do Paranapanema, no sudoeste do estado;
- **CELUSA** – Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. Organizada em 1961, para o aproveitamento do Salto de Urubupungá, no Rio Paraná. Iniciou-se a construção das Usinas de Jupia, Ilha Solteira, caracterizadas como as maiores do país, na época;
- **BELSA** – Bandeirantes de Eletricidade S.A. Constituída em 1962, adquiriu o controle acionário da empresa Luz e Força Elétrica do Tietê S.A. e da Companhia de Luz e Força de Tatuí;
- **COMEPA** – Companhia Melhoramentos de Paraibuna S.A. Esta empresa foi criada em fins de 1963 para desenvolvimento do Alto Paraíba;
- **CHERP** – Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo S.A. Constituída em 1965, para o aproveitamento integral dos recursos hídricos do Rio Pardo a partir de 1960,

operava também nos cursos médio e inferior do Rio Tietê. Ela adquiriu o controle acionário da S.A. Central Elétrica do Rio Claro e suas Associadas: Empresa Força e Luz de Mogi - Mirim S.A; Empresa Melhoramentos de Mogi-Guaçu S.A. e Companhia de Luz e Força de Jacutinga S.A.

A unificação ocorreu sem resistências, pois trazia vantagens de racionalização administrativa, no então governo do Dr. Laudo Natel – 1966. Tal ação significava restrições para o pagamento de favores políticos, com a nomeação de diretores; ela foi realizada, porque novos financiamentos se tornavam difíceis, devido á dispersão de esforços e com disputas entre companhias do mesmo Governo Estadual. Isso representou um papel de relevo no setor elétrico brasileiro, fundamentalmente pela sua condição de grande geradora (por muitos anos representando mais de 20% do total nacional) e também se destacando entre as distribuidoras de energia.

A mudança para a Companhia Energética de São Paulo S.A - CESP, sociedade por ações de economia mista, ocorreu por meio do Decreto Estadual n.º 47.322, por ação decisória, permitindo a ela coordenar os projetos de desenvolvimento energético no Estado.

Em 1967, a CESP passou a ser dirigida pelo Dr. Lucas Nogueira Garcez, considerado, pelos trabalhadores da Empresa, um de seus maiores implementadores.

O surgimento da CESP pode-nos remeter a duas origens:

Na primeira, suas raízes estão associadas à implantação, em 1885 no município de Rio Claro do primeiro serviço de Iluminação Pública do Estado de São Paulo, alimentado por uma termelétrica.

No mesmo município foi inaugurada, em 1895, a usina Hidrelétrica de Corumbataí e, em 1900, iniciou-se a geração regular de energia hidrelétrica pela Central Elétrica de Rio Claro, antecessora da S.A. Central Elétrica Rio Claro (SACERC), uma das mais antigas formadoras da CESP.



Na segunda origem, verificam-se os acontecimentos que levariam à formação da CESP iniciando-se em 1953, com a formação da empresa Usina Elétrica do Paranapanema (USELPA), a primeira de uma série de cinco unificações, que culminaria com a constituição formal da CESP em 05 de dezembro de 1966.

A CESP adquiriu algumas características. Delas, a sua imagem era a expressão de competência técnica e de riqueza econômica do Estado de São Paulo na promoção do desenvolvimento e expansão das indústrias, por meio da produção de energia elétrica.

Porém havia resistência à integração numa única empresa, pois existiam rivalidades entre grupos das antigas empresas, devido às diferenças de cultura administrativas e padrões técnicos, além das disputas pelo poder.

A CESP, devido aos seus recursos próprios, despertava o interesse de grupos externos que tinham pretensões de influenciar os processos decisórios da Companhia.

A principal interferência vinha do clientelismo político-partidário e depois dos empreiteiros de obras civis, das empresas de consultoria e projetos e das empresas prestadoras de serviços do setor. "Havia rumores que o governo autoritário distribuía os melhores cargos nas mãos dos militares, sendo os melhores cargos da CESP doados como prêmio de eficiência para os integrantes destaques da OBAN<sup>6</sup>- Operação Bandeirante, antecessora do DOI-CODI<sup>7</sup> - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna."

Com a sua criação em pleno momento de repressão (Ditadura Militar) acentuou-se a tendência ao fortalecimento do Executivo e da função de planejamento da política para o setor de energia elétrica. A pasta das Minas e Energia passou a compreender uma ampla rede de órgãos da administração direta, autarquias e empresas; Programa de Metas.

---

<sup>6</sup> **OBAN:** Centro de informações, investigações e torturas montado pelo Exército do Brasil em 1969, que a coordenava e integrava às ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda.

<sup>7</sup> **DOI-CODI:** órgão de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime inaugurado com o golpe militar de 31 de março de 1964, nos chamados "Anos de Chumbo".

O mesmo núcleo de técnicos e burocratas reunido no Conselho de Desenvolvimento esteve no centro do processo de institucionalização do setor de energia elétrica que se estendeu pelo menos até 1968, na ditadura militar, achando-se então concluída a fase inicial de consolidação das novas agências e definidos os principais atos de regulamentação delas.

A hegemonia de alguns dos técnicos presentes desde 1950 seria confirmada na etapa do chamado Milagre Brasileiro.

Entre 1968 e 1974, a economia brasileira sofreria uma notável expansão, refletida no crescimento acelerado do Produto Interno Bruto (PIB). O período que ficou conhecido como o do "milagre brasileiro" seria marcado por taxas de crescimento excepcionalmente elevadas, que foram mantidas, enquanto a inflação, "controlada e institucionalizada", declinava, estabilizando-se em torno de 20 a 25% ao ano.

Seria necessário, entretanto, definir algumas nuances entre dois extremos desse processo de centralização, quais sejam: de um lado a continuidade de formas autoritárias de intervenção com o conjunto de políticas públicas colocadas em prática pela administração paralela e, de outro, a concentração de poder no Executivo que caracterizou o pós-1964.

A CESP, assumindo o controle das empresas fundidas, também assumiu os seus trabalhadores, totalizando 16 mil trabalhadores entre a capital São Paulo e interior onde estão localizadas as usinas de grande, médio e pequeno portes. A CESP, Companhia Energética de São Paulo, foi constituída com os seguintes objetivos:

- estudos, projetos, construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia resultante do aproveitamento dos rios e de outras fontes, cujas concessões tenham sido outorgadas não só ao governo do Estado mas também a empresas das quais ele seja acionista majoritário;

- manter interesse, a juízo de sua administração e dentro dos objetivos da empresa, nos empreendimentos de particulares ou de sociedades que tenham por objetivo a indústria de energia elétrica ou o seu comércio, inclusive a eletrificação rural;
- estudar, projetar e construir barragens de acumulação e regularização das vazões, e bem assim estudar, construir e operar sistemas de navegação, de irrigação e drenagem e demais serviços decorrentes do aproveitamento múltiplo das águas, diretamente ou em colaboração com outros órgãos estatais ou particulares; estudar, elaborar e executar planos e programas de desenvolvimento econômico em regiões de interesse da sociedade, bem como fornecer informações e assistência técnica para auxiliar a iniciativa privada ou estatal que se propuser implantar atividades econômicas naquelas regiões.

A sua criação foi o resultado do Plano de Eletrificação de São Paulo, elaborado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) do Governo do Estado durante a década de 1950, que previa a criação de uma empresa única para a organização do sistema.

Em 1968, a empresa incorporou a Companhia Elétrica de Votuporanga, a Empresa Elétrica de Andradina S.A. e a S.A. Empresa Elétrica do Itapura. Durante os anos seguintes deu continuidade às obras de construção e ampliação de diversas usinas hidrelétricas em sua área de concessão, especialmente o Complexo do Urubupungá: UHE Eng.º Souza Dias (Jupia) e UHE Ilha Solteira. A CESP é a maior empresa de produção de energia elétrica do Estado de São Paulo e a terceira maior do País. Sua potência instalada total é de 7.455,30 MW e 3.916 MW médios de energia assegurada.

Passou a ter seis usinas hidrelétricas:

**1 ) instaladas no Rio Paraná**

- Ilha Solteira
- Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).
- Engenheiro Souza Dias (Jupiá);

**2 ) localizada no Rio Tietê**

- Três Irmãos

**3) instaladas na Bacia do Rio Paraíba do Sul**

- Paraibuna, no Rio Paraibuna, e
- Jaguari, no Rio Jaguari.

Os reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos são interligados pelo canal Pereira Barreto, que é navegável.

As usinas da CESP são integradas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e despachadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

O grande impacto causado para a construção de grandes reservatórios fez com que a empresa incorporasse ao seu patrimônio tecnológico o desenvolvimento de metodologias específicas no trato da questão ambiental, cumprindo a legislação vigente (código de águas e florestal), criando em 1978 o Departamento de Recursos Naturais, na estrutura organizacional; foi criada a diretoria de Meio Ambiente, com o compromisso de transformar-se num centro de excelência no trato das questões ambientais, não apenas se adequando às exigências pelos órgãos fiscalizadores ambientais, como também preservando em condições legais a vida das famílias que residiam nas localidades inundadas para a construção dos reservatórios.

As indenizações de terras e benfeitorias consistiam no ressarcimento aos proprietários pela perda das terras atingidas para construção dos reservatórios.

Hoje, a CESP mantém cinco viveiros florestais com capacidade nominal de produção de mil mudas por ano para os viveiros de Paraibuna e Ilha Solteira. Na década de 1970, diversas outras usinas entraram em operação.

Em 1975, a CESP adquiriu o controle acionário da Companhia Paulista de Força e Luz. Em 27.10.1977, alterou a razão social para Companhia Energética de São Paulo, quando implantou novos objetivos sociais, como o estudo de fontes opcionais de energia.

Em 1984, a companhia assumiu o controle acionário da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás).

Em 1998, devido ao PED - Programa Estadual de Desestatização, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do Governador Geraldo Alckmin, a CESP foi cindida em cinco empresas de energia. De cada Diretoria formaram-se novas empresas, a saber:

- Diretoria de Distribuição de Energia – gerou a Elektro - Eletricidade e Serviços S.A.;
- Diretoria de Geração do Paranapanema – gerou a Geração Paranapanema Duke Energy;
- Diretoria de Geração do Tietê – gerou a AES Tietê;
- Diretoria de Transmissão de Energia Elétrica – gerou a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia de São Paulo;
- Subsiste CESP – Companhia Energética de São Paulo S.A., com o Governo do Estado de São Paulo como majoritário nas ações.

Durante o governo Collor, não houve investimento de fato no setor elétrico, mas alguns ares de mudança e de rumo já eram previstos para a reestruturação, passando pela privatização, separação dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, estabelecimento de licitação para as obras de hidrelétricas e reorganização dos órgãos reguladores e de planejamento.

Em 1990, a capacidade instalada de energia elétrica no Brasil era em torno de 53.000 MW.

Com a assunção da presidência da república pelo então vice-presidente Itamar Franco, em 1993, e já contando com a presença de Eliseu Resende na presidência da Eletrobrás, foi aprovada a Lei n.º 8.631/93, que, entre outras medidas, equacionou a questão da inadimplência, extinguiu o RENCOR, Reserva Nacional de Compensação de Remuneração, que estabelecia as normas relativas ao equilíbrio econômico financeiro das concessionárias de Serviços Públicos de energia elétrica, Decreto lei n.º 2.432 de maio de 1988, estipulando o uso da RGR - Reserva Global de Reversão pela Eletrobrás e amenizou as “mordaças” tarifárias.

O Decreto n.º 915/93 abriu caminho para as parcerias público privadas, permitindo a formação de consórcios para a construção de usinas hidrelétricas.

Em 1995, início do governo Fernando Henrique Cardoso, outras duas importantes leis para o setor elétrico foram aprovadas: a Lei n.º 8.967, que regulamentava os preceitos de licitação para concessões e deu, assim, início à competição no setor elétrico, e a Lei n.º 9.074, que implantava a figura do Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE).

Em 1º de agosto de 1996, foi implantado o Projeto de Reestrutura do Setor Elétrico Brasileiro-RE-SEB, novembro de 1996, com a finalidade de reestruturar o setor elétrico brasileiro, sob a competente gerência, desde seu início até sua conclusão, em agosto de 1998, de Lindolfo Ernesto Paixão<sup>8</sup>.

Em 26 de dezembro de 1996, com a Lei n.º 9.427, foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia em regime especial, vinculada ao MME, com as atribuições de regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica, atender às reclamações de agentes e consumidores, mediar os conflitos de interesses entre os agentes do setor elétrico e entre estes e os consumidores, concede, permitir e autorizar instalações e

---

<sup>8</sup> Lindolfo Ernesto Paixão, presidente do Conselho de Administração, há mais de 40 anos no setor de energia elétrica. Paixão foi vice-presidente da CESP, de 1983 a 1989, e diretor da Eletrobrás, em 1990-1991. Formado em 1965, foi membro do Conselho de Administração da Eletrobrás, Furnas, Eletronorte, CEB e Copel; consultor do BID para a reestruturação do Setor Elétrico do Peru, entre 1981 e 1983; Gerente Geral do Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico do Brasil, de 1996 a 1998; Superintendente e Presidente do Conselho do MAE - Mercado Atacadista de Energia Elétrica, entre 2001 e 2003. Paixão é autor de livros especializados, como: “Cesp – 30 Anos de Operação”, “Memórias do Projeto RE-SEB” e “Fatos e Circunstâncias”.

serviços de energia, garantir tarifas justas, zelar pela qualidade do serviço, exigir investimentos, estimular a competição entre os geradores e assegurar a universalização dos serviços.

A ANEEL passou a funcionar, efetivamente, a partir de 1997, quando foi extinto o DNAEE, do qual é sucessora.

O então novo Modelo do Setor Elétrico foi consagrado mediante a publicação, em 28 de maio de 1998, da Lei n.º 9.648.

O Operador Nacional do sistema - ONS foi instituído pela Lei n.º 9.648/98, vindo assumir progressivamente as funções até então do GCOI.

As atribuições principais da Organização Nacional do Sistema, ONS são operar o Sistema Interligado Nacional (SIN) e administrar a rede básica de transmissão de energia do País, por delegação dos agentes (empresas de geração, transmissão e distribuição de energia), seguindo regras, metodologias e critérios codificados nos Procedimentos de Rede — aprovados pelos próprios agentes e homologados pela Agencia Nacional de Energia Elétrica, ANEEL.

Foi também instituído, pela Lei nº 9.648/98, um acordo de mercado, o Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, ambiente virtual (sem personalidade jurídica) auto-regulado, com a assinatura de um contrato de adesão multilateral, para ser o ambiente onde se processam a contabilização e a liquidação centralizada no mercado de curto prazo.

A Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (ASMAE) era inicialmente uma sociedade civil de direito privado, braço operacional do MAE, empresa autorizada da ANEEL.

Posteriormente, com a publicação da Lei n.º 10.433, de 24 de abril de 2002, foi autorizada a criação do MAE como pessoa jurídica de direito privado, submetida à regulamentação por parte da Agência Nacional de Energia - ANEEL.

Nessa época, com a introdução da livre comercialização de energia entre geradores/comercializadores e distribuidores/consumidores livres, e do surgimento

das empresas de transmissão de energia — responsáveis pela disponibilização de equipamentos e instalações para o transporte de energia elétrica desde as usinas até os centros de consumo — o setor ganhou outras três associações setoriais:

Em 1.º de fevereiro de 2000 foi criada a Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica - ABRATE, que atualmente congrega oito empresas associadas.

Em 09 de março de 2000, foi criada a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – ABRACEEL, congregando neste momento 20 Comercializadores de energia elétrica. Além da Lei nº 9.648/98, as atividades de comercialização também são reguladas pela Lei n.º 9.427/96;

Em 22 de julho de 2000 foi criada a Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica - APMPE, que congrega produtores de energia elétrica, empresas, entidades e associações interessadas na produção de energia elétrica em projetos de pequeno e médio porte, independentemente do tipo de fonte de geração.

Em 2000 a capacidade instalada de energia elétrica no Brasil era em torno de 72.200 MW.

Com o processo de privatização, que corria em paralelo com a então nova regulamentação do setor, em 2000 foi criada a Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica - CBIEE, que agrega 16 associados, entre grupos empresariais brasileiros, portugueses, franceses, espanhóis, belgas e americanos, globalmente comprometidos com investimentos de longo prazo em infra-estrutura.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma crise no abastecimento de energia que levou o País a uma difícil situação. Com a finalidade de agilizar as providências para enfrentar a escassez, o Governo Federal criou, com a Medida Provisória n.º 2.148-1, de 24 de maio de 2001, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial, decorrentes da situação hidrológica crítica, para compatibilizar a demanda e a oferta



de energia elétrica, para se evitarem interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica.

Em 22 de junho de 2001, a GCE, por meio da Resolução n.º 18, criou o Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico, com a missão de encaminhar propostas para corrigir as disfunções correntes e propor aperfeiçoamentos para o modelo do setor elétrico. Ficou estabelecido que os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê deveriam pautar-se na busca de soluções que preservassem os pilares básicos de funcionamento do modelo do setor, concebido pelo projeto RE-SEB, a saber: competição nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica, expansão dos investimentos necessários com base em aportes do setor privado e regulação dos segmentos que são monopólios naturais (transmissão e distribuição de energia elétrica).

Paradoxalmente, o pesadelo que foi o racionamento de energia elétrica para o governo Fernando Henrique Cardoso, veio a se tornar um importante trunfo para o governo Lula, pois propiciou redução do consumo de energia, com reflexos até a presente data. Com isso, permitiu tempo para que a equipe de governo, que assumiu em 1º de janeiro de 2004, com a Ministra Dilma Roussef como titular do MME, efetuasse as reformulações julgadas necessárias.

O conceito da livre negociação de energia do Projeto RE-SEB, durou pouco tempo e ainda no governo FHC, medidas provisórias, convertidas em lei, ressaltando-se as Leis n.º 10.403, de abril de 2002, e 10.604, de dezembro de 2002, e no apagar das luzes do mandato do ex-presidente, o Decreto n.º 4.562, de 31.12.2002, regulados por várias resoluções ANEEL, passaram a restringir a venda e aquisição de energia, limitando fortemente a livre negociação e, conseqüentemente, a atuação dos comercializadores.

O modelo para setor elétrico concebido pela equipe do presidente Lula, atualmente em fase de implantação, resultou da mudança de rumo já iniciada no governo FHC após o racionamento de 2001.

Valendo-se do "respiro" proporcionado pelo racionamento, à equipe do MME trabalhou rápido. Em 10 de dezembro de 2003 foram emitidas as Medidas

Provisórias 144, que dispõe sobre a comercialização de energia, e 145, que dispõe sobre a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Elas resultaram nas Leis n.º 10.848 e 10.847, respectivamente, ambas de 15 de março de 2004.

Em 2003, a capacidade instalada de energia elétrica no Brasil era em torno de 77.300 MW.

Resumidamente, o modelo em questão tem como características principais: (i) a criação das “figuras” da energia existente - também chamada de energia velha - e da energia de novos empreendimentos - também chamada de energia nova – criadora de formas distintas de comercialização dessas energias; (ii) a existência de dois ambientes de contratação, o Ambiente de Contratação Livre - ACL e o Ambiente de Contratação Regulada - ACR; (iii) o “retorno” ao planejamento setorial e criação do planejamento energético, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, vinculada ao MME; (iv) a extinção do MAE e criação da Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, com funções mais abrangentes; e (iv) a redefinição dos papéis do MME, que passa a ser o executor da política energética emanada do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e da ANEEL, que passa a ter a função exclusiva de regulação e fiscalização.

As associações setoriais confirmaram recentemente — por ocasião do processo de implantação do novo modelo do setor — sua importância na articulação com o Congresso Nacional, na fase da aprovação dos projetos de conversão das medidas provisórias e com o Governo, por ocasião da emissão do Decreto n.º 5.163, que regulamenta a comercialização de energia e outros que completam o arcabouço regulamentar do modelo.

Esse canal permanece aberto, sendo que na continuidade da elaboração dos atos complementares da regulamentação (Convenção de Comercialização, Regras do Leilão, Edital do Leilão e Contrato de Comercialização), suas presenças continuam marcantes.

Foi realizado em 30 de novembro de 2004 o mega-leilão de energia existente.

O sucesso desse leilão foi fundamental, não só para que obtivesse êxito o leilão de energia nova a ser programado para o início de 2005, mas para que o modelo implantado cumprisse sua finalidade de garantir segurança ao abastecimento, promovesse a modicidade tarifária e proporcionasse um marco regulatório estável.

As associações representantes dos agentes do setor elétrico vêm atuando decisivamente na defesa dos direitos e interesses de suas associadas em todas essas etapas de maturação que culminaram com a conjuntura atual do setor. É aí que reside sua principal atribuição.

#### **4. A participação do capital estrangeiro no processo de privatização do setor de energia elétrica paulista**

Retroagindo na história do setor elétrico, o projeto intervencionista na gestão de águas e energia elétrica (decreto 24.643/34) estabeleceu em seu artigo 195 autorização de concessões exclusivas aos brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil.

Com essa redação nacionalista, houve o desencorajamento de investimentos dos grupos internacionais.

Em 1990, o Congresso Nacional aprovou a lei de desestatização. Em 1996 instituiu-se com a lei n.º 9.427 a ANEEL que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal. Com a consolidação do processo de desestatização brasileira (1995 – 2000), ocorreram as desestatizações dos setores mais importantes da economia brasileira, que estavam sob o controle do Estado.

Nesse período, pôde-se observar maior participação efetiva do capital estrangeiro, na forma direta de investimentos em relação a períodos anteriores.

As conseqüências viriam mais tarde, agregando a consolidação do processo de abertura comercial e financeira, a aprovação da lei que autorizava a desestatização por meio de concessões, assim como a lei que eliminava o limite da participação do capital estrangeiro no processo de desestatização brasileira.

No setor elétrico, foram desestatizadas as empresas do segmento de distribuição e geração, arrematando de 1996 a 2000 a quantia de US\$ 10,501200.00 (dez milhões, quinhentos e um mil e duzentos dólares).

Em 15 de maio de 2001, Fernando Henrique Cardoso, presidente eleito e seus ministros adotaram a medida provisória com força de lei n.º 2147, criando a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial para compatibilizar a demanda e a

oferta de energia elétrica, para se evitarem interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica, conforme preconizam o artigo 1.º e o decreto-lei n.º 3818/01 que dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no país, impondo a sociedade a racionamentos de energias e penalidades pelo descumprimento de metas.

Essa crise há muito perdura, e vem sofrendo progressões anunciadas por especialistas, técnicos e trabalhadores do setor. Em São Paulo, a estatização iniciou-se com a Amforp. Ela foi nacionalizada em 1964 pelo governo Vargas, passando a chamar-se Companhia de Força e Luz (CPFL), e depois repassada à CESP (Companhia Energética do Estado de São Paulo).

A Light teve uma sobrevida, porque no início dos anos 50 tomou dinheiro emprestado do Banco Mundial, com aval do governo brasileiro. “Um empréstimo internacional privilegiado: foi a primeira vez que o Banco Mundial emprestou dinheiro para uma empresa e não para um governo,” conta o historiador e cientista político Ricardo Frota Maranhão<sup>9</sup>.

*O ano de 2001 certamente vai ficar marcado na memória dos brasileiros e da população paulista não apenas pelo impacto econômico que o racionamento de energia acarretou tais como a redução do crescimento econômico, aumento do desemprego, aumento do déficit da balança comercial, perda de arrecadação de impostos e efeito inflacionário, mas também pelos grandes incômodos que a privação de energia elétrica ocasionou à população.<sup>10</sup>*

Se por um lado é infrutífero ficar procurando culpados para a crise atual, por outro é fundamental ter claras quais as suas verdadeiras causas. Primeiro por respeito à população, que merece conhecer as verdadeiras causas da privação a

---

<sup>9</sup> Maranhão, Ricardo Frota, professor do Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), membro do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético, UNICAMP (NIFE)

<sup>10</sup> TOLMASQUIM, Mauricio. Graduado em Engenharia de Produção e PHD em planejamento energético pela UFRJ. Autor do texto “**As origens da crise energética brasileira**” veiculado na revista “Ambiente & Sociedade”, n. 6-7, pp. 179-183, 1.º Semestre 2000.

que será submetida, no caso da CESP e, segundo pelo risco de o setor elétrico continuar à deriva na ausência de um diagnóstico correto das origens da crise que o Brasil vive.

Ao contrário do que o governo brasileiro quer dar a entender, esta crise não é uma fatalidade, fruto de um capricho da natureza.

Os reservatórios brasileiros, assim como os reservatórios da CESP - Companhia Energética de São Paulo, são projetados para enfrentar momentos de seca como o que o Brasil vive hoje. Em função da aleatoriedade das chuvas, os reservatórios de acumulação de águas são concebidos para atender a vários anos. É fundamental operá-los, portanto, de forma cuidadosa, utilizando uma lógica de operação de longo prazo. Ou seja, o ritmo de uso das águas do reservatório num dado ano terá consequência nos anos seguintes.

Para evitar a escassez de energia no ano seco, guarda-se água durante o período chuvoso. Assim, no ano chuvoso tem-se a falsa impressão de que existe capacidade ociosa de geração.

Na realidade não há sobras de energia, pois os recursos hídricos represados nos reservatórios serão transformados em energia no futuro. Depois do processo de estatização. Ainda na fala do historiador e cientista político Ricardo Frota Maranhão,

*O governo começou a investir pesado em geração de energia elétrica, nos anos 60, 70 e 80, eliminando totalmente os problemas de apagões e racionamentos. Enquanto funcionou, o modelo estatal foi de grande eficiência no sentido de oferecer serviço, o que demonstra que a estatização veio para atender muito mais a uma necessidade objetiva do que ideológica, pois o setor privado não estava dando conta.<sup>11</sup>*

O negócio caminhou bem até o início dos anos de 1990, quando, de acordo com as pesquisas de Ricardo Frota Maranhão, começaram a aparecer fissuras oriundas dos grandes investimentos em geração com a tomada de empréstimos internacionais de maneira inadequada à realidade financeira mundial do final dos

---

<sup>11</sup> Jornal "Idéias Acesas", edição especial sobre a crise energética, Unicamp: Campinas, julho de 2001, ano XV – n.º 164

anos de 1980: “O governo tomou dinheiro em péssimas condições, agravando o quadro da dívida externa”.<sup>12</sup>

## 5. A dívida da CESP e sua possível privatização

“Todo o plano que havia sido traçado foi devidamente executado. Não existe nenhuma expectativa de distorção”.<sup>13</sup> Se olharmos o processo de tratamento da dívida da CESP, percebe-se que ela está perfeitamente inserida na geração de caixa. O passivo da CESP, no passado recente, chegou a ser de 80% do endividamento em dólar. Atualmente, em números redondos, é de cerca de 50% do total. Pode-se diminuir o risco de exposição cambial.

Dessa forma, a CESP reduz o montante total da dívida com a capitalização, fazendo operações de troca.

*O diretor da unidade de Geração Oeste da CESP, Dr. Silvio Areco,<sup>14</sup> diz que existe problema nos investimentos e na privatização da estatal - Não há nada definido, o que eu tenho é uma opinião pessoal, dentro ou fora da CESP. O processo de privatização passa por uma série de caminhos, o governo é olhado como dono da empresa, além do lado político, onde precisa equilibrar as duas necessidades. Essa incumbência destina-se exclusivamente ao Governador do Estado.<sup>15</sup>*

As investigações quanto aos investimentos, no campo de eventuais parcerias, já foram iniciadas. Ainda não há nada definido. O próprio controlador acionário, o Governo do Estado, está avaliando essa situação. Alguns focos estão acertados para a definição do processo, como a operação e a manutenção da usina, um dos pontos fortes da CESP.

---

<sup>12</sup> Os apagões dos ‘Anos Dourados’. Jornal “Idéias Acesas”, edição especial sobre a crise energética, Unicamp: Campinas, julho de 2001, ano XV – no. 164, p.13

<sup>13</sup> Entrevista fornecida à Agência Canal Energia em 25.09.2007, sobre **a dívida da Cesp**.

<sup>14</sup> Areco, Silvio Roberto, formado em Engenharia Elétrica Mecânica na Escola de Engenharia de Itajubá, especializado em Sistemas de Potência pelo Instituto Power System Engineering Course-Schenectady/NY- EUA, Diretor de Operação Oeste da CESP.

<sup>15</sup> Entrevista fornecida à Agência Canal Energia em 25.09.2007, sobre **Investimentos e privatização da CESP**.

Outro foco de sucesso da CESP é o meio ambiente, atuando com experiências vivenciadas por projetos implantados e implementados no município de Porto Primavera, sede da usina Engenheiro Sérgio Motta, UHE Sérgio Mota.<sup>16</sup>

Essas experiências podem ocorrer em qualquer empreendimento, e com isso podemos nos colocar nesse contexto ambiental.

Com a criação do Programa Estadual de Desestatização do Setor Elétrico - PED em 1996, e com a regulamentação por meio da lei estadual 9.361, houve a desverticalização das empresas do setor elétrico.

Após esse processo, foram vendidas 60,7% do total de ações ordinárias da empresa paulista de força e Luz (CPFL), controlada pela CESP desde 1975. Em abril de 1999, a CESP passou por uma cisão parcial. Nessa cisão foram criadas quatro empresas. De cada diretoria criou-se uma empresa, a saber:

Elektro - Eletricidade e Serviços reúne os serviços de Distribuição de Energia (privatizada); CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (privatizada); Empresa de Energia Elétrica do Paranapanema (privatizada) e Companhia de Geração de Energia Elétrica do Tietê (privatizada).

De acordo com o Prof. Mazzei Nogueira<sup>17</sup>, a privatização do setor elétrico foi um grande negócio para os novos controladores, mas não para a maioria dos trabalhadores e a sociedade, tendo-se em conta os setores geração, distribuição e transmissão, como atesta a pesquisa realizada pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, (FEA) da USP.

Entre 1995 e 2004, houve queda de 36% para 45% no nível de emprego nessas duas atividades que atingiu principalmente homens entre 30 e 49 anos.

---

<sup>16</sup> Sérgio Motta formou-se engenheiro industrial pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI). Foi Ministro das Comunicações (1995-1998). Enquanto se dedicava à modernização das comunicações no Brasil, utilizando recursos do Sistema Telebrás e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, incentivava a produção de quase 300 projetos culturais nas mais diversas áreas - das artes visuais ao cinema, do esporte ao patrimônio histórico e artístico. Faleceu em 19 de abril de 1998.

<sup>17</sup> Nogueira, Arnaldo Jose França Mazzei, PHD do Departamento de Administração da FEA - USP e Coordenador do Programa de Estudos Pós - graduados em Administração da FEA - PUC- SP



A queda no número de empregos foi não só o único impacto causado pela privatização setorial, mas também uma grande mudança no perfil e na renda dos trabalhadores, que passaram a ser mais jovens, com pouca experiência no setor.

Devido a mais tempo de empresa e à progressão salarial, muitos empregados foram demitidos.

Justifica-se a privatização do setor elétrico na tentativa de sanar os problemas causados pela falta de investimentos, como os apagões com os quais a maior prejudicada foi a sociedade.

As empresas oriundas da CESP, hoje privatizadas, passaram a admitir empregados mais jovens com pouco conhecimento, com remuneração inferior e benefícios reduzidos. Os sindicatos perderam a sua força reivindicatória e conseqüentemente representativa. Atualmente, lutam para manter os benefícios conquistados.

O processo de privatização ainda não concluído foi deixado a cargo do governo eleito para o período 2007 - 2011, mas a preocupação do governo em 2006 foi o de sanar suas dívidas, em torno de 10 bilhões.

Com todo o cenário exposto, evidenciam-se maiores exigências quanto ao fortalecimento e constante atualização do Serviço Social da Empresa, para o necessário equilíbrio entre essas diversas forças.

## CAPÍTULO II

### A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA CESP

#### 1. Breve histórico

A gênese do Serviço Social na CESP está intimamente ligada à sua própria fusão e de sua legitimidade como Centrais Elétricas do Estado de São Paulo, regularizada em 05 de dezembro de 1966. Na busca dessa legitimidade é que a primeira Assistente Social oriunda de uma das empresas fundidas, Sucelina Yasuoka Bradaschia,<sup>18</sup> com mais duas Auxiliares de Serviço Social empenharam-se na construção de um projeto profissional que pudesse atender à demanda apresentada na fase de adaptação de todos os trabalhadores que também vieram das empresas fundidas.

Essas profissionais atendiam aos empregados nos problemas decorrentes de: inadaptação de função, deficiência de produção, readaptação profissional, absenteísmo, relacionamento em linha vertical ou horizontal, desajustamentos psicossociais, econômicos e outros; realizavam visitas domiciliares às famílias dos empregados para constatar problemas que estivessem interferindo no ambiente de trabalho; promoviam orientação na solução de seus problemas de ordem econômica, familiar, de saúde, educação e outros.

Assessoravam a administração da empresa, fornecendo subsídios para a tomada das decisões que objetivassem as intervenções do social.

A empresa vinha-se defrontando com graves problemas de mão-de-obra fixada dentro dos canteiros de obras, nas denominadas vilas residenciais.

---

<sup>18</sup> Bradaschia, Sucelina Yasuoka – Assistente Social, formada pela Faculdade de Piracicaba, pioneira do Serviço Social na CESP.

A criação das vilas trazia problemas de ordem técnica, administrativa e econômica, porém, com maior gravidade, problemas psicossociais.

A estrutura de criação da cidade de forma artificial para abrigar essas famílias, para a construção das usinas, mesmo que dotada de uma estrutura provisória, não poderia comportar as relações sociais da comunidade natural. O poder local, também em processo de organização e em consenso para a criação e construção das usinas, com a sociedade civil, não eliminava os conflitos num espaço limitado, o que veio não só implicar e alterar o sistema de organização bem como enfatizar a necessidade de reforçar a capacidade administrativa num amplo trabalho de formação e readaptação tanto na comunidade local como na própria empresa. Essas profissionais de Serviço Social buscaram outra condição para reorganizar esses trabalhadores e suas famílias, realocando-os por bairros, centralizando-os próximos às barragens, facilitando a sua socialização e partindo do princípio de que, dessa forma, criariam a sua própria identidade local, e assim seria possível adquirirem vida social, criando condições de lidar com os seus problemas específicos.

Uma das dificuldades enfrentadas por essas profissionais foi lidar com a visão localista dessas famílias e as reivindicações por melhorias da infra-estrutura, praça, igreja, asfalto nas ruas, iluminação. Tratava-se de uma questão de maturidade política, da instituição e da definição de investimentos nesses setores. Os trabalhadores, com pouca escolaridade e com muita dificuldade de entender todos esses procedimentos, passaram a exigir maior atenção dos assistentes sociais.

Com a extrema urgência do atendimento das demandas apresentadas, impunha-se a necessidade de dar respostas que viabilizassem a possibilidade de implantar programas de forma ágil e democrática. Assim, num contexto de pressão social, a participação acontecia num constante processo de interação entre o trabalhador, a família, o Serviço Social e a empresa, configurando e potencializando a aplicação das práticas dessa comunidade, utilizando mecanismos institucionais e de reconhecimento dos direitos efetivamente exercíveis.

Existem momentos da história que podem e devem ser aproveitados para que se possa estabelecer um relacionamento de parceria e negociação, principalmente levando-se em conta o momento de estruturação da empresa e de seus trabalhadores.

Dentro dessa estrutura, o Serviço Social teria por função atuar em todos os setores, da empresa “promovendo” ou facilitando o relacionamento interpessoal, para o desenvolvimento de suas atividades funcionais; assim, a função do Assistente Social no interior da empresa era: atuar no atendimento de caso (por aconselhamento e encaminhamento), na área médica (aspecto moral, social e psicológico da doença), na área econômica (principal atuação do Assistente Social que se concentrava nos estudos e na criação de uma cooperativa para a concessão de empréstimos sociais e pessoais, na orientação orçamentária e a utilização dos recursos oferecidos etc.), na área legal (seleção de casos para encaminhamento, procurando previamente conciliar as situações e prevenir os processos trabalhistas, e, no período das negociações coletivas, fazer a <sup>19</sup> mediação entre o trabalhador, empresa e sindicato).

O Serviço Social da CESP desenvolvia, além das atividades de coordenação dos serviços assistenciais, concessão de benefícios e organização de associações de ajuda mútua e cooperativismo (crédito), atividades de atendimento e minimização dos conflitos entre o capital e trabalho, no modelo assistencialista. A expansão industrial no Brasil, assim como em outros países capitalistas, favoreceu desenvolvimento principalmente em São Paulo, gerando uma ação ideológica na representação dos interesses da classe trabalhadora, desenvolvendo nas empresas as relações humanas. Essa teoria exerce um efeito modernizador sobre o Serviço Social, segundo os documentos do Grupo de Estudos de Serviço Social do Trabalho - GESSOT,<sup>20</sup> ao inculcar nos trabalhadores a ilusão de que existe igualdade entre patrões e empregados, e que os trabalhadores podem tornar-se sócio-iguais aos

---

<sup>19</sup>A mediação, como categoria lógica da dialética é necessariamente ontológica, porque constitui os processos concretamente; evidentemente esta afirmação só tem validade para a verdadeira ontologia de Hegel extraída dos “esterços” logicistas. Assim, essa categoria é responsável pela densidade dos processos totais, enfim, de sua complexidade. PONTES, Reinaldo Nobre Mediação e Serviço Social, São Paulo: Cortez, p.55

<sup>20</sup> GESSOT - Grupo de Estudos do Serviço Social do Trabalho.

padrões, que as boas relações humanas podem existir para fazer prosperar a empresa (lema da CESP: “o trabalhador é a energia da empresa”).

A prática profissional influenciada pela ideologia das relações humanas mantém-se na reprodução da ideologia vigente no sistema social, objetivando o ajustamento social do trabalhador ou o desenvolvimento das relações humanas, ou melhor, tenta conformar o trabalhador ao sistema, integrando-o e conscientizando-o.

A intervenção do Serviço Social na CESP, por essa perspectiva, focava como objeto o ajustamento social, a integração social desses trabalhadores e suas famílias na comunidade, na sociedade de classes e na divisão social do trabalho.

A CESP assim como as demais empresas de energia elétrica tentava avançar em seus compromissos sociais, na medida em que toda a categoria também lutava para a legitimidade da profissão.

Na fase da implantação do Serviço Social na CESP, especificamente a CHERP - Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo S.A. e mais duas auxiliares de Serviço Social realizaram um seminário para concretizar a integração dos trabalhadores e romper com o saudosismo (cultura trazida das empresas fundidas), na tentativa de eliminar conflitos.

Este seminário tinha como público-alvo: diretores da empresa, engenheiros de barragens, gerentes de área, trabalhadores em geral e seus familiares. Num determinado momento do evento, um gerente regional (não identificado) de posse do microfone, por desconhecer as atribuições do profissional de Serviço Social, disse:

*Foi muito boa a vinda dos profissionais de Serviço Social, pois agora teremos pessoas capacitadas para elaborar as festas comemorativas.*

Segundo Sucelina, o contato direto com os empregados permitiu interpretar para a administração, a realidade da situação de trabalho e, com isso, suscitar a formulação de políticas de pessoal (se inexistentes), sua dinamização (se inoperante), a sua reformulação (se necessária), criando canais, sistematizando

condutas, na tentativa de possibilitar melhores condições e a integração de todos os trabalhadores e seus familiares atingidos pelas medidas dessas políticas.

*“O homem não pode ser visto pela empresa como um objeto e, sim, sujeito de suas próprias mudanças.” Bradaschia, Sucelina Yasuoka.*

Essa crítica ao profissional de Serviço Social no passado, mas que ainda perdura, constitui-se um campo de atuação considerado como “apêndice” pelos intelectuais da profissão. Dessa forma, sua proposta de trabalho sofreu uma inflexão, embora as linhas mestras da Doutrina Social da igreja ainda continuassem no seu ideário. Ficou explícita, naquele momento, a necessidade de sistematização da prática dos Assistentes Sociais e dos conhecimentos de que se apropriavam, procurando dar-lhes coerência formal com estabelecimento de definições e tipologias.

O Serviço Social na CESP teve uma intervenção instrumentalizada<sup>21</sup> em três dimensões: caso, grupo e comunidade.

Na sistematização teórica da profissão, os Assistentes Sociais valer-se-iam dos conhecimentos das ciências sociais, num sincretismo que aliava as generalizações feitas pela Psicologia, Antropologia, Sociologia, Economia, Administração etc. Em 1970, o Serviço Social da CESP foi expandido, passando a existir em todas as demais localidades, a que chamamos unidades descentralizadas (usinas ainda em construção) e nas comunidades rurais e urbanas. O Serviço Social contribuiu para a criação do primeiro ambulatório médico, que possibilitou a sistematização de atendimento, observando-se grande índice de acidentes de trabalho e constatados, então, casos de alcoolismo nos trabalhadores.

---

<sup>21</sup> Fundamentação teórica e metodológica das várias correntes psicossociais, visando instrumentalizá-las na construção de projetos de intervenção nas diferentes áreas sociais, com base em atividades contextualizadas e transformadoras da realidade. Tem como objetivos fundamentar teoricamente as práticas psicossociais em diferentes áreas como saúde, educação, serviço social, e na elaboração de políticas públicas, além de instrumentalizar os profissionais para a elaboração de projetos e técnicas de intervenção psicossocial.

Em 1975, o Serviço Social foi desmembrado na Empresa, passando a ser sua atribuição somente o acompanhamento funcional, atendendo ao trabalhador, desde a sua admissão até o seu desligamento, quando as demais atribuições até então desenvolvidas pelo Serviço Social da Empresa, por interesses políticos, passaram a fazer parte da Fundação CESP<sup>22</sup>, para onde foram designados os Assistentes Sociais, com a administração dos benefícios sociais e de bem-estar social.

O Serviço Social remanescente integra, então, a área de Recursos Humanos, com equipe reduzida a um profissional por Diretoria.

A base social para a prática do Serviço Social funcional residia no fato de que é obrigação primária do Serviço Social o desenvolvimento e a administração de programas que favorecessem o crescimento produtivo do homem e da sociedade. A ação do profissional voltava-se para a liberação e acionamento da vontade do indivíduo, bem como para o desenvolvimento de medidas de apoio e estímulo à sua autodeterminação e autodesenvolvimento, objetivando seu maior equilíbrio em relação ao meio e ao desempenho de um papel social e funcional.

De certo modo, a influência estadunidense significou um avanço para o Serviço Social: não se tratava mais de repassar uma doutrina, nem de estabelecer a harmonia entre capital e trabalho. Reconhecia-se a existência de tensões na sociedade e essas tensões eram situadas nas relações homem e seu meio, basicamente na desigualdade de condições de acesso a bens e serviços, em razão da inserção ocupacional dos indivíduos, ou em questões relativas a fatores específicos como: sexo, idade, etnia, problemas relacionais, baixa produtividade e outros.

O problema social polarizado nesses elementos estabelece o limite para a intervenção, ou para a ação sobre o indivíduo, ou sobre o meio, ou sobre ambos,

---

<sup>22</sup> Fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, administra os planos de previdência e saúde para os empregados do setor elétrico, do Estado de São Paulo. Criada em 1969, é exclusiva da Companhia Energética de São Paulo-CESP. Em 1977, novos patrocinadores foram incorporados. Hoje, a FUNCESP continua administrando os planos para a sua maior mantenedora-CESP e mais 15 outras energéticas. Conta com 120 mil participantes, entre empregados ativos, assistidos e seus dependentes.

dificultando a percepção dos antagonismos de classe como determinantes nas relações mais amplas da sociedade.

Baseando-se nesse conceito, o Serviço Social do trabalho na CESP passou a ter como “leitura básica” da sociedade uma organização dividida numa rede de micro e macro atuação, que realizava funções, visando à manutenção do equilíbrio no relacionamento entre os trabalhadores, suas áreas, especificamente a sua relação com o trabalho e o bom andamento da produtividade e da relação interpessoal. A empresa era vista como um lugar onde os interesses dos indivíduos e da sociedade se encontravam. Na prática, o Assistente Social partia da premissa de que a direção percorrida pela empresa daria o conteúdo e direção a um processo de ajuda específica ao trabalhador, assegurando sua responsabilidade social. Essa análise estava dissociada da condição de proporcionar aos trabalhadores a garantia do atendimento de suas necessidades.

O embasamento teórico do Assistente Social nessa época era a abordagem de Maslow<sup>23</sup> sobre as necessidades do ser humano, porém os atendimentos não superavam as necessidades básicas. Extrapolar, portanto, os limites de atendimento da empresa estavam fora da responsabilidade do Assistente Social. Com base em seus compromissos administrativos e burocráticos, os Assistentes Sociais exerciam o poder que permitia ou interditava, limitava ou ampliava o acesso dos trabalhadores aos bens e serviços da empresa. Só com a aceitação dos limites de sua função é que o profissional pode descobrir a riqueza e profundidade psicológica, na qual a ajuda pode ser dada.

O acompanhamento funcional da CESP consistia em assessorar os gerentes passando os Assistentes Sociais a atuarem como consultores internos das chefias de todos os níveis hierárquicos; nessa fase abriu-se o campo profissional, os assistentes passaram a atuar com os demais profissionais como psicólogos,

---

<sup>23</sup> MASLOW, Abraham H. PHD em Psicologia pela Universidade de Wisconsin, New York. Auto da “**Teoria das Necessidades Humanas**”. Segundo esse autor, o homem é motivado por necessidades organizadas numa hierarquia de relativa prepotência (isso significa que uma necessidade de ordem superior surge somente quando a de ordem inferior foi relativamente satisfeita).



sociólogos, pedagogos, administradores e o próprio assistente social. Finalmente foi possível ser reconhecido como um setor ordenado.

O Serviço Social organizado, com sustentação nas relações humanas<sup>24</sup> e funcionalistas, manteve a sua proposta por tempo razoável na empresa.

O Serviço Social da CESP passou e ainda passa por profundas mudanças, trazendo significativas repercussões nas relações de trabalho e de produção. A globalização da economia e as inovações tecnológicas (robótica, automação, microeletrônica) foram preponderantes na implantação de novas técnicas de intervenção social no mundo do trabalho as quais questionam e mudam paradigmas de conceito e atuação do Serviço Social, apresentando novas concepções. Com o relacionamento organizacional, fez-se necessária uma intervenção criativa do serviço social do trabalho para a efetivação da prática profissional reconstruída do Assistente Social<sup>25</sup>.

Diante desse cenário, o exercício do Serviço Social na CESP passou a se vincular às novas formas de gestão requeridas pelas mudanças tecnológicas e pela organização no processo produtivo.

Isso nos permite uma reflexão das atribuições tradicionais e as recentes demandas impostas ao Serviço Social, para atender os novos objetivos propostos, pela empresa, neste novo modelo de atuação, frente a essa reestruturação.

---

<sup>24</sup> Canoas, Walter. Op.cit. 136

<sup>25</sup> Canoas, Walter. Op. cit. 137

## 2. A inserção do Serviço Social na Medicina do Trabalho na CESP

*A narrativa de vida de uma carreira é uma história de desenvolvimento interior, que se desenrola por habilidades e luta. 'Temos de lidar com [a vida] deliberadamente, imaginar sua organização social, alterar seus instrumentos, formular seu método. 'A pessoa que segue uma carreira define objetivos de longo prazo, padrões de comportamento profissional ou não profissional e o senso de responsabilidade por sua conduta'.<sup>26</sup>*

Para atender os objetivos propostos, nesta dissertação analisaremos a inserção do Serviço Social na área de Medicina do Trabalho, que configura um tipo de demanda, bem como as demandas requisitadas pela estrutura da empresa, pós - reestruturação produtiva.

Em 1987, deu-se origem ao Serviço Social da Medicina do Trabalho na CESP, intimamente relacionada com as necessidades peculiares surgidas; isso exigiu um novo modelo de profissional, uma atuação moderna em que os traços tradicionais fossem substituídos por procedimentos mais condizentes. A falta de controle, o grande índice de empregados em auxílio-doença (288) e afastamentos eram caracterizados por variados diagnósticos. Esses empregados desempenhavam as suas funções nas linhas de produção, distribuição e geração de energia elétrica.

O profissional de Serviço Social, por meio de sua atuação e ação técnica e política, passaria a responder às necessidades vinculadas à reprodução material da força de trabalho e ao controle das formas de convivência entre empregado e empresa, contribuindo para a retomada da produtividade no trabalho. Nessa retomada, as ações profissionais eram direcionadas para exercer funções de apoio à administração do trabalho, intervindo na repressão dos conflitos gerados pela falta dessa mão-de-obra qualificada e na promoção da integração, interação e readaptação dos trabalhadores às exigências do processo produtivo.

---

<sup>26</sup> SENNETT, Richard. *PHD em Sociologia*. Professor de sociologia na London School of Economics e professor na New York University. Autor da obra "**A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**". ed. Rio de Janeiro. 2005.

*O Serviço Social sempre foi chamado pelas empresas para eliminar focos de tensões sociais, criarem um comportamento produtivo da força de trabalho, contribuindo para reduzir o absenteísmo, viabilizar benefícios sociais, atuar nas relações humanas na esfera do trabalho, para adequação do comportamento do trabalhador à lógica do desenvolvimento capitalista; as ações profissionais se embasavam em construções teóricas emprestadas das Ciências Sociais, transformadas em técnicas e aplicadas às situações imediatas, legitimando assim suas funções.<sup>27</sup>*

Nesse processo de reestruturação produtiva, que advém das inovações tecnológicas e da competição acirrada entre as empresas de energia elétrica, foi um grande desafio para o Serviço Social conviver com profissionais de diferentes posicionamentos políticos, ideológicos e culturais num momento de mudança, resultando no desafio da criação do Serviço Social na Medicina do Trabalho.

Esse desafio tornava-se mais provocante quando cabia ao Serviço Social cumprir metas, executar projetos para trazer resultados quantitativos e qualitativos, o que ainda constituía um problema profissional de fundo, pois, até então, não se pensava e nem se aceitava o Serviço Social como um dos agentes mediadores dos conflitos possibilitando a otimização da produtividade.

Diante dessa condição, situaram-se os esforços, as certezas e incertezas, os questionamentos e as respostas obtidas no processo de implantação de novas práticas de intervenção social. Tratou-se de um movimento de reconstrução do Serviço Social do trabalho na CESP que não foi linear nem simples, mas contraditório e complexo. Adequando “novas modalidades de gestão e estratégias empresariais”<sup>28</sup>, que visavam ao controle da qualidade do produto oferecido (energia elétrica), da prestação de serviço e da força de trabalho, passou-se a utilizar novas políticas de administração, com o uso de expressões como reengenharia organizacional, qualidade total, gerenciamento estratégico, gestão participativa e qualidade de saúde.

---

<sup>27</sup> Iamamoto, Marilda Villela. PHD em Ciências Sociais (PUC-SP).

<sup>28</sup> Karsch, Úrsula – PHD em Serviço Social e autora da obra “O Serviço Social na Era dos Serviços. São Paulo: Cortez, 1989, p. 48.

*(...) passa a ser relevante, no processo produtivo, a falácia da qualidade total e os Círculos de Controle de Qualidade-CCQ, que se expandem, constituindo grupos de trabalhadores, coordenado pelo Serviço Social, que são incentivados pelo capital, a se inserirem nas discussões sobre o trabalho e desempenho, juntamente com a participação dos Sindicatos representantes da categoria, visando aumentar a produtividade e a redução dos custos da empresa, objetivando reduzir os níveis de conflitos entre o capital e trabalho e envolvendo os trabalhadores com o propósito e metas da empresa; com isto a organização busca integrar políticas e práticas de modernidade na gestão de Recursos Humanos aos programas de qualidade e produtividade.<sup>29</sup>*

Tendo sido alterados os objetivos do modelo antigo, de origem na criação da CESP, a implantação do Serviço Social na Medicina do Trabalho na CESP ocorreu com grande embate, inclusive com o Serviço Social da Fundação CESP, tendo em vista que os Assistentes Sociais da área de acompanhamento funcional já desenvolviam um projeto modernista, como consultores internos expandindo sua área de atuação, enquanto o Serviço Social da Fundação limitava-se a administrar o plano de saúde e lazer oferecido aos trabalhadores.

Quanto ao acompanhamento funcional<sup>30</sup>, os profissionais de Serviço Social entendiam que essa necessidade já havia sido superada, tendo sido requerida apenas na fase da construção das usinas; argumentavam que o trabalhador havia superado essa necessidade. Usavam como argumento que, diante de tantas inovações tecnológicas e programas de conscientização e qualificação da mão-de-obra, esse trabalhador havia-se adequado ao novo perfil da empresa e a atuação dos profissionais de Serviço Social deveria limitar-se à consultoria nas solicitações gerenciais.

A Fundação CESP, entendendo como sua responsabilidade apenas cuidar dos programas de saúde, lazer e empréstimos sociais aos trabalhadores e seus familiares, relegou para segundo plano a atuação necessária à reabilitação dos

---

<sup>29</sup> ANTUNES, Ricardo Luiz Coutro. PHD e Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Autor da obra "Os Sentidos do Trabalho".

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Lourdes Maria M. Autora da obra "O modelo funcional em Serviço Social de caso." Revista Serviço Social e Sociedade, n.º 9, Cortez, p.122, 124.

empregados afastados do trabalho por doença, restringindo sua atuação a encaminhamento a médicos ou à Previdência Social.

Diante desse quadro, observada a lacuna no proceder à readaptação do trabalhador, visando resgatá-lo para a retomada de suas atribuições no interior da empresa, ocorreram mudanças na atuação da intervenção do Assistente Social, permitindo a ele reconceituar uma nova postura no desenvolvimento de seu exercício profissional.

Foi, então, enfrentado o desafio de legitimar os projetos voltados à qualidade de saúde desse trabalhador em auxílio-doença (afastado de suas funções). Essa demanda apresentava algumas particularidades e implicações à Assistente Social designada para atuar no Setor de Medicina do Trabalho.

A particularidade dá-se por tratar-se de um conjunto de trabalhadores doentes afastados em auxílio-doença, os quais, naquele momento, não se identificavam com a nova meta de produtividade imposta pela empresa.

As implicações deram-se pelo fato de a nova política interna da Medicina do trabalho da CESP resgatar, da Fundação CESP, a carteira dos empregados em auxílio-doença, os quais passaram a ser atendidos por aqueles profissionais, no novo modelo administrativo.

Com essa reformulação, esses trabalhadores passaram a ser atendidos por uma equipe multiprofissional, composta por: Assistentes Sociais na coordenação do projeto em desenvolvimento, Médicos do Trabalho, Enfermeiros do Trabalho, Dentistas, Fisioterapeutas e outros.

Para se adequarem a esta nova fase, os profissionais de Serviço Social, após estudos e pesquisas, usaram como estratégias a delimitação da população em questão e o atendimento em grupos, com a finalidade de conscientizá-los da importância de conhecer e entender o seu diagnóstico, proporcionando a busca da melhoria da autoestima. Esses grupos eram separados por diagnóstico, conforme laudo elaborado pela Medicina do Trabalho.

A segunda proposta intervencionista do projeto foi a realização de atendimento individual na empresa e visitas domiciliares, como forma de conhecer esse trabalhador, sua situação-problema, estrutura socioeconômica e familiar.

Há que se considerar que o atendimento individual (por meio da técnica do Serviço Social de casos e de visitas domiciliares, orientadas para cuidar das dificuldades do trabalhador) foi facilitador para identificação da pertinência dos encaminhamentos para os serviços de saúde, atendimento conjunto utilizando dos recursos da comunidade, assim como as providências aos impasses do cotidiano dos trabalhadores (sepultamento e outras emergências). Tais atribuições permanecem como atividades próprias ao Assistente Social da Medicina do Trabalho da CESP.<sup>31</sup>

### **3. A CESP como cenário de ações do Assistente Social no campo do tratamento da dependência química: novo olhar para novas demandas**

O processo de implantação e consolidação do trabalho na CESP foi contextualizado, aliando-se, no momento de sua criação, a um cenário de articulações políticas e dificuldades econômicas e sociais de São Paulo, do Brasil e do mundo.

A dependência de substâncias químicas psicoativas é um fenômeno específico da modernidade. Para se qualificar para desenvolver esse trabalho, foi fundamental buscar referências de conceito, diagnóstico e histórico do uso de álcool e outras drogas, na evolução da humanidade, pesquisando-se as diferentes maneiras de consumo.

Na verdade, as substâncias químicas psicoativas sempre exerceram importante papel como elemento de ajuda na relação do homem com seu contexto natural e social.

---

<sup>31</sup> As mudanças do Serviço Social do Trabalho tiveram impulsos significativos a partir de 1985/1987 com a formação do grupo de estudos FASSE – Formas de Atuação do Serviço Social de Empresa.

Com base nas visões de mundo, nas condições de sobrevivência em cada sociedade e cada processo de trabalho, os atores sociais criam seus símbolos, seus parâmetros de segurança, de prazer, de felicidade, definem relações entre si e seu universo físico e cultural. As drogas podem emergir, em cada espaço social, como elemento mediador dessas relações e, na CESP, o processo, de modo geral, é o mesmo.

Elas são intermediárias da lógica de viver, socialmente construída na empresa e impõem-se aos trabalhadores, com a banalização do uso do álcool e de outras drogas pela mídia ou pelo meio social e familiar.

Nas diferentes culturas, substâncias químicas psicoativas ao longo da história sempre foram acionadas como suporte para que os sujeitos acompanhassem e reproduzissem a lógica de organização social prevalecente em seus contextos sociais.

As ocasiões e os níveis de consumo, as formas individuais e coletivas de controle do uso são estabelecidas nos espaços onde os trabalhadores geralmente estão mais expostos; é o caso dos trabalhadores que permanecem prestando serviço externo, como os profissionais que cuidam da manutenção para a população nos bairros e na linha energizada.

O mundo moderno também constrói suas instâncias de ordenação social e novos rituais de consumo, os quais são estimulados ou determinados pela mídia e preço baixo; por exemplo, o preço de um copo de cachaça ser mais barato do que o da água ou de um suco de frutas. Esse comparativo dá-se em todo o território brasileiro. Outros fatores facilitam o acesso à bebida, além do preço: densidade de locais de venda, número de horas de funcionamento dos pontos de venda e excesso de veiculação de propagandas de bebidas alcoólicas, atreladas à idéia de sucesso e prazer.

O álcool<sup>32</sup> nem sempre parece uma droga psicoativa, que causa dependência.” Nos *outdoors* e na mídia *indoor* são apresentados por ídolos da música e mesmo atletas populares, como se fosse permitido para todas as faixas etárias, criando alegres ilusões: tartarugas que ficam rápidas e até viram craques de futebol, mulheres que se transformam em cervejas, cervejas que refrescam até pensamento. Porém suas consequências nem sempre são demonstradas. Basta um olhar mais apurado para vislumbrarmos prejuízos de toda ordem, em todas as classes sociais. Prejuízos que saltam aos olhos nos acidentes de trânsito, na perda da produtividade do trabalhador, na diminuição da capacidade produtiva das empresas, na conta da saúde pública, na interação entre o binômio indivíduo-sociedade, na desagregação da família e ainda em outros acontecimentos trágicos originados do estado de embriaguez, ou seja, prazer para quem usa com responsabilidade e sofrimento para quem usa sem medida.

A liberdade promovida pela modernidade e a exaltação do eu como desempenho de onipotência substanciam o impulso do desenvolvimento, da ausência de vínculos intra e extraempresa, possibilitando o aumento do consumo do álcool e de outras drogas.

O homem moderno exalta a capacidade de dominação e de possessão do mundo, expressando uma necessidade vital de exposição e superação de riscos e tem aspirações ilimitadas, as quais muitas vezes, podem ser potencializadas com o consumo de álcool e outras drogas, como a droga cocaína<sup>33</sup>, por exemplo.

As exigências impostas aos sujeitos, no contexto contemporâneo, estão muito além de sua capacidade de responder.

---

<sup>32</sup>SEIBEL, Sergio Dario in Toscano Jr. Alfredo. Médicos, Psiquiatras, Doutores em Saúde Mental pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP – Autores da obra “*Dependência de Drogas*”. São Paulo: Atheneu, 2000, p.51. O Alcoolismo, pelas importantes consequências nas esferas psíquicas e somáticas dos indivíduos bem como pelas profundas repercussões na sociedade deve ser considerado hoje como uma das mais graves questões de saúde pública no Brasil.

<sup>33</sup> A cocaína foi inicialmente utilizada como anestésico local por seu efeito vaso constritor, que depois foi visto como causador de vários e sérios problemas médicos quando usada repetidamente, em doses elevadas e geralmente misturada com impurezas e adulterantes. A cocaína, droga que causa dependência psicoativa, é um alcalóide branco inodoro e cristalino, produto final da transformação das folhas secas- *Erythroxylum coca*, planta originária do altiplano andino. Droga estimulante do sistema nervoso central. Junior, Alfredo Toscano e Seibel, Sergio Dario - *Dependência de Drogas*, Editoria Atheneu, ed. 2000, p.121.



As substâncias passam assim a oferecer euforia, ânimo e coragem para que os sujeitos, sobretudo aqueles mais expostos ao impacto corrosivo da contemporaneidade, como é o caso da CESP, permaneçam na luta da busca da perfeição da existência e dos ideais de sucesso e de vitória.

O álcool e as outras drogas também fascinam os indivíduos atuando como anestésicos, aplacando a angústia, causada pelos sentimentos de incompetência e de fracasso.

Essas são, portanto, condições sociais da atualidade, que favorecem a emergência do uso intensificado.

Com base no entendimento de que a dependência química é um fenômeno da modernidade, foram destacadas circunstâncias na vida e situações sociais de maior exposição dos trabalhadores da CESP aos imperativos de seus contextos sociais: no processo de trabalho na CESP e sua complexidade, expondo inclusive sua própria vida, pelos riscos de trabalhar numa empresa de produção de energia elétrica.

Na fase inicial do consumo e em momentos posteriores, a relação de uma premissa de encantamento dos trabalhadores com o álcool e as drogas deve-se ao fato de a substância auxiliá-los na busca de sucesso, de destaque, de outros referenciais que lhes conferem valorização, *status* de competência na vida e enfrentamento das dificuldades relacionadas com o trabalho.

O álcool e as outras drogas são fascinantes também por aliviar as angústias das perdas, dos fracassos e das tensões decorrentes do enfrentamento dos riscos e da busca incessante daqueles referenciais.

As histórias dos trabalhadores na CESP também permitem perceber que a esfera do trabalho pode ser a arena de forte exposição dos indivíduos aos impactos da contemporaneidade. Nesses espaços, são cobrados dos trabalhadores atributos de habilidade, de destreza e de competência na vida.

Esse é o cenário em que os trabalhadores, ao menos numa primeira fase do consumo de álcool e de outras drogas, podem promover a exaltação do eu, por meio de seu desempenho profissional, auxiliados pelas substâncias químicas.

É também no plano do trabalho – nas relações com os colegas, com os chefes e com o mundo externo ligado ao contexto profissional – que o trabalhador é submetido à forte carga de exigência e de ansiedade.

As atuais práticas competitivas, com vistas à maximização da produção – à imprevisibilidade, à instabilidade, ao risco, à deslealdade nas relações de trabalho - implementam diversas formas de pressão psicológica sobre os trabalhadores e exercem efeito corrosivo sobre seu caráter.

A ansiedade gerada nas organizações de trabalho coloca em perigo o equilíbrio mental dos trabalhadores. A grande carga de tensão resultante das pressões psicológicas contamina relações fora do ambiente de trabalho, sobretudo as relações familiares, generalizando-se o sofrimento emocional.

Ao suportar as dificuldades que emergem das condições sociais no trabalho, os trabalhadores elaboram estratégias individuais e coletivas de defesa. Atividades de diversões-jogos, brincadeiras, encontros comemorativos e reuniões de final de semana, inclusive com uso intensivo de bebidas – são práticas comuns de vários setores na CESP, inclusive os de recreação coletiva.

Os espaços de diversão também são locais de busca de evidência, onde os indivíduos tentam exaltar atributos de coragem, de competência, de capacidade de vencer e de ser o melhor. Muitas vezes, as ansiedades, as disputas, as tensões se estreitam no local de trabalho e acabam sendo transferidas para esses outros espaços de relações sociais.

Mas os trabalhadores da CESP, não conseguem perceber a relação entre seu estado de ansiedade e suas condições de trabalho, portanto ficam imobilizados. Intensificando seu sentimento de fracasso e de incompetência, agravando, dessa forma, seu processo de enfrentamento.

O desamparo configurado na dependência de álcool e de outras drogas emerge também na depressão, no pânico e em outros sintomas emocionais.

Contudo, como parte do movimento de ordem, desordem e reconstrução inerentes à própria vida, o processo de deterioração dos trabalhadores pela dependência de álcool e de outras drogas, pelo menos para alguns, também pode sinalizar um recomeço.

Os trabalhadores da CESP ao depararem com as situações de caos são levados a buscar saídas que garantam sua sobrevivência física e emocional.

A procura do tratamento para a dependência química seria uma indicação de busca e caminho para a reconstrução de suas vidas.

Ao longo de suas trajetórias de vida e de consumo das substâncias, os trabalhadores acumularam experiências que lhes possibilitam reconstruírem itinerários de vida e de reorganização da existência, sem o recurso do álcool e de outras drogas. Isso tem-se tornado possível, quando estes trabalhadores encontram espaços e interlocutores que os auxiliem no lento processo de autoconhecimento, de elaboração de novas defesas contra o mal-estar.

Aos trabalhadores da CESP, dependentes químicos, foi possível perceber as consequências da utilização compulsiva do uso de álcool e outras drogas: a destruição física, psíquica e espiritual, estendendo-se aos que os cercam como esposas, maridos, amigos, filhos, pais e a empresa.

A dependência química conspira contra o trabalhador, entorpecendo-lhe os órgãos, anestesiando-lhe a mente, levando-o, muitas vezes, à loucura. Quando instalada, a dependência química pode dissipar qualquer esperança de vida.

Que consequência pior pode haver do que perder o respeito, a admiração e o amor das pessoas?

Que consequência supera a constatação da perda do sentido da vida, em detrimento da imagem de um viciado, um pária da sociedade?

Quanto ao binômio trabalho-uso de álcool e de outras drogas, os problemas com o álcool por se tratar da droga mais estudada nesta área, são descritos na literatura mundial, como reconhecidamente uma das causas mais importantes relacionadas com o absenteísmo no trabalho.

#### 4. O novo olhar do Assistente Social para as suas novas demandas

É importante enfatizar que esta busca de solução e carência enfrentada no interior da empresa (CESP) deixa de ser exclusiva dos Assistentes Sociais e passa a ser da alçada de todos os profissionais envolvidos na área de recursos humanos da empresa. Historicamente, no âmbito empresarial a solução dos conflitos e ajustes das demandas especificamente nesta questão (empregados afastados em auxílio-doença) e dependentes químicos tem sido atribuída ao Serviço Social.

Na atualidade, e com a imposição de mudanças nas práticas de gestão, o Serviço Social envolveu as gerências, para instrumentalizá-las na sua conduta (aprender a lidar com os problemas apresentados pelos seus subordinados), facilitando e contribuindo com a intervenção do Assistente Social, no campo da saúde mental, mais especificamente com os dependentes químicos.

A realização das visitas domiciliares<sup>34</sup> foi um grande norteador para os Assistentes Sociais, pois foi possível perceber que os trabalhadores afastados por apenas um diagnóstico, ao longo do seu afastamento desenvolviam outras doenças. Dessa forma foi possível constatar o aparecimento de outras doenças, assim como do alcoolismo e de outras drogas que se acentuavam nesses trabalhadores, como também a forma com que os seus familiares lidavam com os seus doentes, a codependência<sup>35</sup> de seus familiares.

Nasceu um novo desafio para os Assistentes Sociais. Na busca de soluções para mais esta demanda, por meio de investigação, estudos e pesquisas, os Assistentes Sociais perceberam que o uso de alcoolismo e outras drogas já aparecia como um dos principais causadores dos índices de acidente de trabalho fatal, baixa produtividade, faltas constantes ao trabalho, separações, conflitos com os superiores e demais colegas de área, além de problemas financeiros, rotatividade de áreas,

---

<sup>34</sup> Conceito de visitas domiciliares: instrumento da ação do Assistente Social.

<sup>35</sup> Codependência é um transtorno emocional definido e conceituado por volta das décadas de 1970 e 1980 relativos aos familiares dos dependentes químicos, e atualmente estendidos também aos casos de alcoolismo, de jogo patológico e outros problemas sérios da personalidade. **Ballone GJ** – codependência- in. Psiq Web, Internet, disponível em [www.psiqweb](http://www.psiqweb). Acesso em 21 de abril de 2008 às 14:00h.

demissões por abandono de trabalho, justas causas justificadas por atitudes agressivas ou por roubo.

Nesse novo cenário, até então despercebido pela direção da empresa, surgiu mais um proeminente desafio para os Assistentes Sociais.

Como fazer para atender a essa demanda? Esses profissionais foram buscar subsídios técnicos operativos para esse novo enfrentamento, pois era imprescindível não somente o investimento em conhecimento técnico, como também, por meio de programas, levar o conhecimento para que pudesse haver a conscientização da doença<sup>36</sup> e, para tanto, foi necessário o consentimento da alta direção da empresa para o fortalecimento e atuação do Serviço Social. O Serviço Social pôde perceber que por meio da cooperação horizontal e não vertical foi tratada na empresa esta questão do alcoolismo e drogadição. Nesse momento o Serviço Social buscou a parceria do Sindicato dos Eletricitários da base de São Paulo, representante legal da categoria como proposta de pauta de acordo coletivo na condição de validar o Programa de Prevenção e Tratamento de alcoolismo e de drogadição (dependência química) permitindo a possibilidade de tratamento cidadão. Em 1993, esta garantia foi conquistada pelo Serviço Social, pelos trabalhadores, dirigentes sindicais e a empresa.<sup>37</sup>

## **CLÁUSULA DE ACORDO COLETIVO**



*O direito de tratamento a todos os empregados do setor elétrico da base de São Paulo que desenvolveram o diagnóstico de alcoolismo e outras substâncias, sem perdas em seus ganhos estendendo este direito também aos de seus dependentes. (1993)*

Nos 62 anos de história, inúmeras foram as conquistas do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, o que faz da categoria uma das mais fortes e atuantes

---

<sup>36</sup> A Organização Mundial de Saúde, na décima revisão do Código Internacional de Doenças - CID, (F.10- F.19), considera o Alcoolismo uma doença.

<sup>37</sup> Este acordo coletivo de trabalho firmou-se em 1993 com as empresas de energia elétrica base São Paulo. Entretanto, com a CESP houve um acerto informal, tendo sido aprovada e inclusa no Programa de Saúde da Empresa.

do país; muitas das conquistas trabalhistas e sociais são exclusivas dos eletricitários e servem de parâmetro para as demais categorias.

A força da atividade sindical na CESP reporta ao nascimento e à formação do Serviço Social.

Algumas das conquistas mantidas: 13.º salário, férias de 30 dias, semana de 5 dias, gratificação de férias, redução da jornada de trabalho semanal para 37,5 horas, adicional de periculosidade, representante sindical com estabilidade, direito de greve e incentivos.

O Serviço Social foi o grande mediador<sup>38</sup> entre a empresa e o sindicato em prol dos trabalhadores eletricitários na conquista de tratamento cidadão aos trabalhadores dependentes de álcool e outras drogas.

## 5. O sentido da embriaguez na CESP

*Basta um copo para eu despertar, dois para afastar a tristeza de vez.  
Após três ou quatro copos sobrevém a mais luminosa embriaguez.*

*Juyi, Bai, China, séc IX d.C*

A ação profissional do Assistente Social foi norteadada pela construção de quatro categorias que consideramos imprescindíveis à humanização da ação profissional: diálogo, acolhimento, encontro e cuidado.

Essas categorias representam um horizonte de uma ação profissional sensível e corresponsável com a realidade do outro.

O diálogo como valorização da palavra é uma atitude de respeito e abertura à comunicação com o outro, como possibilidade de esse outro exercer um papel ativo, dando sentido, desse modo, à sua existência.

---

<sup>38</sup> Atividade produtiva é o mediador na relação sujeito-objeto, entre o homem e a natureza. Um mediador que permite ao homem criar um modo humano de existência, assegurando que ele não recuará para o estado natural, não se dissolverá no “objeto.” (PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995, p.80.

O acolhimento consiste no alargamento do espaço da coexistência recíproca e afetiva, em que o sujeito assume centralidade na ação profissional com base na construção de relações mais próximas e empáticas.

O encontro é a possibilidade de criação de um espaço intercomunicativo plural, no qual o Assistente Social tem a oportunidade de conhecer o outro para compartilhar com ele suas visões de mundo. O cuidado é uma atitude que se traduz na co-presença solidária do profissional com os sujeitos, revelando sua preocupação inquietação e sentido de responsabilidade. A inter-relação dessas categorias na prática do Assistente Social resulta no modo de ser compreensivo com as demandas dos sujeitos. Assim, é importante à ação profissional perceber a humanização como uma tarefa que se constrói permanentemente na relação com os sujeitos, o que implica sensibilizar-se para reconhecer as demandas de saúde rumo à construção de relações de qualidade ética democráticas, justas e solidárias, como:

- estabelecer como horizonte ético-político-pedagógico da ação profissional a valorização da autonomia dos sujeitos, respeitando incondicionalmente o valor das pessoas ao considerá-las fins, não meios, com liberdade de decisão;
- aprimorar a capacidade da escuta e da percepção dos gestos dos sujeitos;
- orientar a família dos dependentes químicos a fazerem o acompanhamento psicos-social, para que possam perceber-se como sujeitos de cuidados, construindo, com ela, alternativas para que facilitem lidar com o seu dependente químico e com a situação vivenciada;
- tornar constantes as intervenções preventivas de forma objetiva, por meio da prevenção, conscientização e diálogo, propiciando ser possível conhecer o outro e suas demandas;
- propor a criação de espaços de encontro onde seja possível dialogar sobre as dificuldades enfrentadas ao lidar no cotidiano com as situações de doença e sofrimento, para compartilhar e reelaborar o conteúdo das relações;

- provocar debates sobre as dificuldades encontradas para a realização da interdisciplinaridade, entendendo-a como uma proposta essencial para atingir a humanização que requer espírito de cooperação;

*Interdisciplinaridade promove troca de informações e de conhecimentos entre disciplinas mas, fundamentalmente, transfere ou empresta métodos de uma disciplina para outras. (...) Além de poder ser compreendida como estratégia, método, técnica, dialética, instrumento de ação, a interdisciplinaridade é também postura profissional que permite se transitar o espaço da diferença. (...) é o exercício da humildade e da responsabilidade pelos conhecimentos e pelas ações profissionais (...) a complementariedade de saberes, a parceria e a mediação dos conhecimentos parcelares, na criação de outros saberes”<sup>39</sup>*

- aguçar a capacidade de reflexão crítica sobre as relações cotidianas, assumindo um espírito investigativo que possibilite a descoberta de questões que levem a contribuir com a humanização não só da ação profissional como também do entendimento no processo de tratamento dos empregados dependentes químicos;
- perceber que a orientação compreensiva adotada neste estudo, mais importante que formular explicações e argumentações definitivas para os fatos, fez-nos estar sempre abertos para conhecê-los. Assim, situamo-nos no plano da investigação científica, compreendendo o Serviço Social na CESP como possibilidade de estudo.

Uma antropologia da dependência<sup>40</sup> pode-se basear na experiência individualizada; não poderá de forma alguma ser contrária a ela, pois estará enganada. Se expressar verdades acerca da dependência à forma antropológica de

---

<sup>39</sup> Rodrigues, Maria Lúcia. PHD Serviço Social, Pesquisa e Educação, com ênfase em Fundamentos e Serviço Social Aplicado. Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com pós-doutorado no Centre D'Études Transdisciplinaires da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris/França). Coordena um Núcleo de Estudos e Pesquisas priorizando os seguintes temas: serviço social, estudos da complexidade, práticas sociais, conhecimento e transdisciplinaridade. É membro do Conselho Acadêmico Internacional da Multiversidad Mundo Real Edgar Morin – Hermosino / México.

<sup>40</sup> Relativo à Antropologia da Dependência da Clínica Psiquiátrica da Universidade e cidade de Frankfurt/M por seu DIR.PROF.DR. J. Zutt-palestra da reunião anual de neurologos e psiquiatras em maio de 1958. Revista Der Nervenarzt, edição caderno 10 anos 29 p.439 a 445.



perceber a embriaguez, então, esclarecerá um fato empírico: a embriaguez na CESP.

Resumindo: para trabalhar com dependentes químicos, podemos e precisamos aprender como se manifesta a dependência química; nossa interpretação é a de que a dependência química é doença primária, e não consequência de outra doença, sendo progressiva e crônica.

Se não for corretamente tratada, leva à degeneração orgânica, incapacitação física e mental, destruição geral e morte. Desenvolvem-se com o consumo de substâncias químicas, as drogas, que determinam lesões irreversíveis no organismo, quando o uso ultrapassa o limite de tolerância. O grau de destruição orgânica é diretamente proporcional à capacidade lesiva, à quantidade e ao tempo de uso da substância química.

Grotian (1898), p.439, indaga: “a tendência em consumir narcóticos é propriedade comum ao humano. Vamos analisar o porquê? O que é isto, esta propriedade? Tendência? O que provoca? O que no álcool atrai, seduz, enfim, é o perigo?”

O alvo dessa humana “queda pelo álcool”, o êxtase, a embriaguez é o que atrai, seduz o Homem.

Precisamos examinar por que o alcoólatra só em pouquíssimos casos se desvencilha sozinho da dependência, na maioria das vezes nem com a ajuda dos outros. Parece simplista chegar a alguma conclusão, segundo a questão aqui analisada do porquê da sedução e da iminente periculosidade de quem é dependente no ambiente de trabalho. Parece-nos generalizada porque existem diferenças individuais no desenvolvimento e no enfrentamento da dependência química, principalmente, quando se trata do desenvolvimento desta no local de trabalho.

Vício não é sintoma de uma psicopatia, mas um perigo para o homem. Atribuímos à embriaguez uma especial alteração neurovegetativa do âmbito vital, de conteúdo básico nesta área, do ir e vir autônomo e involuntário das condições ou de significados e valores. Vir a ser involuntário e de atividade arbitrária espontânea são dois tipos diferenciáveis da vida corporeidade. Vamos falar da estrutura do nosso ‘vir a ser’ involuntário: estamos fluindo dentro, neste crescer, amadurecer e

desaparecer da natureza vegetativa da qual também é parte, evidenciando que na dependência química existem graus de intensidade e de estruturas polares e individuais.

Tem sua razão o dito de Goethe: *A Juventude é aberta a todas as possibilidades de vida humana e pode haver embriaguez sem vinho*. Na embriaguez acontece algo, “todos os homens se tornam irmãos”, acontece uma abertura, um estar aberto para as coisas e para os valores deste mundo.

Na embriaguez, até perder a noção de si, há algo aliado àquelas e a outras formas de êxtase, bem como se cria a esperança e com ela cresce a força do indivíduo, pela abertura das possibilidades.

## **CAPÍTULO III**

# **A REALIDADE DO CONHECIMENTO DOS TRABALHADORES COM REFERÊNCIA À DIMENSÃO DA AÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

### **1. Caminhos Metodológicos**

A presente pesquisa tem a finalidade de analisar a ação do Serviço Social da CESP com os trabalhadores usuários de álcool e de outras drogas; da mesma forma, buscamos analisar a importância da parceria estabelecida entre o Serviço Social, a Empresa e o Sindicato dos eletricitários da base de São Paulo no Programa de Prevenção e Tratamento de álcool e de outras drogas oferecido aos trabalhadores pela CESP.

Tomamos como universo da pesquisa um total de 600 trabalhadores fixados na Capital de São Paulo e Vale do Paraíba, distribuídos em cinco diretorias: Administrativa, Engenharia e Construção, Financeira e de Relações com Investidores, Geração Leste/Oeste (Usina e Operação) e Presidência.

O consumo de substâncias psicoativas é um fenômeno civilizatório, ou seja, sempre existiram nas culturas humanas substâncias que alteram o estado de consciência (Bucher, 1992; Masur, 1986). As características desse consumo modificaram-se significativamente nas últimas décadas, colocando em risco a vida de muitas pessoas, tornando-se mais um dos fatores estressantes a espelhar o sistema econômico contemporâneo e seu ciclo da sociedade de consumo. Assim, o uso de álcool e de outras drogas e sua dependência têm crescido nos últimos tempos, reflexo das transformações nas diversas expressões da questão social e cultural.

A dependência do álcool e de outras drogas coloca em risco a saúde dos nossos trabalhadores, comprometendo sua situação psicossocial, atingindo, na verdade, diferentes classes sociais e culturais dos nossos trabalhadores e de toda sociedade.

Esta investigação propõe tornar transparente a ação do Serviço Social no Programa de Prevenção do uso de Álcool e de outras Drogas na Companhia Energética de São Paulo – CESP, objetivando analisar o programa de dependência química na CESP e seu rebatimento na parceria com o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo – Base Capital.

A pesquisa é de natureza quantiquantitativa, uma vez que nosso interesse é mensurar o entendimento dos trabalhadores sobre o Programa de Prevenção e Tratamento, e a ação do Serviço Social com os trabalhadores que a ele se vinculam. Tivemos como critérios: a escolha de 20 sujeitos de cada diretoria, selecionados de forma aleatória, com base no interesse deles em participar da entrevista.

O questionário foi elaborado considerando-se o objeto e objetivo propostos, procurando contemplar os seguintes aspectos: caracterização dos sujeitos/trabalhadores; gênero; idade; risco sobre o uso de álcool e de outras drogas; preconceito; atitudes da diretoria; comercialização da droga; sistema de controle da empresa; o uso no espaço recreativo; a preocupação da empresa com o uso abusivo de álcool e de outras drogas; a relação entre a Empresa e o Sindicato e Serviço Social; o acesso ao tratamento; a ação do Serviço Social.

A análise dos dados foi realizada com base no estudo estatístico quantitativo, seguido da interpretação correlata às categorias empíricas encontradas.

## **2. Estudos Preliminares e Lócus da Pesquisa**

Inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema e consideramos a experiência que reunimos em nossa trajetória na empresa como Assistente Social e como Diretora Social no sindicato dos eletricitários da base de São Paulo. Realizamos a pesquisa nas dependências da Usina Piratininga – EMAE, localizada na cidade de São Paulo, Zona Sul, Bairro Pedreira.

Em janeiro de 2004, por despacho assinado pelo governador do Estado em gestão, o Senhor Doutor Geraldo Alckmin, foi decretado que a Companhia Energética de São Paulo - CESP fosse transferida para a Usina Piratininga – EMAE,

compartilhando, contudo, sua área estrutural, as gestões administrativa e financeira, com o aporte de seus 600 funcionários, gerências, diretorias e presidência.

Os trabalhadores da CESP que atuam nas dependências da Usina Piratininga – EMAE são apenas os de função administrativa; os demais são das Usinas Jaguari e Paraibuna, localizadas no Vale do Paraíba.

### **3. Os sujeitos/ atores da pesquisa**

Foram sujeitos desta pesquisa os trabalhadores da empresa selecionados por diretorias e a abordagem acontecia da seguinte maneira: na chegada do funcionário à área trabalho, a pesquisadora solicitava a autorização do gerente da divisão ou do departamento, para a aplicação do questionário. Os questionários eram distribuídos mediante a concordância de cada um dos trabalhadores em participar da pesquisa em questão; pudemos, contudo, perceber a disposição voluntária e carinhosa de cada um desses trabalhadores.

Procuramos esclarecer a cada um dos pesquisados que o objetivo da aplicação desse questionário era a obtenção de dados concretos para substanciar o estudo da dissertação de mestrado.

### **4. Autorização institucional**

A pesquisadora entrou em contato com o departamento de Recursos Humanos e de Comunicação da CESP, com o departamento de comunicação e com a Presidência do Sindicato dos Eletricitários da Base de São Paulo, representante legal da categoria, para que concedessem os direitos autorais de uso das informações, fotos, logotipos inerentes ao objeto de estudo. Para a aplicação do questionário a autora deste trabalho contou com a colaboração de dois profissionais graduados externos à CESP.

## **5. A construção da amostra e do questionário**

Estabelecemos como amostra, 20% do total de trabalhadores da Capital e Vale do Paraíba, que perfazem 120 funcionários: 20 de cada diretoria: Administrativa, Engenharia e Construção, Financeira e de Relações com Investidores, Geração Leste / Oeste (Usina e Operação), Presidência.

O questionário foi construído com 15 questões que permitiram verificar o significado e o entendimento do trabalhador da CESP, sobre o Programa de Prevenção e Tratamento.

A análise foi realizada com base em estudo quantitativo e qualitativo, e com as categorias emergentes dos resultados.

## **6. Resultados da pesquisa**

Neste estudo, pudemos perceber a importância de agregar valores técnicos à vivência profissional e prática no desenvolvimento das funções de cada trabalhador, articulando com a experiência ao longo do desenvolvimento profissional, por meio da convivência, com o respeito pela complexidade do viver e conviver em equipe e comunidade. Percebemos dois cenários distintos: para os funcionários em final de carreira.

O primeiro cenário, de satisfação com os resultados apresentados ao longo de sua trajetória, a despeito de uma preocupação crescente com o pouco tempo que lhes resta para alcançar alguns outros desejos.

Com a chegada da “possível” aposentadoria, emerge a preocupação: O que fazer agora? Nesse período que antecede a condição de requerer a aposentadoria, o trabalhador desenvolve certa inquietude em pensar em sua nova proposta, a de viver aposentado, e que deverá ser enfrentada com disposição e realismo.

O segundo cenário é o de insatisfação com a aproximação da velhice.

O trabalhador que por tanto tempo permanecer em condições “seguras” e “tranquilas” reflete sobre a condição do tempo vivido de produtividade, em que

deixou de viver alguns sonhos que, em decorrência da carreira assumida, foram transformados em tempo perdido que não volta mais.

Essa visão torna-se dolorosa quando fazemos uma avaliação realista da trajetória profissional. Percebemos em alguns dos trabalhadores que, nesta fase, apresentam sintomas depressivos e angustiantes.

A aposentadoria deve ser vista como um período de paz, ou seja, de tarefa cumprida com eficiência e satisfação. Na prática constatamos que esse momento torna-se um pesadelo para a maior parte destes trabalhadores, pois não há preparação da passagem de condição ativa para a condição inativa.

O trabalhador é retirado de sua plena atividade produtiva para uma inatividade forçada, embora conquistada. A família, a sociedade e a empresa olham o aposentado como alguém que não é mais produtivo e, portanto, deve ser excluído. Percebemos que muitos trabalhadores da CESP aposentam e permanecem na empresa para escapar dessa difícil condição.

Embora não deva ser generalizada, essa situação faz parte da realidade de muitos trabalhadores e, em especial, daqueles que pertenceram às empresas estatais e companhia mista (CESP).

Há, entretanto, possibilidades de reverter esse sentimento do trabalhador com ações humanitárias desenvolvidas pelo Serviço Social por meio de programas de preparação e acompanhamento para aposentadoria, permitindo desenvolver no trabalhador o sentimento de encerrar sua carreira com a certeza de missão cumprida e com vitalidade para tornar a conquista um ponto de partida para uma etapa de novas atividades.

## **Usinas**

A Usina Hidrelétrica de Paraibuna, localizada no Rio Paraibuna, tem potência total instalada de 85MW e duas unidades geradoras. Sua área total de reservatório mede 224 km<sup>2</sup>, composta pelo reservatório de Paraibuna com 177 km<sup>2</sup>, o qual é interligado ao reservatório de Paraitinga, com 47 km<sup>2</sup>.

As barragens de Paraibuna e Paraitinga, concluídas em 1977, estão entre as mais altas do Brasil, com 104 metros de altura.

A Usina Hidrelétrica Jaguari está localizada no Rio Jaguari, entre os municípios de Jacareí e São José dos Campos (SP).

O acesso à hidrelétrica é feito pela Rodovia Presidente Dutra, km 165. Sua potência instalada, 27,6 MW, é distribuída por duas unidades geradoras.



Usina Hidrelétrica Paraibuna – São Paulo



Usina Hidrelétrica Jaguari – São Paulo



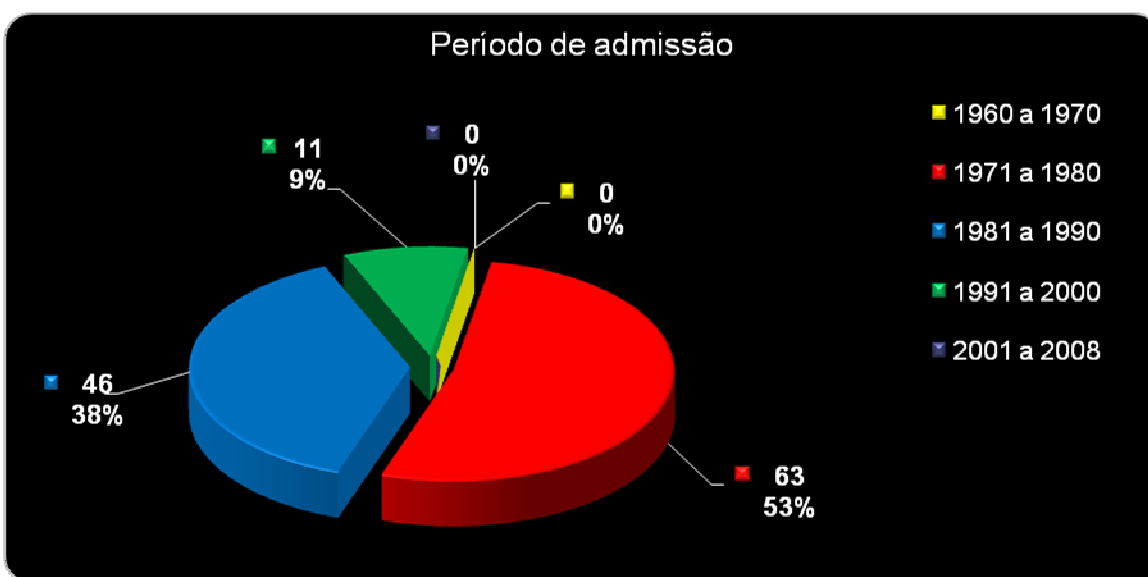
Usina Hidrelétrica Piratininga – Matriz da CESP – São Paulo



## TABELAS E GRÁFICOS

**Tabela e Gráfico 1 - Período de admissão**

Período de admissão	Quantidade	%
1960 a 1970	-	-
1971 a 1980	63	53
1981 a 1990	46	38
1991 a 2000	11	09
2001 a 2008	-	-



Observamos que a maioria dos trabalhadores foram admitidos entre 1971 e 1990, época em que a empresa organizava o seu corpo de trabalhadores efetivos, muitos deles originários de empresas do mesmo setor, a partir da fusão delas.

## Tabela e Gráfico 2 - Questões de gênero

Questões de gênero	Quantidade	%
Feminino	26	22
Masculino	94	78



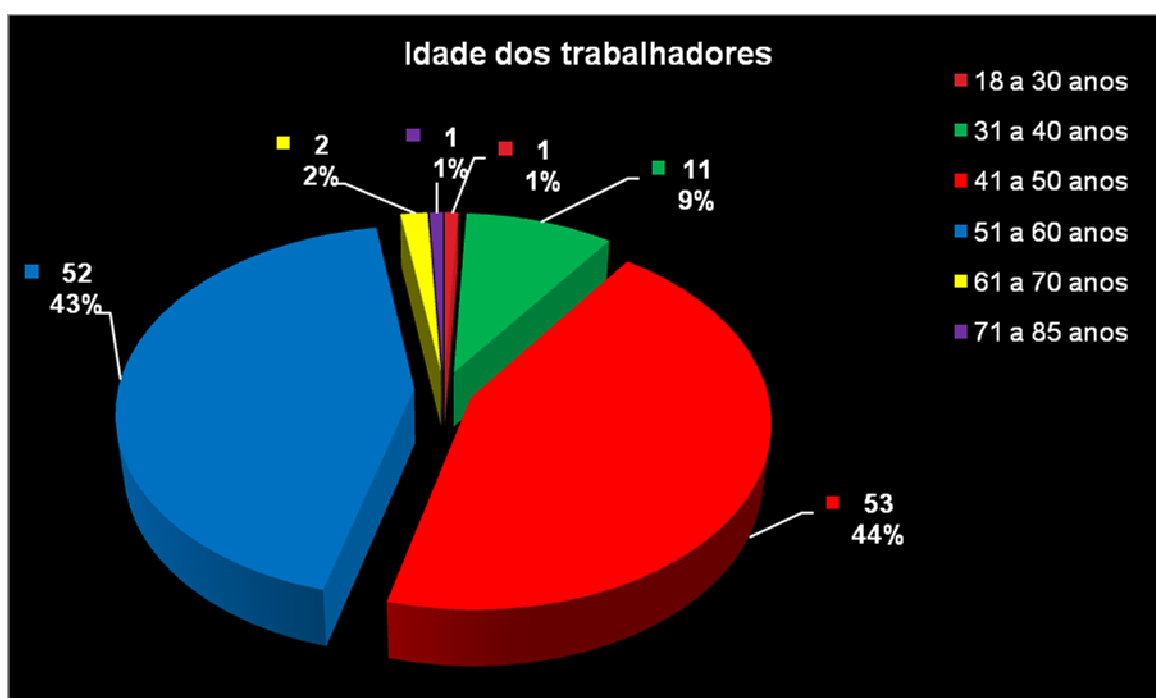
Conforme constatamos, o setor elétrico é predominantemente masculino; o setor de energia elétrica teve nos últimos anos abertura de espaço para as mulheres nas áreas administrativas, técnica e operacional das empresas de geração, transmissão e distribuição de energia. Entretanto, há diferença entre os salários pagos aos homens e mulheres em mesmas funções.

Mesmo com escolaridade maior do que a dos concorrentes masculinos, elas (mulheres) ganham menos. “(...) Campos, 1992, admite que, quando a mulher exerce atividades em empresa ou em empreendimento tradicionalmente considerado de “atividade masculina,” provoca reações negativas nos homens, resultando a perda do controle financeiro, condição extremamente séria e humilhante; por outro lado, a mulher quando adentra ao mercado de trabalho, culpe-se por abandonar os seus filhos” – (p.15).

Mesmo que tenha ocorrido incontestável melhoria para as mulheres em diversos segmentos do mercado, elas ainda são alvos de fatídicos preconceitos.

### Tabela e Gráfico 3 - Idade dos trabalhadores

Idade dos trabalhadores	Quantidade	%
18 a 30 anos	01	01
31 a 40 anos	11	09
41 a 50 anos	53	44
51 a 60 anos	52	43
61 a 70 anos	02	02
71 a 85 anos	01	01



### Caracterização dos sujeitos trabalhadores

Existem aspectos universais da espécie humana como o biológico (idade), as particularidades de atitude, habilidade, tendências que expressam os trabalhadores da CESP, em sua trajetória produtiva. As diferenças de conhecimentos técnicos e de escolaridade influenciam suas escolhas profissionais, pois cada um, no desenvolvimento de sua função, tem a sua especificidade.

O trabalhador, ao ingressar na companhia, cria expectativa pelo seu trabalho, faz planos pessoais, idealiza a sua carreira de forma promissora, energiza-se e entusiasma-se para atingir seus objetivos

Na análise dos questionários respondidos pelos trabalhadores em referência, foi possível constatar que 44% dos empregados estão entre 41 e 50 anos de idade.

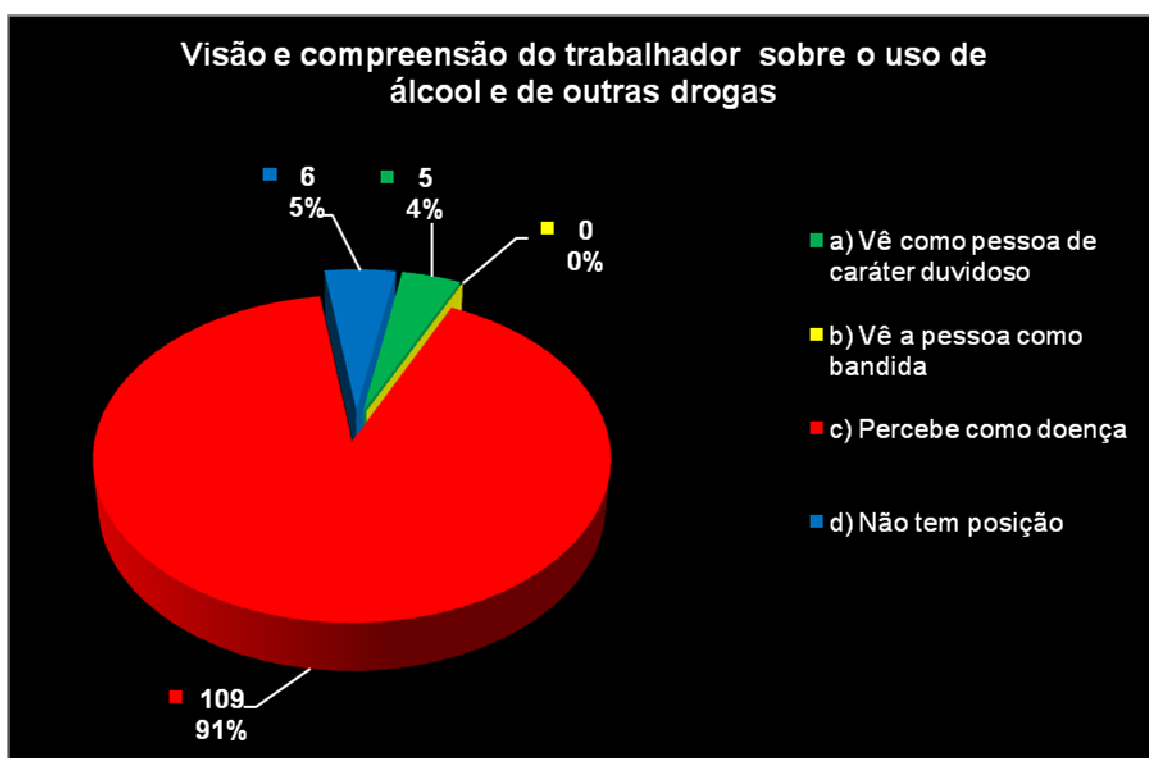
De modo geral, a empresa tornou-se um grande empreendimento do setor elétrico, porém não renovou o seu corpo de empregados, conforme os moldes do novo modelo do mercado contemporâneo, mas preocupou-se em capacitar sua equipe e inovar-se tecnologicamente com ferramentas que permitiram a seus trabalhadores desenvolver com qualidade e eficiência as suas funções.

A CESP, desde a sua fusão em 1966 manteve os trabalhadores remanescentes das empresas fundidas, pois estes já estavam treinados e capacitados para desenvolverem diferentes funções, mantendo o conhecimento e a experiência no setor energético, podendo repassá-los aos novos trabalhadores.

Em geral, a idade está relacionada com a experiência no desempenho das atividades de trabalho e não com o período cronológico de existência; considera-se este, um fator positivo para o aumento da produtividade, por propiciar ao trabalhador maior conhecimento sobre o processo produtivo. Nas discussões sobre o setor elétrico, valorizam-se as chamadas "memórias técnicas" dos trabalhadores, que armazenam informações importantes sobre a configuração real do sistema elétrico, bem como o acúmulo de conhecimento de alta especialização e complexidade nas áreas de engenharia, administração, finanças.

#### Tabela e Gráfico 4 - Visão e compreensão do trabalhador sobre o uso de álcool e de outras drogas

Alternativas	Quantidade	%
a) Vê como pessoa de caráter duvidoso	05	04
b) Vê a pessoa como bandida	-	-
c) Percebe como doença	109	91
d) Não tem posição	06	05



Os danos são muitos para a empresa e para os trabalhadores, assim como para as famílias: menor produção e qualidade de saúde; maior intranquilidade, mais desordens e doenças. Esse é o quadro desenhado pelos 120 trabalhadores pesquisados, quando existe uma ligação de alcoolismo com o trabalho.

Conforme indicamos na Tabela e Gráfico acima, 91% dos trabalhadores entendem ser o alcoolismo um sério problema de saúde que requer tratamento imediato. Esse é o grande gerador de perdas em todos os setores; 4% entendem

que o empregado que bebe é de mau caráter e 5% desconhecem o Programa de Prevenção e Tratamento desenvolvido pelo Serviço Social.

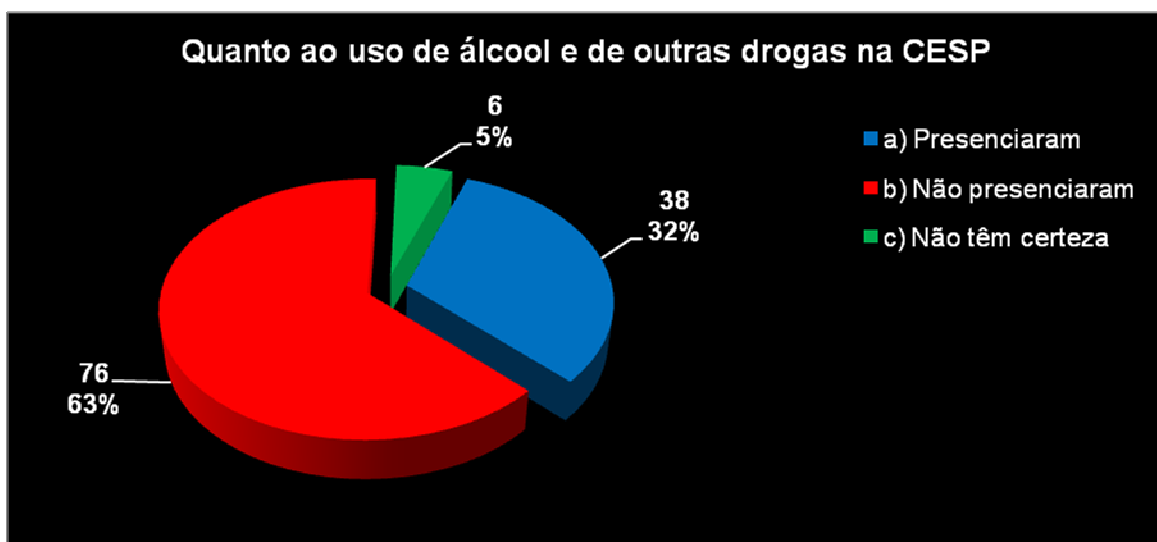
A maioria compreende que o consumo de álcool e de outras drogas é uma doença e necessita ser tratada; nem por isso deve-se excluir o trabalhador do seu contexto social, vendo-o como bandido. Segundo os especialistas, o alcoolismo causa perturbações que afetam a saúde física e mental, dificultando as relações com as pessoas, ou grupos. Por isso mesmo, merece a atenção da sociedade e das empresas. As doenças alcoólicas não têm causa única; são desenvolvidas por um conjunto de fatores de ordem individual, social e financeira.

Os empregados comprometidos com o uso e abuso de álcool e de outras drogas, que trabalham em sistema de turnos, em horários variados, desencontram-se da rotina normal de uma família, dificultam a sua interação nas rotinas sociais, sofrem grande desmotivação e outros problemas de saúde. Portanto, a prevenção e o tratamento são sempre vitais e responsáveis por melhor qualidade de saúde, em todos os campos: seja na produtividade no trabalho, na autoestima, seja no convívio social e familiar. É inquestionável a importância de se investir na prevenção e tratamento.

## Tabela e Gráfico 5 – Quanto ao uso de álcool e de outras drogas na CESP

Interrogados sobre a oportunidade de terem presenciado o uso de drogas, assim responderam os pesquisados:

Alternativas	Quantidade	%
a) Presenciaram	38	32
b) Não presenciaram	76	63
c) Não têm certeza	06	05



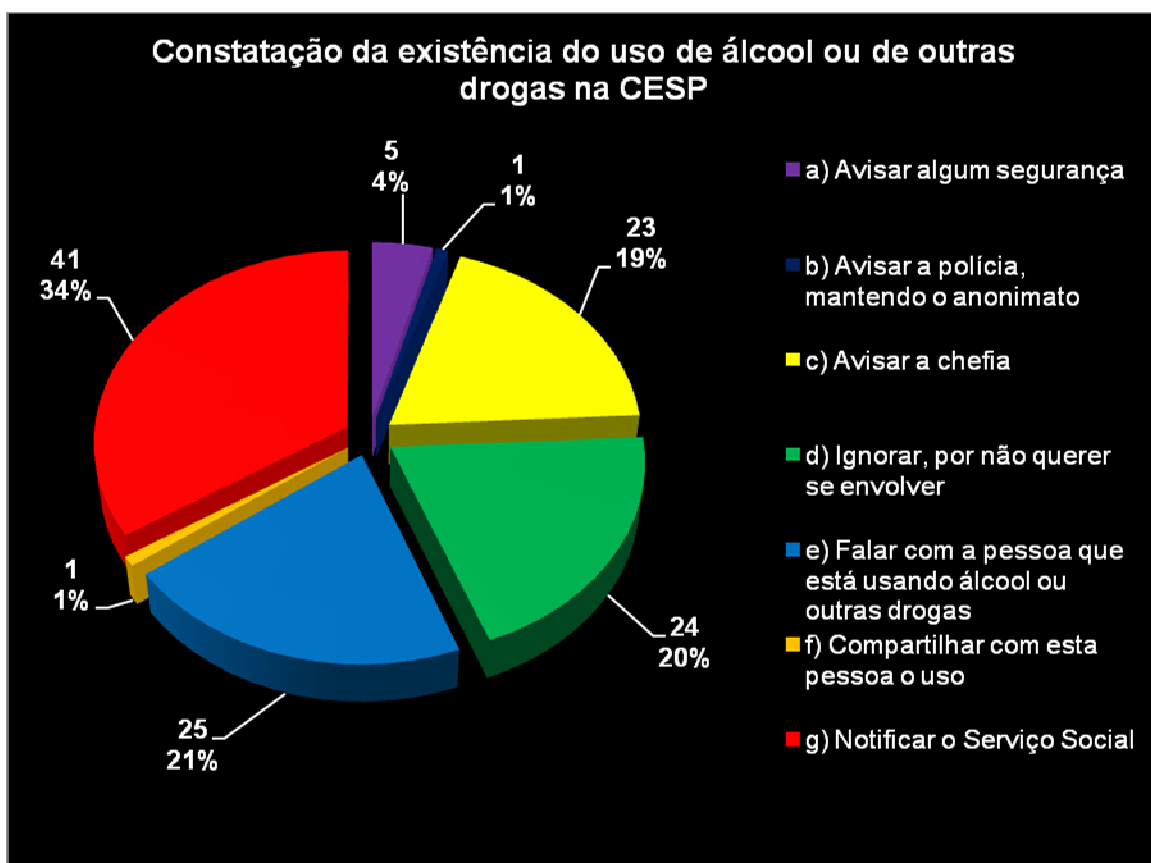
Os usuários de álcool e de outras drogas escondem o problema, afastam-se dos colegas e são incapazes de buscar ajuda. Seus colegas, entretanto, na intenção de não prejudicá-los, procuram fazer de conta que não percebem o que ocorre, conforme pudemos observar na Tabela e Gráfico 5: 63% alegam não terem visto nenhum trabalhador usando álcool nem outras drogas na CESP; 32% presenciaram trabalhadores usando álcool ou outras drogas e 5% não têm certeza.

O trabalhador sabe que o álcool é uma droga socialmente permitida.

O alcoolismo está entre as drogas de maior relevância no Brasil, pois exerce influência sobre 12% da população. Estima-se que 90% das pessoas ingerem álcool de alguma forma, conforme estudo apresentado pela (OMS) em março de 2008, na revista Saúde e Lazer. Mas as políticas de saúde para essa finalidade são ainda incipientes diante da expressiva população que utiliza o álcool e outras drogas.

**Tabela e Gráfico 6 - Constatação da existência do uso de álcool ou de outras drogas na CESP**

Alternativas	Quantidade	%
a) Avisar algum segurança	05	04
b) Avisar a polícia, mantendo o anonimato	01	01
c) Avisar a chefia	23	19
d) Ignorar, por não querer se envolver	24	20
e) Falar com a pessoa que está usando álcool ou outras drogas	25	21
f) Compartilhar com esta pessoa o uso	01	01
g) Notificar o Serviço Social	41	34



A ação do Serviço Social por meio do Programa de Prevenção e Tratamento vem reforçando a atenção à qualidade de saúde dos trabalhadores, buscando traduzir dessa forma a importância do capital humano da empresa. Essas ações,

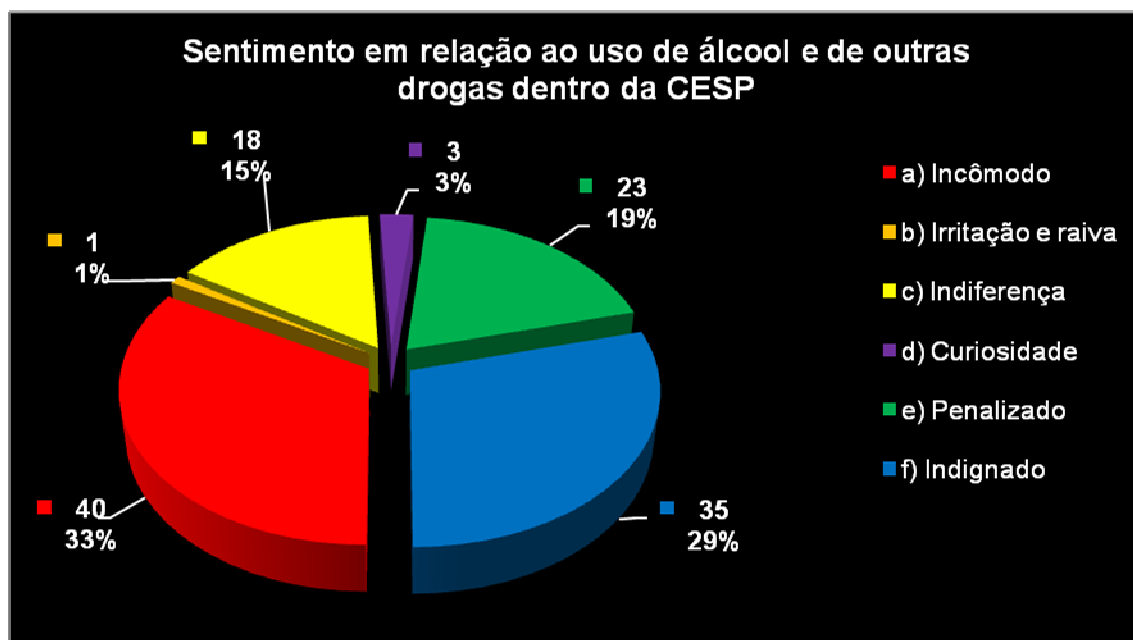


conforme podemos perceber resgatam e integram o trabalhador ao convívio social diário e promovem atitudes consideradas saudáveis, proporcionando-lhe condições para a reflexão tanto individual quanto partilhada.

Segundo o que se informa na Tabela e Gráfico 6, 41 trabalhadores dirigem-se ao Serviço Social, reconhecendo a necessidade do Programa e os benefícios que vem produzindo; 25% envolvem-se procurando alguma solução e 24% ignoram ou porque não querem se envolver ou porque entendem que não lhes cabe nenhuma atitude nem responsabilidade sobre a questão.

### Tabela e Gráfico 7 - Sentimento em relação ao uso de álcool e de outras drogas dentro da CESP

Alternativas	Quantidade	%
a) Incômodo	40	33
b) Irritação e raiva	01	01
c) Indiferença	18	15
d) Curiosidade	03	03
e) Penalizado	23	19
f) Indignado	35	29

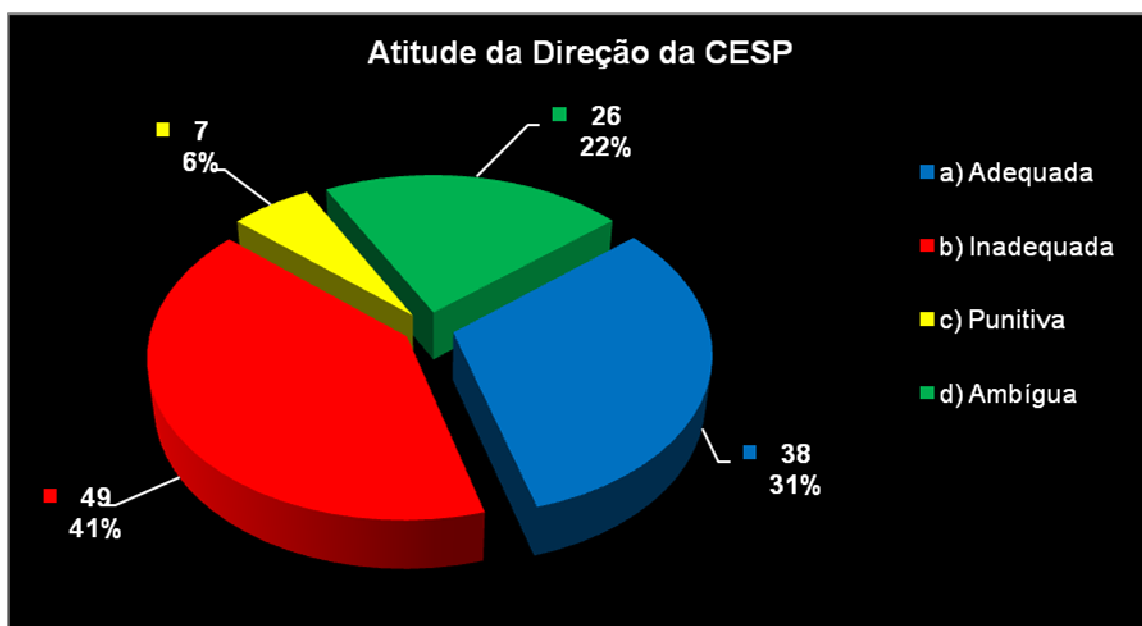


Entre as alternativas apresentadas no questionário, a maioria dos trabalhadores transita entre sentir-se incomodado (33%), indiferente (18%) e indignado (29%). Ou seja, não passa despercebido o uso do álcool e de outras drogas: trata-se, portanto, de uma questão que requer atenção e providências da gestão da empresa.

A consciência dos trabalhadores, quando deparam com problemas tratados pelo Programa, configura as diferentes reações, tendo em vista a importância que o Serviço Social tem na prática da conscientização dos desdobramentos decorrentes do uso da droga.

**Tabela e Gráfico 8 - Atitude da Direção da CESP**

Alternativas	Quantidade	%
a) Adequada	38	31
b) Inadequada	49	41
c) Punitiva	07	06
d) Ambígua	26	22

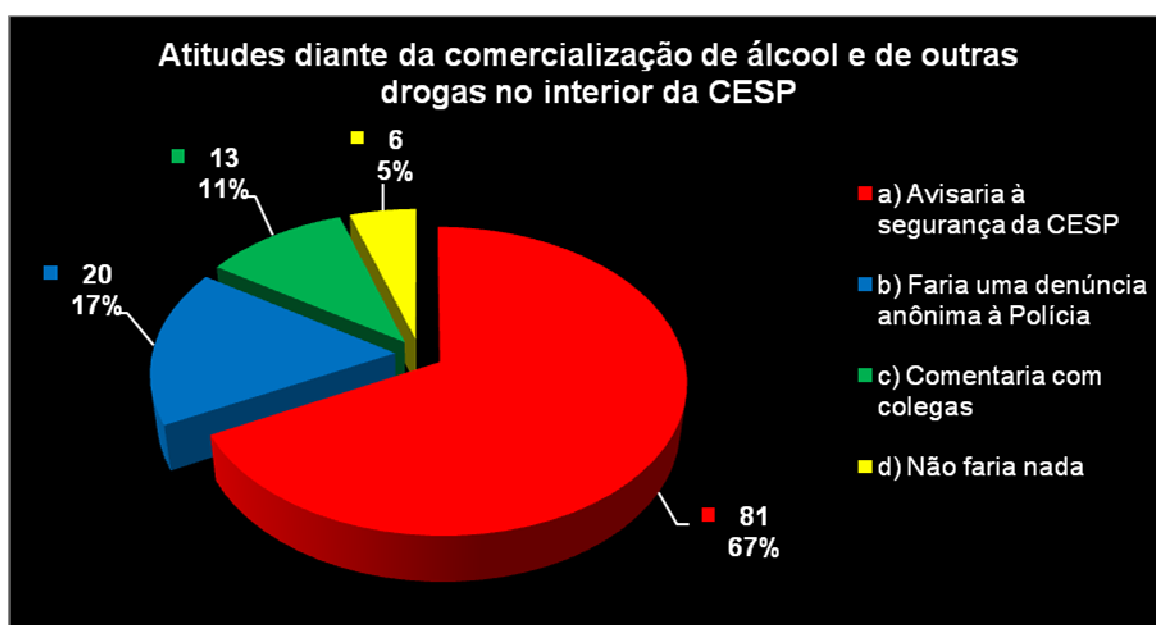


Nesta pesquisa foi possível perceber, conforme Tabela e Gráfico 8 que 49 trabalhadores (41% dos pesquisados) entendem que a direção da CESP tem uma atitude inadequada por se mostrar omissa. Entretanto, 31% desses trabalhadores demonstram preocupação em manter o Programa desenvolvido pelo Serviço Social, 22% entendem como atitude duvidosa por parte Empresa e 6% ser uma atitude punitiva por desconhecerem a gravidade da doença.

Com base nos dados apresentados, e como resposta dos trabalhadores, fica evidente que, nem sempre, o discurso e a ação sensibilizam os trabalhadores. É necessário maior investimento nesta área.

### Tabela e Gráfico 9 - Atitudes diante da comercialização de álcool e de outras drogas no interior da CESP

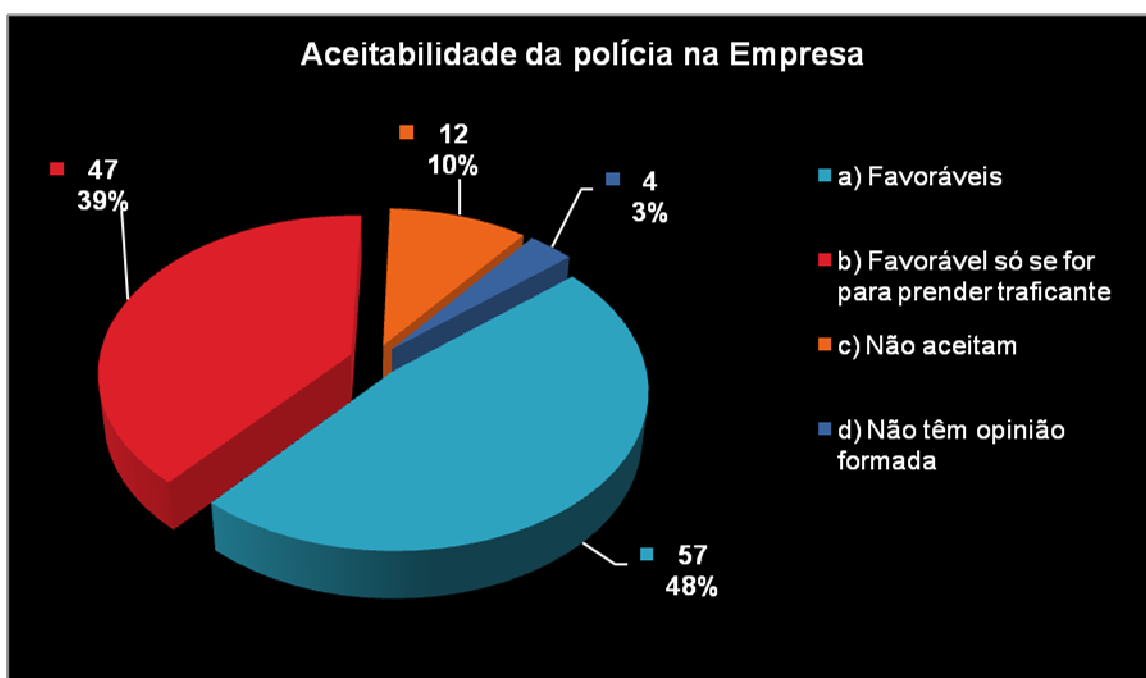
Alternativas	Quantidade	%
a) Avisaria à segurança da CESP	81	67
b) Faria uma denúncia anônima à Polícia	20	17
c) Comentaria com colegas	13	11
d) Não faria nada	06	05



É expressiva a atitude dos trabalhadores com relação à comercialização de drogas no interior da empresa. Do total, 81 trabalhadores (67%) demonstraram preocupação e gravidade quanto à questão e avisariam à segurança da CESP. Os demais (17%) fariam uma denúncia anônima à polícia, 11% apenas comentariam com colegas e 5% não tomariam nenhuma atitude. Nesse universo de trabalhadores pesquisados percebemos o grau de conscientização na atitude desenvolvida pelo trabalhador, assim como a sua preocupação com o seu bem-estar no interior da CESP.

## Tabela e Gráfico 10 - Aceitabilidade da polícia na Empresa

Alternativas	Quantidade	%
a) Favoráveis	57	48
b) Favorável só se for para prender traficante	47	39
c) Não aceitam	12	10
d) Não têm opinião formada	4	03

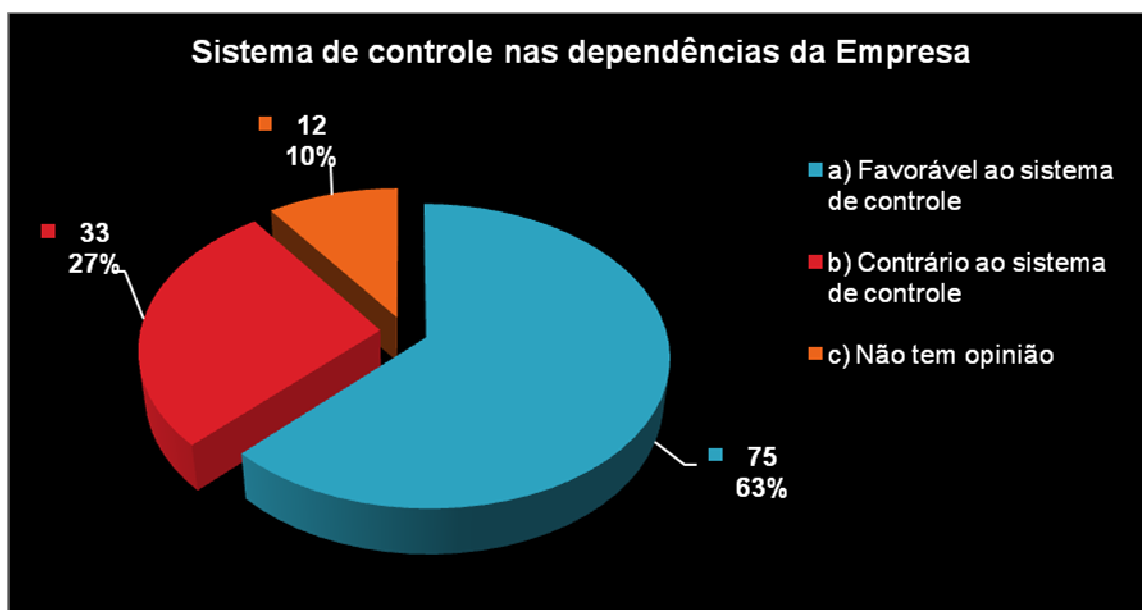


A maioria (48%) dos pesquisados é favorável ao acesso da polícia no interior da empresa; 39% responderam que sim, mas somente para prender traficante; 10% responderam que não são favoráveis à entrada da polícia no interior da empresa e 3% não têm opinião formada.

A pesquisa revela que o entendimento do trabalhador sobre a presença da polícia na empresa, ainda que necessária, não deixa de ser ostensiva. Mas, diante de graves situações como o tráfico, por exemplo, optariam pela presença transitória da polícia.

## Tabela e Gráfico 11 - Sistema de controle nas dependências da Empresa

Alternativas	Quantidade	%
a) Favorável ao sistema de controle	75	63
b) Contrário ao sistema de controle	33	27
c) Não tem opinião	12	10

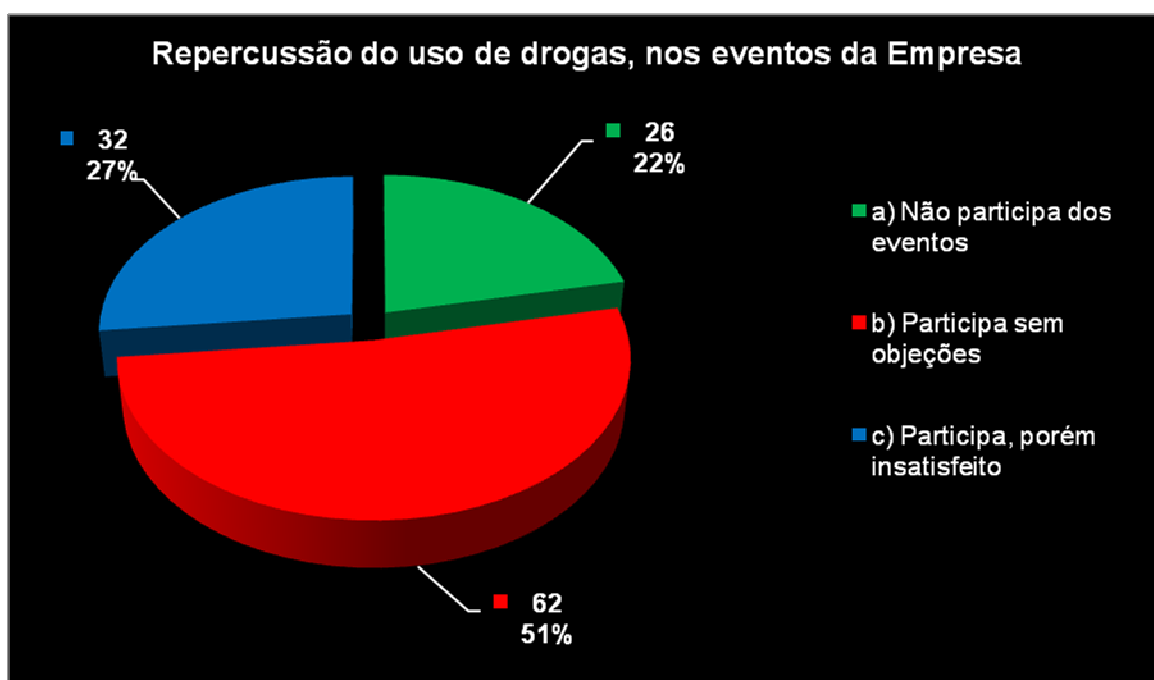


A pesquisa revelou-nos que 63% são favoráveis a um sistema de controle, sobre o uso de álcool e de outras drogas na empresa; 37% são contrários ou não apresentam opinião sobre a questão. A testagem como instrumento de controle voltada aos profissionais que exercem função de risco (operador de usina, eletricista de linha viva, despachante de carga e outras funções assemelhadas) é importante, desde que o trabalhador seja acompanhado pelo Programa de Prevenção e Tratamento de álcool e outras drogas.

Quanto aos 10% que não apresentaram nenhuma opinião a respeito do problema, podemos inferir que a testagem ajudará na abstenção, porém é importante a existência do Programa de Prevenção e Tratamento de álcool e de outras drogas na empresa, uma vez que ele contribui para a conscientização e prevenção dos trabalhadores.

## Tabela e Gráfico 12 – Repercussão do uso de drogas, nos eventos da Empresa

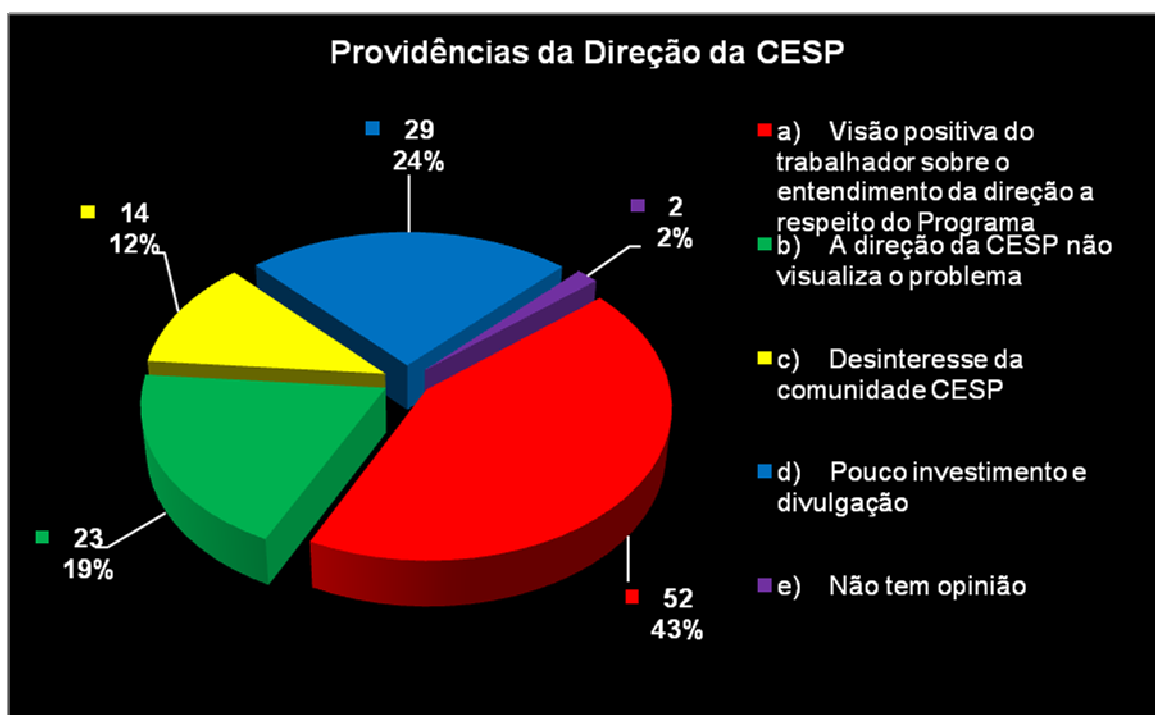
Alternativas	Quantidade	%
a) Não participa dos eventos	26	22
b) Participa sem objeções	62	51
c) Participa, porém insatisfeito	32	27



Constatamos que 51%, mais da metade dos trabalhadores pesquisados, participam das comemorações e festividades da empresa, em grupos e sem objeções a companheiros que fazem uso de álcool e de outras drogas. 27% e 22% do total de entrevistados são, respectivamente, contrários e/ou parcialmente contrários. Foi possível observar que no grupo desses entrevistados houve demonstração de atitude contrária ou parcialmente contrária, porque já fizeram parte do Programa de Dependência Química da Empresa e/ou tiveram histórico familiar de uso de drogas.

### Tabela e Gráfico 13 - Providências da Direção da CESP

Alternativas	Quantidade	%
a) Visão positiva do trabalhador sobre o entendimento da direção a respeito do Programa	52	43
b) A direção da CESP não visualiza o problema	23	19
c) Desinteresse da comunidade CESP	14	12
d) Pouco investimento e divulgação	29	24
e) Não tem opinião	02	02



É positiva a visão do trabalhador (43%) a respeito da direção da CESP no que tange ao Programa de Prevenção e Tratamento de álcool e de outras drogas. Destacam-se os investimentos que a direção da CESP proporciona ao trabalhador para o adequado exercício de sua função, especificamente do setor elétrico como capacitação, cursos, palestras, benefícios.

O índice de afastamento em auxílio doença na empresa teve acentuada queda, porém a divulgação desses índices na visão de 24% dos entrevistados é completamente deficitária.



O Serviço Social da CESP foi o grande aliado do trabalhador para que ele reconhecesse o investimento da Empresa.

Hoje, na concepção da alta direção da CESP, torna-se viável para ambos tratar o empregado, capacitando-o para exercer as suas funções na empresa em vez de demiti-lo e admitir outro trabalhador, pois, além dos dispêndios trabalhistas em curto, médio e longo prazos, a empresa correria o risco de contratar um trabalhador com predisposição ao consumo de álcool ou de outras drogas.

A pesquisa demonstra ainda que, para 19% dos trabalhadores pesquisados, a direção da CESP ainda não enxergou o problema, tendo em vista a demora em providências para os problemas emergentes; 12% entendem que a comunidade da CESP, em geral, está desinformada das ações da direção, enquanto 2% não têm opinião formada.

**Tabela 14 - Parceria entre Empresa e Sindicato**

Alternativas	Ordem de Importância				
	1	2	3	4	5
a) Os trabalhadores desconhecem a parceria Serviço Social e Sindicato e seus direitos	56	22	10	15	17
b) Não existe divulgação desta parceria e do Programa de tratamento	23	49	24	16	08
c) As chefias dificultam o acesso do trabalhador ao Serviço Social	16	16	46	19	23
d) As chefias facilitam e encaminham, mas não fazem o acompanhamento para manutenção do tratamento	07	26	25	45	17
e) As chefias são eficazes no encaminhamento e acompanhamento do trabalhador dependente químico	23	08	17	22	50

Trabalhamos neste item com uma escala de medida de tipo Lickert <sup>41</sup>, para apreciar melhor o conhecimento dos trabalhadores sobre seus direitos, assim como o conhecimento que eles têm da parceria do Serviço Social com o Sindicato dos Eletricitários no desenvolvimento deste Programa de Prevenção e Tratamento de

<sup>41</sup> A **Escala Likert** é um tipo de escala de resposta psicométrica usada comumente em questionários, e é a mais usada em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nesta escala, os perguntados especificam seu nível de concordância com uma afirmação. Esta escala tem seu nome devido à publicação de um relatório explicando seu uso por Rensis Likert.

álcool e de outras drogas, bem como sobre o envolvimento das chefias na evolução desse Programa.

Em ordem de maior relevância verificamos que 78 dos trabalhadores pesquisados desconhecem seus direitos ao tratamento e também a parceria existente entre Empresa e Sindicato. 32 desses trabalhadores atribuíram menor relevância a esta questão, e 10 trabalhadores pesquisados atribuíram relevância.

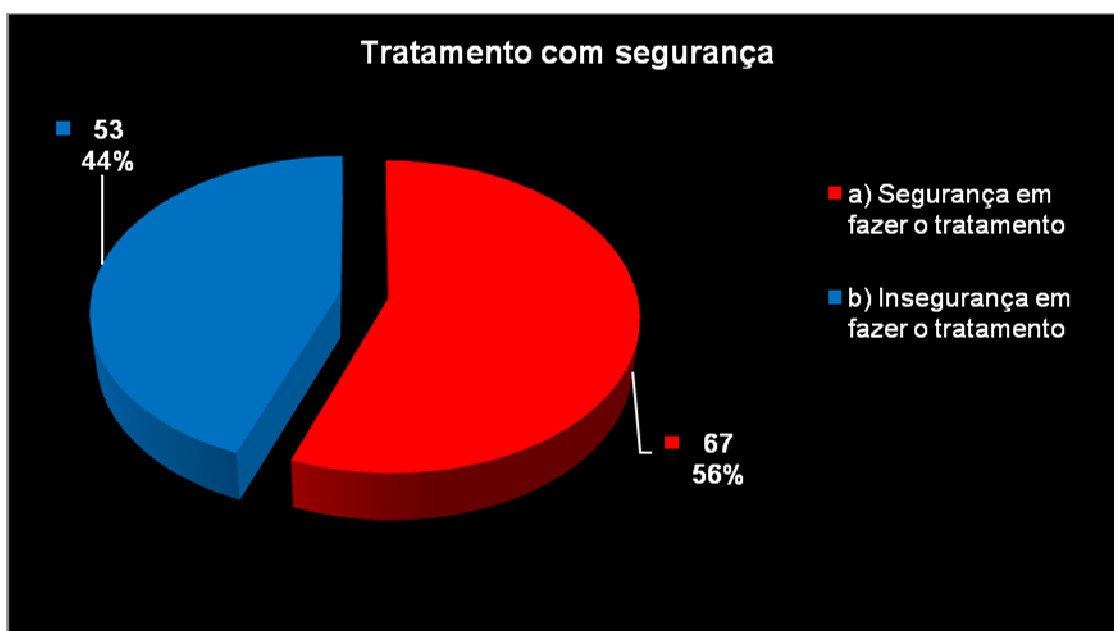
72 trabalhadores pesquisados consideram de maior relevância a falta de política na divulgação do Programa de Prevenção e Tratamento de álcool e de outras drogas, porém 24 atribuíram menor relevância mostrando que a política de divulgação atinge somente alguns. Os demais trabalhadores (24) atribuem esse item como relevante.

33 dos trabalhadores pesquisados atribuem relevância ao encaminhamento dos trabalhadores pela chefia, assim como a participação em todo o procedimento referente ao Programa. 42 dos trabalhadores não atribuem a mesma importância e 46 pontuaram como relevante a chefia encaminhar e acompanhar todo o procedimento colocando-se como parte dessa equipe.

31 dos trabalhadores pesquisados entendem a relevância do Programa por saberem que as chefias conhecem o procedimento do Programa de Prevenção; sentem-se seguras em encaminhar os empregados ao setor e por acreditarem que estão fazendo o melhor para o dependente químico, contribuindo e fortalecendo a intervenção do Serviço Social. Mas 72 consideram esta questão de menor relevância entendendo que as chefias detêm o conhecimento do procedimento referente ao Programa de Prevenção e Tratamento, mas não estão seguras em encaminhar seus funcionários preocupando-se em se expor e, em consequência, a área. 17 desses trabalhadores entendem que as chefias são completamente despreparadas para lidar com essa questão.

### Tabela e Gráfico 15 - Tratamento com segurança

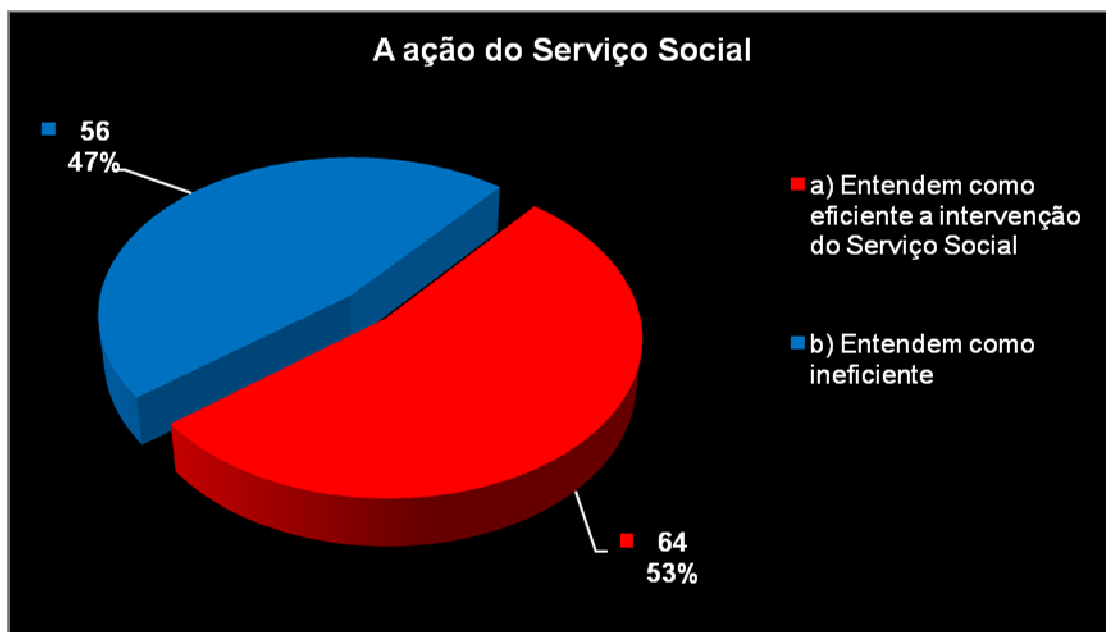
Alternativas	Quantidade	%
a) Segurança em fazer o tratamento	67	56
b) Insegurança em fazer o tratamento	53	44



Dos entrevistados, 56% sentem segurança em fazer tratamento, pois começam a identificar melhor as informações acerca do seu problema de saúde, contrários aos inseguros ao tratamento, que representam 44% dos pesquisados. Essa insegurança deve-se não apenas ao fato de desconhecer o problema em si ou não ter informações suficientes sobre o assunto, mas também do medo de ser mal avaliado na projeção da carreira, por tratar-se de um dependente químico ativo ou em recuperação.

## Tabela e Gráfico 16 - A ação do Serviço Social

Alternativas	Quantidade	%
a) Entendem como eficiente a intervenção do Serviço Social	64	53
b) Entendem como ineficiente	56	47



O processo de trabalho no trato de dependente químico ativo ou em recuperação no consumo de álcool e de outras drogas na CESP, representado pelo Serviço Social, desvela certo paradoxo: é muito próxima a porcentagem dos que vem a ação do Serviço Social como significativa daqueles que vem essa ação como pouco eficiente (6% de diferença). Esse número demonstra que os trabalhadores que já tiveram acesso ao Serviço Social da CESP, acompanhando o desfecho do procedimento do início ao fim, entendem por que a intervenção é eficiente. Ressalta-se que os trabalhadores que apontaram como ineficiente (47%) a ação do Serviço Social são aqueles que foram abordados pela chefia ou que se viram prejudicados pela atitude comportamental do dependente químico, e que desejariam, contudo, uma punição severa por parte da Empresa.

**Tabela 17 - Avaliação do Serviço Social na Empresa**

Alternativas	Ordem de Importância				
	1	2	3	4	5
a) O Serviço Social tem força no sentido de garantir os direitos do trabalhador, perante o sindicato.	28	36	26	09	21
b) O Serviço Social é qualificado para abordar questões, encaminhar e acompanhar o trabalhador dependente químico	44	32	13	25	06
c) O Serviço Social é omissos na divulgação do Programa	09	14	39	30	28
d) O setor do Serviço Social é ineficaz por falta de técnicos e de afinidade com os trabalhadores.	14	21	23	40	22
e) As condições oferecidas pela empresa dificultam as ações do setor de Serviço Social.	15	19	34	18	34

- A afirmativa “a” indica que 64 dos pesquisados entendem que o Serviço Social tem força e competência para garantir o direito do trabalhador ao Programa de Prevenção e Tratamento perante o sindicato. Somente 30 trabalhadores não atribuem importância à questão.
- A afirmativa “b” indica que 76 trabalhadores entendem que o Serviço Social está qualificado para trabalhar com o dependente químico.
- Na afirmativa “c” uma minoria (9) entende que o Serviço Social é omissos na divulgação do Programa. De modo geral as avaliações são positivas ao Serviço Social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto social contemporâneo das empresas, a dependência química do trabalhador vem sendo um dos aspectos preocupantes. O Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química desenvolvido na CESP- empresa de economia mista- abrange todos os níveis de atividade: tecnológico, econômico, social, cultural, político, humano. Em nossa pesquisa analisamos a ação do Serviço Social na Empresa e os significados do consumo e uso nocivo de álcool e de outras drogas nas dependências da CESP. A investigação foi realizada em três de suas unidades: Sede da Empresa em São Paulo capital, Usina Paraibuna e Usina Jaguari; estas duas últimas localizadas no Vale do Paraíba. Com o conhecimento desse consumo no interior da empresa, procuramos também, com base no trabalho que realizamos, verificar a importância da ação do Serviço Social em parceria com o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo - base São Paulo, no atendimento aos dependentes químicos.

O caminho analítico permitiu aprofundar alguns pressupostos apontados no início deste estudo. Constatamos que a emergência da dependência de droga, atualmente, deve-se em parte à força deterioradora do mundo contemporâneo sobre a vida dos trabalhadores, principalmente na convivência do contexto do trabalho e nas complexas responsabilidades que se assumem também no cotidiano da vida social e familiar.

Como resultado, destacamos alguns aspectos que consideramos prioritários.

- a constatação de que 91% dos pesquisados reconhecem que o consumo de álcool e de outras drogas é um problema de saúde e que os trabalhadores envolvidos com esse consumo necessitam de atenção especial, tanto no campo das políticas preventivas quanto em providências para tratamento conforme padrões mundiais de saúde-OMS (Organização Mundial de Saúde);

- 31% dos trabalhadores pesquisados afirmaram que já presenciaram o uso de álcool e de outras drogas no interior da CESP e essa constatação deve conduzir a empresa a uma atitude protetiva e orientadora;
- a explicitação de que 52% dos empregados não se sentem constrangidos em participar dos eventos nos espaços de recreação da CESP, com os dependentes químicos;
- 17% dos trabalhadores pesquisados ignoraram o problema do consumo nocivo de álcool e de outras drogas na CESP porque não querem envolver-se; 33% mostraram-se incomodados com o uso; 29% dos pesquisados pronunciaram-se indignados;
- outras atitudes manifestas pelos trabalhadores pesquisados foram sentimentos de irritação, de pena e indignação, dúvida e desconhecimento de qual seria a ação apropriada;
- foram indicadas como necessárias ações mais assertivas da diretoria e chefias da CESP para o enfrentamento do problema do consumo e uso nocivo nas dependências da empresa.
- constatamos, ainda, a necessidade de os trabalhadores serem protegidos da comercialização das drogas por meio de reflexões para a formação de uma nova consciência; do mesmo modo, compreendemos a necessidade de acionar o policiamento, caso preciso, não como ação punitiva, mas de apoio e inibição. Os sujeitos manifestaram a importância de se manter um sistema de segurança no interior da empresa, assim como a testagem para algumas funções que exijam precisão, com um programa de acompanhamento e prevenção.

O processo de deterioração da saúde dos trabalhadores pela dependência de álcool e de outras drogas, se interrompido por meio de programas e políticas sociais, também pode sinalizar um recomeço, ou seja, uma reorientação de vida e de esperança para o trabalhador.



Edgar Morin (2005) lembra que: *na empresa, o vício da concepção taylorista foi ver o ser humano apenas como uma máquina física. Num segundo momento, percebeu-se que ele é também biológico. Adaptou-se então o homem biológico ao seu trabalho e as condições do trabalho a esse homem. Em seguida, quando se constatou que também existe um homem psicológico [afetivo, mitológico, religioso] - frustrado pela divisão de tarefas - inventou-se o enriquecimento das tarefas. A evolução do trabalho é ilustrativa da passagem da unidimensionalidade para a multidimensionalidade.*<sup>42</sup>

Significa que o trabalhador na empresa está presente com todo o seu contexto e suas multidimensões (competência ou não, capacidade ou não, família e sua complexidade, amores, rumores, vícios, criações, frustrações, pressões etc.). E todos esses aspectos atuam sobre o cotidiano de suas relações e de produções.

Essa realidade, embora contemplada no exercício discursivo e formativo profissional, não está incorporada na dinâmica de trabalho do Serviço Social; não somos instrumentalizados e carecemos de maior maturidade profissional para agir compreendendo que as relações sociais são ao mesmo tempo complementares e antagônicas. Nessa ótica, facilmente está embutida a contradição de um discurso crítico e uma prática baseada no senso comum e, ainda, a efetivação da relação dicotômica entre profissionais que pensam e profissionais que fazem.

Percebemos, com a pesquisa e experiência que vivenciamos, que a prática profissional se apoia na capacidade que temos de realizar intervenções partilhadas (Empresa, Sindicato e Serviço Social), sem perder a especificidade, fortalecendo as decisões na direção dos direitos e deveres dos trabalhadores, procurando compreender os nexos entre atividade de trabalho, humanidade, produção, imprimindo novos contornos ao desenvolvimento da ação e da intervenção profissional.

Cabe acrescentar que os resultados deste estudo são ainda parciais, pois não se encontram na ampla literatura pesquisada dados semelhantes que pudessem

---

<sup>42</sup> MORIN, Edgar. Pesquisador emérito do CNRS (Centre National de La Recherche Scientifique). Formado em Direito, História e Geografia, realizou estudos em Filosofia, Sociologia e Epistemologia. Considerado um dos principais pensadores sobre a complexidade. Autor de mais de trinta livros.

permitir compará-los com outras pesquisas, embora algumas empresas já adotem, em suas políticas de Recursos Humanos, Programas de Prevenção e Tratamento de álcool e de outras drogas. Não pretendemos esgotar o tema; nosso propósito foi o de contribuir para o alargamento das reflexões em torno da prática profissional em empresas, socializar a experiência que vivenciamos e contribuir para a discussão da questão.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, A. J. **Planejamento de pesquisa qualitativa em educação**. Caderno de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora Cortez, nº 77, 1991.

ALVES, Mazzotti, A. J., GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo; Editora Pioneira, 1998.

ANDRÉ, M.E. D. **A. Estudo de caso: seu potencial na educação**. Cadernos de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Editora Cortez, vol. 49, 1984.

\_\_\_\_\_. **Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos**. Cadernos de pesquisa. São Paulo. Vol. 45.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 9.ed. 1999

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho**. Campinas: Editora Cortez . 6. ed. 1999

BONETTI, D. A. (org.) **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

BORENSTEIN, C. R. **A dinâmica do sistema de poder nas organizações do setor elétrico brasileiro: O caso Eletrosul**.; Florianópolis, 1996, Tese (Doutorado em Engenharia). Universidade Federal de Santa Catarina

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo. Editora Brasiliense.

BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil**. In: Sandra. Porto Alegre: Editora Artes gráficas, 1992.

\_\_\_\_\_. **Abordagem Preventiva**. In: Bucher, R. (Orgs). **As drogas e a vida Pedagógica e Universitária**. Editora Artes gráficas, 1998.

CAMARGO, C.C.de B., et alii (orgs); **Regulação e gestão competitiva no setor elétrico, brasileiro**. Porto Alegre:. Editora Saga - Luzzatto, 1999.

CANOAS, José Walter. **Serviço Social do Trabalho**. São Paulo. Editora Gessot, 1975.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo, Editora Cultrix, 1994.

CERQUEIRA Neto, Edgard Pedreira de. **Gestão da qualidade: princípios e métodos**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1991.

CHAIA, M. **Intelectuais e sindicalistas: a experiência do DIEESE 1955 e 1990.** Ibitinga–SP, Editora Humanidades, 1992.

CHUNG, Tom. **Qualidade começa em mim.** São Paulo, 3. ed., Editora Maltese, 1995.

COSTA L., M. da. **Abuso e dependência de cocaína: conceitos.** In Costa Leite, M. e Andrade, A.G. (org) **Cocaína e crack. Dos fundamentos ao tratamento.** Porto Alegre, Editora Artmed, 1999.

CRAWFORD, Richard. **Na Era do Capital Humano.** São Paulo, Editora Atlas, 1994.

DEMO, Pedro. **Educação pelo Averso: assistência como direito e como problema.** São Paulo. Editora Cortez, 2000.

DYSON, Ian Adams e R.W. **Cinquenta Pensadores Políticos Essenciais: da Grécia antiga aos dias atuais.** Tradução Pontes, Mario. Rio de Janeiro. Editora DFL, 2006.

FALCÃO, M. do C. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** São Paulo, 2. ed., Editora Cortez, 1989.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional.** São Paulo, 4. Ed., Editora Cortez, 1993.

FARIAS, Márcia Helena de L., Tese: **Trabalho e Sofrimento: Vivências de trabalhadores usuários de álcool e de outras drogas na CPTM.** São Paulo, 2002-2004, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FELIX, Isabel Regina; KUHL, Julio César Assis (Coord): **Energia não se aposenta: história da Associação dos Aposentados da Fundação CESP.** São Paulo, Fundação Energia e Saneamento, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Orgs; Machado, Roberto. Rio de Janeiro: Editora Grall, 16. ed., 1979.

FREIRE, J. R. S. **Comprometimento organizacional e satisfação no trabalho: Uma análise da gestão de recursos humanos.** Dissertação de mestrado, administração, PUC – São Paulo, 1986.

FREIRE, Lúcia. **Serviço Social Organizacional.** São Paulo, Editora Cortez, 2. ed., 1987.

GAIARSA, A. J. A. **Como enfrentar a velhice.** Campinas, Editora da Unicamp, 2. ed.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1985.

HUNTER, James C. **O Monge e o Executivo: Uma História sobre a Essência da Liderança**. Tradução; Magalhães, Maria da Conceição Fornos. Rio de Janeiro. Editora Sextante (GMT Editores Ltda).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica – metodológica**. São Paulo. Editora Cortez /Celats, 4. ed., 1985.

\_\_\_\_\_ **renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_ **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

KARSCH, Úrsula M. Simon. **O Serviço Social na era dos serviços**. São Paulo: Editora Cortez, 21. ed., 1989.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**, tradução: Valenzuela, Sandra Trabucco. São Paulo, Editora Cortez, 2001.

LEFBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo Moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo, Editora Cortez 1989.

MASCOVICI, Fela. **Renascença Organizacional: a valorização do homem frente á tecnologia para o sucesso da nova empresa**. Rio de Janeiro. Livraria Jose Olympio, Editora S.A., 3. ed.

MASLOW, Abraham H. **Teoria das Necessidades Humanas**. 1954, primeira edição da obra.

\_\_\_\_\_ Artigo "**A Theory of Motivation**". New York, 1943.

MESQUITA, A. M. **Considerações sobre a prevenção indevido ao uso de álcool e outras drogas no Brasil**. In: **Dependência: compreensão e assistência ás toxicomanias: uma experiência do PROAD**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

MENEZES, Maria Thereza C. G. **Em Busca da Teoria Políticas de Assistência Pública**. São Paulo: Editora Cortez, 2. ed., 1998.

MORIN, Edgar. **O Método 4. As idéias habitat, vida, costumes**. (Orgs). Tradução: Silva, Juremir Machado da. Porto Alegre: Editora Sulina, 4. ed., setembro de 2005.

\_\_\_\_\_  
*In. A Complexidade e a Empresa.* L' Université Laval, Quebec, 1986,  
pp135-154

\_\_\_\_\_  
***Em Busca dos Fundamentos Perdidos: textos sobre o marxismo.***  
Orgs: Rodrigues, Maria Lúcia; Carvalho, Edgard de Assis. Tradução: Rodrigues,  
Maria Lúcia; Tannus, Salma. Porto Alegre. Editora Sulina, 2. ed., 2004.

\_\_\_\_\_  
***Educação e Complexidade: Os Sete Saberes e outros Ensaio.***  
Orgs: Almeida, Maria da Conceição de; Carvalho, Edgard de Assis. São Paulo:  
Editora Cortez, 3. ed., 2005.

MOTTA, Ana Elizabete da. ***O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa.*** São Paulo. Editora Cortez, 1995.

MUCHAIL, Salma Tannus. ***Foucault. Textos reunidos.*** São Paulo. Editora Loyola 2004.

NETTO, Jose Paulo. ***Capitalismo monopolista e Serviço Social.*** São Paulo:  
Editora Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_  
***Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social, pós - 64.*** São Paulo: Editora Cortez, . 2. ed., 1994.

NUNES, Rosa Soares. ***Nada Sobre Nós Sem Nós: a centralidade da comunicação na obra de Boaventura de Souza Santos.*** São Paulo. Editora Cortez, 2006.

OLMO, R. Del. ***A face oculta da droga.*** Rio de Janeiro, Editora Revan, 1990.

OLIVEIRA JR, A.Pinto; H.Q. (orgs). ***Financiamento do setor elétrico brasileiro: inovações financeiras e novo modo de organização industrial.*** Rio de Janeiro. Editora Garamond, 1998.

OLIVEIRA, Lourdes Maria M. ***“O modelo funcional em Serviço Social de caso.”***  
Revista Serviço Social e Sociedade, edição de nº. 9, Editora Cortez, 1982.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. ***Classificação de transtornos mentais e de comportamento da Cid-10 – descrições clínicas e diretrizes. Diagnósticos.***  
Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1993.

OZORIO, Luiz Carlos; ZIMERMAN, David E. ***Como Trabalhamos com Grupos.***  
Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1997.

PALMA, Diego. ***A Prática Política dos Profissionais: o caso do Serviço Social.***  
São Paulo, Editora Cortez, 2. ed., 1993.

**PEREIRA, T. P. *Álcool um breve estudo sobre o uso entre adolescentes e jovens*. USP, São Paulo, 2002.**

**PERROTTA, Claudia. *Um texto pra Chamar de Seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1. ed., 2004.**

**PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Editora Cortez 1995.**

**RICCA, D. *Da empresa familiar à empresa profissional*. São Paulo: Editora CLA Cultural Ltda, 2001.**

**RICO, E. de M. *Teoria do Serviço Social de empresa: objetos e objetivos*. São Paulo, Editora Cortez, 3. ed., 1987.**

**RIVIÈRI, Enrique Pichon. *O Processo Grupal*. Tradução: Velloso, Marco Aurélio Fernandes. São Paulo. Editora Martins Fontes, 1998.**

**RODRIGUES, Maria L. et al (org). *uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Editora Cortez 1995.**

\_\_\_\_\_ ***Cultivando a Pesquisa: reflexões sobre a investigação em ciências sociais e humanas***, 2. ed. Editora UNESP Franca.

\_\_\_\_\_ ***O Trabalho com Grupos e o Serviço Social***. São Paulo. Editora Cortez & Moraes LTDA.

\_\_\_\_\_ ***Ensino de Serviço Social Polêmicas. I Seminário Nacional de Docência em Serviço Social***. Editora EDUC. São Paulo, 1992.

**RODRIGUES, Maria Lúcia- LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti, (Orgs); *Metodologias Multidimensionais em Ciências Humanas*. Brasília; Editora Líber Livro, 2006.**

**SANCHEZ, Wagner Lopes. *Metodologia do Trabalho Científico: alguns subsídios*. 3. ed. São Paulo. Editora faculdade São Luis.**

**SEIBEL, Sergio Dari. In Toscano Jr., Alfredo. *Dependência de Drogas*. São Paulo. Editora Atheneu, 2000.**

**SENNETT, Richard. *A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução SANTARRITA, Marcos. 10. ed, Rio de Janeiro. Editora Record 2005.**

**SHIRATO, Maria Aparecida Rhein. *O Feitiço das Organizações: sistema imaginário*. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2000.**

SILVA, Maria Ozanira da Silva e.(Orgs) **O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil.**São Paulo, Editora Cortez, 2001.

TITTONI, J. **Subjetividade e trabalho: a experiência no trabalho e sua expressão na vida do trabalhador fora da fábrica.** Porto Alegre. Editora Ortiz, 1994.

TZU, Sun. tradução Martin Claret. **A Arte da Guerra.** 1. ed, Editora L&PM Pocket, 2001.

VAILLANT, G.E. **História natural do alcoolismo.** Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 1999.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão, (orgs). **Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade.** São Paulo. Editora Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_ (org.) **Saúde e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade.** São Paulo: Editora Cortez, 2000.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria.** Rio de Janeiro, 3. ed. Editora Agir, 1980.

XAVIER, Ricardo de Almeida Prado. **Sua Carreira: Evitando os Erros que Atrapalham.** São Paulo. Editora STS, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Editora Cortez, 1993.



## ACERVOS

**A Energia Elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à ELETROBRÁS.** Rio de Janeiro.

**Ainda há estatais a serem privatizadas.** São Paulo: Gazeta Mercantil. Latino Americana, 18.

**História do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica- CEPEL-** Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro. Eletrobrás, 1991.

**Relativo à Antropologia da Dependência-da Clínica Psiquiatra da Universidade e cidade de Frankfurt/M** por seu DIR.PROF.DR. J. Zutt-palestra da reunião anual de neurologos e psiquiatras em maio de 1958. Revista Der Nervenarzt, edição caderno 10 anos 29 p.439 a 445.

**Idéias Acesas.** Jornal da Unicamp. Edição especial sobre a crise energética.

## SITES PESQUISADOS

<http://www.psiqweb.com.br/>

link:<http://www.centralterapeutica.com.br>

Centro Terapêutico Novo Horizonte - Especializado no Tratamento a Dependência de Drogas e/ou Alcoolismo.

<http://www.google.com.br/>

Site de busca e pesquisa.

<http://www.canalenergia.com.br>

Site especializado sobre assuntos energéticos.

## **ANEXO: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

### **Dados de caracterização:**

Ano de admissão na CESP:

Idade:

Sexo: Feminino ( ) Masculino ( )

### **1. O que você pensa do uso de álcool e outras drogas ?**

- a) O usuário é uma pessoa de mau caráter. ( )
- b) O usuário é bandido. ( )
- c) A necessidade do uso é uma doença. ( )
- d) Você não tem conhecimento. ( )

### **2. Você já presenciou alguém usar álcool e outras drogas aqui na CESP ?**

- a) Sim ( )
- b) Não ( )
- c) Não tenho certeza ( )

### **3. Caso presenciasse quais reações você imagina que teria:**

- a) Avisar algum segurança ( )
- b) Avisar a polícia, mantendo o anonimato ( )
- c) Avisar a chefia ( )
- d) Ignorar, por não querer se envolver ( )
- e) Ignorar, por não ter nada contra esta atitude ( )
- f) Falar com a pessoa que está usando álcool ou outras drogas ( )
- g) Compartilhar com esta pessoa o uso ( )
- h) Notificar o Serviço Social ( )

**4. Presenciar ou simplesmente saber que os funcionários usam álcool e outras drogas dentro da CESP deixa você:**

- a) incomodado ( )
- b) irritado e/ou com raiva ( )
- c) indiferente ( )
- d) curioso e motivado para esta prática ( )
- e) penalizado ( )
- f) indignado ( )

**5. Diante do uso do álcool e outras drogas aqui na empresa qual vem sendo a atitude da Diretoria ou das Chefias da CESP:**

- a) ideal ( )
- b) inadequada, por ser omissa ( )
- c) punitiva ( )
- d) ambígua ( )

**6. Se você soubesse que um traficante esta comercializando drogas no interior da empresa, qual seria a sua reação?**

- a) Avisaria a segurança DA CESP ( )
- b) Faria uma denúncia anônima à Polícia ( )
- c) Apenas comentaria com colegas ( )
- d) Não faria nada, ficaria “na sua” ( )

**7. Você é favorável ao livre acesso da polícia na Empresa, sempre que o problema for ligado a drogas?**

- a) Sim, sempre ( )
- b) Sim, mas só se for para prender traficante ( )
- c) Não, nunca ( )
- d) Não tem opinião ( )

**8. Você é favorável à colocação de “câmeras” nas dependências da empresa?**

- a) Sou plenamente á favor ( )
- b) Sou totalmente contra ( )
- c) Não tem opinião ( )

**9. Você é favorável a que todo funcionário seja obrigado a fazer testagem do uso de álcool e outras drogas na CESP?**

- a) Sou plenamente á favor ( )
- b) Sou totalmente contra ( )
- c) Não tem opinião ( )

**10. O consumo de álcool e de outras drogas no espaço recreativo e nas festividades da empresa é um motivo para afastá-lo de lá e impedir sua participação nas comemorações?**

- a) Sim, completamente ( )
- b) Não, de forma alguma ( )
- c) Participaria, mas ficaria incomodado ( )

**11. Você acredita que a Presidência/Diretoria ou a comunidade da CESP em geral está tratando o problema de uso de drogas e álcool.**

- a) Sim ( )
- b) Não, porque a Presidência/Diretoria ainda não enxergou o problema. ( )
- c) Não, porque a comunidade em geral está desinformada. ( )
- d) Não, porque não existe divulgação dos programas de tratamento. ( )

**12. A parceria entre Serviço Social, Empresa e Sindicato, significa que o trabalhador dependente de álcool e outras drogas está protegido legalmente pelo sindicato da categoria eletricitário, para buscar tratamento?**

Assinale as questões abaixo por ordem de importância de 1 > a < 5

- a) Os trabalhadores desconhecem a parceria e os seus direitos ( )
- b) Não existe divulgação desta parceria e do programa de tratamento. ( )
- c) As chefias dificultam o acesso do trabalhador ao Serviço Social. ( )
- d) As chefias facilitam e encaminham, mas não fazem o acompanhamento para manutenção do tratamento. ( )
- e) As chefias são eficazes no encaminhamento e acompanhamento do trabalhador dependente químico. ( )

**13. Os empregados da CESP dependentes químicos se sentem seguros para buscar tratamento?**

a) Sim ( )

b) Não ( )

**14. A ação do Serviço Social na que diz respeito ao trabalhador dependente químico na CESP é eficaz?**

Assinale as questões abaixo por ordem de importância de 1> a <5

a) Tem força no sentido de garantir direito, perante o sindicato. ( )

b) Tem qualificação para abordar, encaminhar e acompanhar o trabalhador dependente químico. ( )

c) É omissivo na divulgação do programa. ( )

d) É ineficaz por falta de técnicos no setor. ( )

e) Faz o que pode, dentro das condições oferecidas pela empresa. ( )

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)